

**01/03/2019**

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Ministro desiste de filmagens](#)

[Os 20 anos da lei dos medicamentos genéricos no Brasil](#)

[Língua portuguesa](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Ensinar civismo no século 21](#)

[Mulheres passam a ser aceitas em pós-graduação em maçonologia](#)

[Ensino japonês](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Coronel em conselho causa desconfiança](#)

Revistas

**VEJA - SP**

[Ele manda pouco](#)

[Pátria amada](#)

Imprensa Estadual

**A CRÍTICA - AM**

[Ministro suspendeu pedido de envio de vídeo de alunos cantando o hino nacional](#)

**DESTAK**

[MEC desiste de vídeos dos alunos cantando hino](#)

**J. DO COMMERCIO - PE**

[Vamos cantar o Hino Nacional sim!](#)

**O TEMPO - MG**

[MEC recua pela 2ª vez e desiste de vídeos do hino](#)

**SUPERNOTÍCIA - MG**

[MEC desiste de pedir às escolas gravação de hino](#)

Agências de notícias e sites

**CAMPO GRANDE NEWS**

[UFMS está com inscrições abertas para 5 cursos de pós-graduação](#)

**UFMG**

[UFMG discute ações conjuntas com escritório regional do Itamaraty](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[Esporte paralímpico é a nova lição dos professores de Educação Física](#)

**G1**

[MEC desiste de pedir às escolas que gravem os alunos cantando o Hino Nacional](#)

[Mudanças no Escola da Família podem levar a redução de projeto que ajuda estudantes a conquistarem vaga em universidade em Santa Isabel](#)

**PORTAL EXAME**

[As 25 melhores bolsas de estudo com inscrições abertas em março e abril](#)

**R7**

[Governo abre inscrição para Processo Seletivo Simplificado para professores](#)

**TERRA**

[Studienkolleg é a opção para jovens que querem estudar em universidades da Europa e de outros países](#)

[Esporte paralímpico é a nova lição dos professores de Educação Física](#)

[Kangoo Jumps lança sua universidade no Brasil](#)

Agências de notícias e sites

**AGORA MS**

# CLIPPING



[Última semana de inscrições para ingresso em mestrado profissional oferecido pelo IFMS](#)

## **CATRACA LIVRE**

[Mourão abandona modos rudes e torna-se o moção dos jornalistas](#)

## **CONESULNEWS**

[Última semana de inscrições para ingresso em mestrado profissional oferecido pelo IFMS](#)

## **DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO**

[Como funcionará a abertura de mestrados e doutorados a distância](#)

## **JORNAL DIA A DIA**

[Última semana de inscrições para ingresso em mestrado profissional oferecido pelo IFMS](#)

## **MEIO NORTE - PI**

[Professores podem concorrer a 600 vagas para formação no exterior](#)

## **UFSC**

[Presidente da Andifes fala sobre o papel estratégico das universidades públicas](#)

## **AGÊNCIA FOLHA**

[Mulheres passam a ser aceitas em curso de pós-graduação em maçonologia](#)

## **PORTAL VEJA**

[Ação antifraude em universidades federais impede matrícula de cotistas](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[MEC envia novo texto às escolas suspendendo orientação sobre filmagens](#)

Grande Imprensa

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Fim do Exame da Ordem preocupa OAB](#)

Imprensa Estadual

## **DIÁRIO DO PARÁ - PA**

[Museu Goeldi lança edital para Mestrado](#)

## **DIÁRIO DO NORDESTE - CE**

[Sociedade : a família também educa](#)

## **DIÁRIO DO PARÁ - PA**

[UFPA convoca mais 356 na 3ª repescagem](#)

[Uepa abre inscrições para curso gratuito de Mandarim](#)

Agências de notícias e sites

## **BLOG DA CIDADANIA**

[Diretrizes para 2019 apresentadas por Vélez são um poço sobre o nada](#)

## **BRASIL247**

[COMO MOURÃO ABANDONOU OS MODOS RUDES E SE TORNOU O MOZÃO DOS JORNALISTAS](#)

## **EXTRA CLASSE**

[Estudo incorpora fundações estaduais extintas à Uergs](#)

## **AGÊNCIA FOLHA**

[O hino imposto pelo ministro e o fascismo na educação](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Começa a chegar a escolas carta em que MEC suspende pedido de filmagem de alunos cantando Hino](#)

[Após polêmica sobre Hino, alunos confrontam MEC: 45% das escolas nem sequer têm biblioteca](#)

## **BLOG DO FREDERICO VASCONCELOS**

[O hino imposto pelo ministro e o fascismo na educação](#)

## **CORREIO WEB**

[MEC alega dificuldade e desiste de vídeos de alunos cantando Hino Nacional](#)  
[Nabhan, Vélez e presidente da Caixa são alvo de queixas de deputados](#)

## **G1**

[MEC desiste de pedir vídeos de alunos durante Hino Nacional por questões técnicas e de segurança](#)

## **PORTAL EXAME**

[MEC desiste de pedir vídeos de alunos cantando o Hino Nacional](#)

## **PORTAL VEJA**

[MEC sinaliza desistência após pedir vídeos de estudantes cantando Hino](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Ministro desiste de filmagens**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, recuou, ontem, pela terceira vez em relação ao e-mail encaminhado na segunda-feira às escolas do país em que pedia o envio ao governo de imagens de alunos cantando o Hino Nacional - o comunicado também solicitava que fosse lida para os alunos uma carta citando o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro ("Brasil acima de tudo, Deus acima de todos"). Alegando razões técnicas de armazenamento e de segurança do material, o MEC desistiu de pedir o envio dos vídeos e comunicou às instituições de ensino.

A pasta mandou ofício, na quarta-feira, ao Ministério Público Federal (MPF) comunicando sobre a desistência. Alegou, porém, que a sugestão sobre o Hino não pode ser "objeto de censura" e que as imagens seriam compartilhadas apenas com a autorização dos responsáveis. Também ressaltou que o ministro Vélez Rodríguez optou por enviar a mensagem por e-mail às escolas porque seria "menos custosa aos cofres públicos".

A atividade nas escolas, justificou o MEC, seria uma forma de incentivo à valorização dos símbolos nacionais. Grande parte da categoria educacional defendeu, porém, que o ambiente escolar deve ser livre de qualquer tipo de ingerência político-partidária e que as crianças não devem ser filmadas sem a devida autorização dos responsáveis.

Na terça-feira, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF deu o prazo de 24 horas para que o ministério se manifestasse. No mesmo dia, com a repercussão do caso, Vélez Rodríguez disse que o pedido tinha um caráter voluntário, e o MEC mandou um outro e-mail, excluindo da carta o slogan eleitoral do presidente.

Na internet, professores e alunos aproveitaram o episódio para postar vídeos mostrando a situação precária das escolas, com o Hino Nacional tocando ao fundo.

Em uma reunião com jornalistas, ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse ter orientado Vélez Rodríguez a se desculpar e a desfazer o pedido. O chefe do Executivo defendeu a importância de os alunos cantarem o Hino nas escolas, mas que o processo deve ocorrer sem doutrinação nem fiscalização. (IS)

Desconfiança com nomeação

Causou desconfiância a nomea o do coronel Paulo Roberto Costa e Silva para a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Educa o (CNE). O  rg o é ligado ao Ministério da Educa o, mas os conselheiros atuais foram indicados pelos governos anteriores e só podem ser mudados com o término do mandato. Entre eles estão Maria Helena Guimarães de Castro, secretária executiva do MEC na gestão de Michel Temer e de Fernando Henrique Cardoso, e Francisco Soares, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) durante o governo de Dilma Rousseff. Ambos estão entre mais os conceituados especialistas em educa o do país.

topo  

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **Os 20 anos da lei dos medicamentos genéricos no Brasil**

LUIZ BORGONNOVI Graduado em administra o de empresas,   presidente da EMS

O Brasil é hoje o sexto maior mercado de medicamentos genéricos do mundo, atrás de Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França. Esse segmento cresce acima de 10% ao ano e movimenta, aproximadamente, US\$ 200 bilhões no mundo, de acordo com a PróGenéricos - Associa o Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos.

Com preços, no mínimo, 35% mais baixos do que os medicamentos de referência - e com a mesma eficácia e segurança no tratamento, comprovadas por testes de bioequivalência e rígidos critérios estipulados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) -, os genéricos foram introduzidos por lei há 20 anos, um grande passo para a promo o do acesso   saúde para a popula o. Nas duas décadas, segundo o IQVIA, instituto especializado em dados de consumo e tendências da área de saúde, a economia gerada pelos genéricos para o país equivale a mais de R\$ 120 bilhões.

Levando-se em conta o aumento da expectativa de vida da popula o e a conseqüente e já instalada tendência de crescimento do  ndice de doenças cr nicas, os genéricos vêm se provando ainda mais relevantes. A obesidade, por exemplo, entre 2006 e 2016, cresceu 60% no Brasil, segundo pesquisa do Ministério da Saúde. O  ndice de brasileiros com a doença passou de 11,8% para 18,9% no período. Outra doença que tem crescido é a depressão. No Brasil, 5,8% dos habitantes sofrem com a desordem (a maior taxa do continente latino-americano), de acordo com relatório de 2017 da Organiza o Mundial da Saúde (OMS).

Poder usufruir de uma op o de medicamento que permite que o tratamento tenha início e continuidade a um preço acessível   essencial e permanecerá sendo determinante para a qualidade de vida de milhões de brasileiros. No Brasil, 97% das classes terapêuticas são atendidas pelo genérico, o que mostra a forte atua o da indústria farmacêutica e sua contribui o para um presente e um futuro de saúde. Devemos lembrar que o início da introdu o dos genéricos foi bastante desafiador e marcado pela desconfiança do paciente - e até mesmo por parte da classe médica. Porém, hoje, o genérico é aceito por 80% da popula o, representando 33% dos medicamentos consumidos no país, têm de acordo com a PróGenéricos. A grande aprova o vem do fato de que as pessoas estão consumindo o genérico, conseguem se tratar adequadamente e se curar com ele, voltando a consumi-lo quando precisam - atestado de eficácia e segurança na prática.

De acordo com pesquisa de 2013 do Datafolha, a pedido do Instituto de Pesquisas e Pós-Gradua o para Farmacêuticos do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ), comprar medicamentos genéricos se tornou hábito para 68% dos brasileiros. O

bom percentual ainda está, porém, bem abaixo das estatísticas de países mais desenvolvidos, onde o mercado de genéricos se encontra mais maduro, como França, Alemanha e Reino Unido, que têm a participação desses medicamentos em 42%, 66% e 60%, respectivamente, de acordo com dados da PróGenéricos. Nos Estados Unidos, esse percentual chega a quase 80% em volume. Quanto mais informada é uma população, portanto, maior tende a ser a aceitação dos genéricos e a confiança depositada neles.

Não é à toa que nós vislumbramos um futuro igualmente promissor e de crescimento para esse segmento no país. Porque genérico é sinônimo de economia, de acesso, de tratamento correto e completo, ou, em resumo, de maior qualidade de vida. Hoje, mais do que nunca, podemos afirmar isso com toda a convicção. A indústria farmacêutica deverá continuar investindo em oferta de novas apresentações, pesquisa e desenvolvimento de genéricos inéditos e de alta complexidade e, em parceria com órgãos e profissionais da saúde, contribuir para que a população, nas regiões mais longínquas deste Brasil, mantenha tratamentos importantes, principalmente no caso de doenças crônicas, favorecendo o dia a dia de quem quer viver cada vez mais e melhor. Esse é um dos principais compromissos e desafios do nosso setor.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - ARI CUNHA**

### **Língua portuguesa**

O Itaú Social e o MEC abriram as inscrições para a 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. Com o tema "O lugar onde vivo", o programa incentiva alunos e professores da rede pública do ensino fundamental e médio a produzirem textos nos gêneros poema, memórias, crônica, documentário e artigo de opinião. Na última edição, em 2016, mais de cinco milhões de estudantes participaram das oficinas de leitura e escrita em cerca de 4.870 cidades. As inscrições vão até 30 de abril no site: [www.escrevendoofuturo.org.br](http://www.escrevendoofuturo.org.br). Os ganhadores serão anunciados em dezembro.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Ensinar civismo no século 21**

#### **Faz sentido cantar o hino, mas não tenhamos a ilusão de que isso promoverá o civismo necessário**

Na comemoração do centenário do armistício que encerrou a Primeira Guerra Mundial, em novembro de 2018, Emmanuel Macron estabeleceu, em seu discurso oficial, uma distinção entre nacionalismo e patriotismo.

Os nacionalismos europeus surgiram em oposição a outros povos, e a identidade nacional surgiu assim, como contrária aos outros, enquanto na acepção adotada pelo presidente francês patriotismo aparecia como o amor ao seu país, com sua trajetória histórica, sua cultura, seus desafios e seus símbolos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/03/ensinar-civismo-no-seculo-21.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER**

### **Mulheres passam a ser aceitas em pós-graduação em maçonologia**

**Decisão de expandir público veio após a Folha publicar reportagem sobre curso oferecido pela Uninter**  
Rio de Janeiro

Antes limitado a "irmãos maçons", ou seja, apenas homens que integrem alguma ordem dessa fraternidade, um curso de pós-graduação a distância dedicado ao ensino da maçonologia passou a aceitar qualquer pessoa que tenha nível superior completo. Inclusive mulheres, historicamente vetadas na maçonaria.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/mulheres-passam-a-ser-aceitas-em-curso-de-pos-graduacao-em-maonologia.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ABERTO**

### **Ensino japonês**

A rede de ensino Kumon, de origem japonesa, vai abrir ao menos 140 franquias no país neste ano, segundo o presidente da marca no Brasil, Masami Furuta.

“Só no primeiro trimestre, serão 70 aberturas já programadas ou em obras”, afirma.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/mercadoaberto/2019/03/chuva-fraca-faz-setor-de-venda-de-energia-discutir-autorregulamentacao.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Coronel em conselho causa desconfiança**

Causou desconfiança a nomeação do coronel Paulo Roberto Costa e Silva para a secretaria executiva do Conselho Nacional de Educação (CNE). O órgão é ligado ao Ministério da Educação (MEC), mas os conselheiros atuais foram indicados pelos governos anteriores e só podem ser mudados com o término do mandato.

Entre eles estão Maria Helena Guimarães de Castro, secretária executiva do MEC na gestão de Michel Temer e de Fernando Henrique Cardoso, e Francisco Soares, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) durante o governo de Dilma Rousseff. Ambos estão entre mais os conceituados especialistas em Educação do País.

O CNE elabora pareceres e resoluções sobre temas como diretrizes curriculares e critérios de avaliação. O projeto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que determina os objetivos de aprendizagem, por exemplo, foi discutido e teve de ser aprovado no conselho antes de o MEC colocá-lo em prática. Decisões do CNE precisam ser homologadas pelo ministro da Educação.

O Estado apurou que o atual ministro Ricardo Vélez Rodríguez pensou em extinguir o CNE ou trocar conselheiros. Na semana passada, nomeou Costa e Silva para o cargo.

Perfil. Militar especialista em inteligência estratégica, Costa e Silva foi Ajudante de Ordens do Gabinete Militar da Presidência da República, entre 1985 e 1988. Trabalhou ainda como Instrutor da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de

onde Vélez é professor emérito.

Recentemente, o ministro afirmou que os militares, durante a ditadura militar, foram chamados para “corrigir, como uma espécie de poder moderador, os rumos enviesados que tinha enveredado a República”.

Segundo a assessoria do CNE, o cargo de secretário executivo tem funções apenas burocráticas e de gestão. O secretário executivo fica abaixo do presidente do CNE, atualmente Luiz Roberto Liza Curi, que não teria sido consultado.

Costa e Silva terá acesso a reuniões dos conselheiros, que são gravadas. Entre eles, há quem manifeste preocupação com eventuais opiniões críticas sobre o MEC e sobre o ministro nesses encontros. A secretária executiva anterior, Andréa Malagutti, é servidora de carreira do MEC e continua na pasta.

topo ↕

## **VEJA - SP - BRASIL**

### **Ele manda pouco**

#### **Com uma carta desastrosa às escolas, arrematada com o slogan de campanha de Bolsonaro, o ministro Vélez, aquele dos canibais, exhibe sinais de fraqueza**

A ideia vinha sendo gestada silenciosamente no gabinete do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, desde que ele recebera do presidente Jair Bolsonaro uma incumbência: o chefe queria que seu ministro estimulasse “símbolos pátrios” nas escolas. Ordem dada, ordem cumprida. Na segunda-feira 25, sem que assessores próximos tivessem ouvido falar do assunto e sem consultar a área jurídica, Vélez disparou para a rede pública um e-mail que se revelou uma bomba de efeito bumerangue. Em texto sucinto, pedia que, no primeiro dia de aula, alunos e professores se perfilassem diante da bandeira ao som do Hino Nacional. O rito deveria vir acompanhado da leitura de uma certa carta que evocava o “Brasil dos novos tempos” e se encerrava com o slogan da campanha presidencial — “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”. Detalhe: solicitava-se (assim mesmo) que a cerimônia fosse gravada e que se enviassem as imagens ao MEC. O ministro acabou voltando atrás em boa parte do plano original, mas o estrago estava feito.

Em uma só tacada, Vélez abalou noções fundamentais de respeito às instituições, pôs em dúvida a honestidade da reivindicação de eliminar a doutrinação nas escolas e deixou a castigada educação brasileira envolta em sérias dúvidas sobre aonde, afinal, este governo almeja chegar. Tirando as bravatas em tuítes divulgados pelo filho Zero Três do presidente, Eduardo Bolsonaro, nenhum órgão respeitado apoiou a iniciativa. Dez estados disseram oficialmente que não cumpririam a “solicitação”. A Ordem dos Advogados do Brasil estuda entrar com uma ação de improbidade administrativa contra Vélez. O Ministério Público Federal elencou dezessete ilegalidades nos três parágrafos arquitetados pelo MEC, entre elas desrespeito à liberdade religiosa, avanço dos interesses de um governo sobre o Estado e violação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Pressionado pelo próprio Palácio do Planalto, Vélez deu um passo atrás: sim, o Hino continua, mas sem filmagem nem slogan de campanha. O tom ufanista da carta permaneceu.

O episódio não é fruto de mera trapalhada: ele compõe um caldo ideológico que extrapola o MEC e se dissemina por setores bem mapeados da Esplanada, sobretudo nos ministérios sob a guarda de Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Damara Alves

(Mulher, Família e Direitos Humanos). Além da batatada de Véléz, a corte bolsonarista cultiva o antiglobalismo e a batalha contra a “ideologia de gênero” e a favor dos “bons costumes”, e desfia um ódio à esquerda, mimetizando o que faziam os petistas contra seus adversários. “O foco na guerra cultural, no antimarxismo, suscita preocupações etéreas, descoladas das questões concretas a enfrentar”, alerta o filósofo Luiz Felipe Pondé.

Na Educação, o ministro aderiu à agenda como pede o figurino. Já na posse, mostrou-se alinhado: “Essa tresloucada onda globalista (...) passou a destruir um a um os valores culturais em que se assentam nossas tradições mais caras”, disse. Apesar de nunca ter endossado nos tempos pré-governo o movimento Escola sem Partido (que, aliás, criticou o ministro no enrosco da carta, ao dizer, com razão, que a ideologia estava trocando o sinal da esquerda para a direita), Véléz abraçou com vigor a ideia de expurgar a “doutrinação marxista” das salas de aula. No Inep, órgão ligado ao MEC, fala-se em criar um grupo para fazer uma varredura no Enem. Objetivo: caçar questões que colidam com o pensamento conservador em vigor. Na frente patriótica, Véléz defende o retorno do ensino de moral e cívica, que ganhou espaço na ditadura do Estado Novo, como impulsionador de uma “consciência patriótica”, e virou disciplina obrigatória em 1969, em plena ditadura militar, assim ficando até 1993. “Não há nada de errado com o Hino. O que preocupa é o exagero no culto aos símbolos da pátria, porque ele costuma vir aliado à ideia de uma sociedade homogênea, em que não cabem diferenças”, pondera a socióloga Helena Bomeny.

Colombiano naturalizado brasileiro, Véléz, de 75 anos, tomou um susto quando jantava com amigos de Olavo de Carvalho, o guru intelectual dos Bolsonaro, e veio a saber, entre comes e bebes, que seu nome circulava na bolsa de apostas para comandar o MEC. Animou-se. “Os olavetes estão defendendo a minha indicação por lá. Vamos ver o que acontece”, contou a um amigo. No Brasil, Véléz procurou abrigo na academia, e decidiu viver aqui em 1979, quando Medellín, a cidade em que morava, estava em pé de guerra. Seu primeiro elo no país foi o professor e mentor Antonio Ferreira Paim, hoje com 92 anos. Paim o orientou no mestrado, depois os dois escreveram livros juntos. “Eu ajudei a desatracá-lo do esquerdismo. Ele defendia guerrilhas na América Latina. Era barra-pesada”, recorda o professor. Véléz persistiu na trilha acadêmica, com carimbo de várias universidades públicas e particulares, sem muito destaque. Foi lecionando em Londrina que conviveu com pupilos de Olavo.

Embora transite há anos em círculos que se identificam com o guru bolsonarista, Véléz e Olavo tiveram pouco contato — encontravam-se aqui e ali muito de vez em quando. O amigo Lucas Berlanza, diretor do Instituto Liberal e conhecedor dos livros do ministro, afirma: “Ele nunca foi olavista”. Mas Olavo lia Véléz, que mantém um blog (agora de acesso restrito) chamado Rocinante. Seus artigos não se amoldam inteiramente à cartilha olavista. Em 2016, na revista on-line Amálgama, Véléz se referiu ao recém-eleito presidente Donald Trump (reverenciado no Planalto) como “o pior do populismo latino-americano” chegando aos EUA.

Em entrevista a VEJA em novembro do ano passado, Olavo falou de Véléz, já no leme do MEC: “Eu não concordo com tudo o que ele pensa, mas o acho um cara altamente qualificado. Tenho certeza de que ele colocará os interesses da nação acima dos dele próprio”. Uma vez escolhido por Bolsonaro, a quem mal conhecia, Véléz procurou Paim. “Ele ficou preocupado com essa ligação com o Olavo de Carvalho. Nós

conhecemos a obra dele, é um pensador, mas não temos nada a ver com aquilo”, diz Paim. O telefonema de Vélez a Paim foi também uma deferência ao mestre. O ministro não queria que ele ficasse melindrado com os holofotes evidenciando sua recente aproximação com Olavo. Na posse, fez questão de citar os dois. Ao assumir a pasta, Vélez começou a enfrentar dificuldades. Percebeu que sua função é tão complexa quanto jogar uma partida diária de xadrez, com a agravante de que não pode se mover sozinho no tabuleiro. Um figurão da área de educação que esteve em janeiro no ministério teve a impressão de que Vélez é “uma rainha da Inglaterra”: mandar mesmo, manda pouco.

Entre os “olavates”, apelido já absorvido pelos próprios, chama atenção a presença do coronel Ricardo Wagner Roquetti, que não desgruda do ministro. Roquetti é ex-pró-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e fiel admirador de Olavo, com quem comunga, ele sim, da mesma cartilha. Roquetti apresenta-se como uma voz do pensamento conservador e, logo na chegada ao MEC, promoveu uma mesa-redonda informal em que tratou de marxismo cultural, entre outros assuntos. Nomeado diretor de programas da secretaria executiva, Roquetti emplacou gente de sua confiança no ministério e desfruta alta influência. Nos bastidores da Esplanada, há até quem diga que ele é o ministro de fato. Mas o mais próximo mesmo de Olavo é o discreto assessor especial Silvio Grimaldo, que coordena seus cursos on-line e tem inclusive procuração para movimentar as contas bancárias do guru.

Nesse jogo do poder, os temas que verdadeiramente importam na educação acabam diluídos em meio a discussões de cunho ideológico. Enquanto o MEC trata da inclusão de moral e cívica no currículo ou da criação de escolas cívico-militares, pesa uma incerteza sobre estados e municípios em relação a um ponto crucial para o andamento da vida escolar: o MEC continuará a apoiar — com ajuda técnica e financeira — a implantação da novíssima base curricular neste ano que se inicia? Ninguém cravou isso. Outros temas que merecem elevada discussão têm sido enquadrados em uma polarização simplificada. É o caso do debate sobre o plano nacional de alfabetização, que consta no rol das 100 metas dos 100 primeiros dias de governo e acabou virando um embate entre dois métodos. Um deles, o fônico, aprendido por meio dos sons de cada letra, é visto como coisa da direita; o outro, o global, como da esquerda — isso porque muita gente o identifica com o “construtivismo de Paulo Freire”, algo de que nunca se ouviu falar pois Paulo Freire jamais foi “construtivista”. “Não dá para a ideologia se sobrepor à ciência”, sentencia Ítalo Curcio, coordenador da pós-graduação em educação da Universidade Mackenzie, em São Paulo.

Na terça-feira 26, o ministro Vélez atendeu a um convite do Senado para apresentar as prioridades do MEC. É de praxe, mas, depois da carta-bomba do dia anterior, a sala da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lotou de interessados e curiosos. Na ocasião, chegou a circular o boato de que o ministro havia sido demitido e, portanto, não compareceria. No entanto, Vélez foi e expôs durante três horas e meia seus planos para o ensino brasileiro. Levantou questões de suma relevância, da alfabetização ao ensino médio, mas deixou na plateia a impressão de ter sido vago. “Apesar de as prioridades irem no caminho certo, o ministro demonstrou ainda não ter propostas concretas para o que ele próprio elencou”, avalia João Marcelo Borges, diretor de estratégia política da ONG Todos pela Educação.

Também não passou despercebido o fato de o ministro, normalmente espontâneo, ter

lido sua fala, escrita por um assessor. A ideia era que não houvesse deslizes, como a comparação do brasileiro a “um canibal” que “rouba coisa dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo”. A frase, dita em entrevista a VEJA, custou a Vélez um pedido (ou seria uma ordem?) do Planalto para não se estender com a imprensa por ora. Enquanto o ministro coleciona polêmicas, a educação dos canibais segue entre as piores. f

Com reportagem de Fernando Molica

topo ↕

## **VEJA - SP - RADAR**

### **Pátria amada**

A patrulha nacionalista está em alta. Levantamento exclusivo do Instituto Paraná mostra que 62% dos brasileiros concordam com o pedido de Ricardo Vélez (ele mesmo desistiu) a diretores de escolas para que filmassem estudantes cantando o Hino Nacional.

topo ↕

## **A CRÍTICA - AM - BRASIL**

### **Ministro suspendeu pedido de envio de vídeo de alunos cantando o hino nacional**

Em mais um recuo, o Ministério da Educação desistiu de pedir que as escolas filmassem alunos durante a execução do hino nacional. Em comunicado que começou a ser enviado ontem a pasta alega “questões técnicas de armazenamento e segurança”. “Em relação à mensagem anterior do Ministério da Educação (MEC), dirigida aos senhores e senhoras diretores e diretoras de escolas, por questões técnicas de armazenamento e de segurança, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez decidiu suspender o pedido de filmagem e de envio dos vídeos por e-mail”, afirma o comunicado enviado a escolas públicas e particulares conforme a assessoria de imprensa do MEC. Esse é o terceiro comunicado que o MEC envia às escolas sobre o assunto. No primeiro, havia uma carta em que o ministro não apenas pedia que as crianças fossem filmadas no momento do hino, como também continha a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, slogan da campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro. A reação partiu de educadores e juristas e motivou uma representação de parlamentares ao Ministério Público Federal. No dia 26, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal, encaminhou um pedido de esclarecimento a Vélez, pois entendeu que a primeira mensagem feria preceitos legais. No mesmo dia, antes de participar de audiência pública na Comissão de Educação do Senado, Vélez reconheceu o erro ao pedir que as crianças fossem filmadas sem autorização dos pais, o que infringe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “O slogan de campanha foi um erro. Já tirei, reconheci. Foi um

### **Reação**

Em nota, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que reúne os secretários estaduais, disse que a ação “fere não apenas a autonomia dos gestores escolares, mas dos entes da federação. O ambiente escolar deve estar imune a qualquer tipo de ingerência político-partidária”.

engano. Tirei imediatamente. E quanto à filmagem, só será divulgada com autorização da família”, disse o ministro da Educação na audiência no Senado na terça. No mesmo dia, o MEC enviou uma nova carta às escolas destacando a necessidade da autorização dos responsáveis dos menores que aparecessem nas filmagens. Uma versão atualizada da carta também foi mandada, desta vez sem a frase que ajudou a fomentar a polêmica.

topo ↕

## **DESTAK - BRASIL**

### **MEC desiste de vídeos dos alunos cantando hino**

O Ministério da Educação (MEC) desistiu de pedir às escolas para gravarem alunos durante a execução do Hino Nacional, segundo a pasta, por questões técnicas de armazenamento e de segurança. De acordo com o MEC, um novo comunicado começou a ser encaminhado às escolas ontem, com a retirada do pedido. O MEC enviou um e-mail para as escolas públicas e particulares do país pedindo a leitura de uma carta do ministro e orientando que, logo após, os responsáveis pelas escolas executassem o Hino Nacional e filmassem as crianças durante o ato. O pedido foi alvo de críticas de educadores e juristas e motivou um processo de apuração pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e uma ação no Ministério Público Federal.

topo ↕

## **J. DO COMMERCIO - PE - OPINIÃO**

### **Vamos cantar o Hino Nacional sim!**

Tarso Francisco Pires Teixeira

Presidente do Sindicato Rural de São Gabriel e vice-presidente da Farsul

Parte da mídia tradicional assumiu oposição aberta e hostil ao novo governo, em detrimento da objetividade jornalística. Só isso poderia justificar a maneira com que foi tratada a proposta do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, de que as escolas realizassem sessões cívicas na abertura do ano letivo, cantando o Hino Nacional e filmando as atividades.

O ato foi descrito como autoritarismo e partidarização do ensino público. Acredito que a proposta é, sim, vergonhosa. É constrangedor que um colombiano tenha mais noção de brasilidade que muitos brasileiros natos. Fui formado em um tempo no qual havia sessões cívicas para cantar o Hino Nacional e outros hinos pátrios – Hino à Bandeira, Hino da Independência e o lindíssimo Hino da República, que quase ninguém mais conhece.

O uso dizer que minha geração foi das poucas a ainda conservar a noção do bem coletivo. Onde o patriotismo não é valorizado, o pertencimento cultural se esvazia, o senso comunitário desaparece e impera a cultura do individualismo. Essa tragédia moral é a mãe de outras tragédias, como a corrupção, a precariedade cultural e a inversão de valores – coisas que só são recuperadas através da educação.

O problema é filmar as crianças? O que mais se faz nas escolas é filmar atividades para colocar nas redes sociais. Quando a recomendação emana do MEC, aí passa a ser ruim? A acusação de partidarismo não se sustenta. Antes de ser o lema da campanha de Bolsonaro, a frase “Brasil acima de tudo” já era uma divisa militar conhecida. Partidarismo, sim, é praticado há anos por professores de esquerda dentro de salas de aula sem que isso gere a mesma indignação da mídia.

O eleitor de Jair Bolsonaro quer, justamente, um choque de civismo, por saber que a corrupção, antes de ser um mal político, é fruto de uma crise moral, que só pode ser combatida com patriotismo e educação baseada na honra. Assim, construiremos o Brasil que queremos. “Verás que um filho teu não foge à luta, Pátria Amada Brasil!”.

topo ↕

## **O TEMPO - MG - BRASIL**

## **MEC recua pela 2ª vez e desiste de vídeos do hino**

BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) desistiu de pedir às escolas para gravarem alunos durante a execução do hino nacional, segundo a pasta, por questões técnicas de armazenamento e de segurança. De acordo com o MEC, um novo comunicado começou a ser encaminhado às escolas na manhã de ontem com a retirada do pedido. Ontem, durante café com jornalistas em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que orientou o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, a se desculpar e a desfazer pedido para que as escolas mandassem os vídeos. “Eu disse a ele (Vélez Rodríguez): peça desculpas e desfaça”. Bolsonaro defendeu, no entanto, a importância de que alunos cantem o hino nas escolas.

ENTENDA O CASO. É o segundo recuo da pasta. A consultoria jurídica do MEC afirmou que há dificuldade de armazenar os arquivos. O consultor jurídico Cássio Cavalcante Andrade disse ter recebido a notícia “do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos. Na terça-feira, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF havia dado 24 horas para que o MEC se manifestasse. Na véspera, o governo havia enviado a escolas públicas e particulares um pedido para que filmassem os alunos cantando o hino nacional. O e-mail ainda recomendava que fosse lida para as crianças uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Pressionado, Vélez já havia recuado na terça-feira e escrito nova versão da carta, excluindo o slogan eleitoral do presidente. Na manifestação ao MPF, a consultoria jurídica da pasta disse ainda que a sugestão de leitura do hino não pode ser “objeto de censura”. Reforçou ainda que a informação de que as imagens deveriam ser compartilhadas “somente se houver autorização segundo a lei” respalda juridicamente a proposta. O consultor jurídico do MEC também destacou o fato de o ministro Vélez Rodríguez ter optado por uma mensagem direta à comunidade escolar, no lugar da grande mídia, decisão que seria “menos custosa aos cofres públicos” e “mais efetiva”.

Exame

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro deste ano. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela prova, divulgou as datas na quarta-feira. Os estudantes que desejarem participar da avaliação poderão se inscrever na prova entre os dias 6 e 17 de maio. Aqueles que desejarem solicitar a isenção terão de fazê-lo antes de se inscrever, entre os dias 1 e 10 de abril. Neste ano, o Inep anunciou que fará uma comissão para avaliar os itens da prova antes de sua aplicação. A medida, alega o órgão, é uma tentativa de barrar o “viés ideológico” da prova.

[topo](#)

## **SUPERNOTÍCIA - MG - BRASIL**

### **MEC desiste de pedir às escolas gravação de hino**

#### **Vélez Rodríguez voltou atrás pela segunda vez**

Depois de uma semana de polêmicas envolvendo o Hino Nacional em escolas de todo o país, o Ministério da Educação (MEC) teve que voltar atrás novamente. O órgão desistiu de pedir às instituições de ensino para gravarem alunos durante a execução do hino, segundo a pasta, “por questões técnicas de armazenamento e de segurança”.

Segundo o MEC, um novo comunicado começou a ser encaminhado às escolas ontem com a retirada do pedido. A carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez às escolas foi alvo de críticas de educadores e juristas e motivou um processo de apuração pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e uma representação de parlamentares ao Ministério Público Federal. Na última terça-feira, ele reconheceu que errou ao pedir que as crianças fossem filmadas cantando o hino sem a autorização dos pais. O ministério, então, decidiu enviar nova carta às escolas destacando que a “gravação era voluntária, mediante autorização da pessoa filmada ou de seus pais ou responsáveis”.

## Slogan

A primeira carta do MEC também gerou polêmica porque pedia que fosse lida na escola, antes do hino, uma mensagem do ministro com as frases “Brasil acima de tudo” e “Deus acima de todos”, que foram o slogan da campanha do presidente Bolsonaro

topo ↕

## CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL

**UFMS está com inscrições abertas para 5 cursos de pós-graduação**  
**Entre os cursos com vagas está a Pós-Graduação em Ciências do Movimento, inédita no Estado**

Educação e Tecnologia

A UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) está com inscrições abertas em cinco cursos de pós-graduação nas suas unidades do Estado. Um deles, por sinal é inédito.

Aprovado em dezembro de 2018 pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, a Pós-Graduação em Ciências do Movimento oferece 22 vagas, para formação da primeira turma do Mestrado em Campo Grande.

As propostas podem ser enviadas até o dia 20 de março. O Mestrado, inédito no Estado, está sendo oferecido pelo Instituto Integrado de Saúde e tem como área básica de conhecimento a Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

As vagas são para a Cidade Universitária, em Campo Grande, e para os câmpus de Corumbá e Três Lagoas. As inscrições podem ser feitas pelo Portal de Pós-Graduação da Universidade. Até amanhã (01), a Pós-Graduação em Educação, do Campus de Três Lagoas, recebe propostas de pesquisa para 24 vagas.

Com inscrições abertas até o dia 11, na Capital as oportunidades são para a Pós-Graduação em Recursos Naturais, com oferta de sete vagas remanescentes. Já a Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, tem 13 vagas remanescentes, no Campus do Pantanal – Corumbá. Também no Campus de Três Lagoas, o Programa de Pós-Graduação em Geografia recebe inscrições para o doutorado nessa mesma data.

topo ↕

## UFMG - NOTÍCIAS

**UFMG discute ações conjuntas com escritório regional do Itamaraty**  
**Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo foi recebida por dirigentes nesta quinta-feira**

Iniciativas para estender o campo de internacionalização da UFMG e possíveis parcerias com o Escritório de Representação do Ministério de Relações Exteriores em Minas Gerais (Ereminas) foram discutidas na tarde desta quinta-feira, 28, com a embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo.

“Foi uma visita de cortesia da embaixadora, que assumiu recentemente a chefia do Ereminas e quer estreitar os laços com a UFMG. Falamos de várias possibilidades de cooperação”, resumiu a reitora Sandra Regina Goulart Almeida.

Também participaram da reunião o vice-reitor Alessandro Moreira, os professores Aziz Tuffi Saliba e Dawisson Belém, respectivamente diretor e diretor adjunto de Relações Internacionais da UFMG, e o diplomata Juliano Alves Pinto.

A reitora informou a embaixadora sobre diversas iniciativas institucionais, como os centros de estudos regionais e a participação no Programa Institucional de Internacionalização (Print), da **Capes**. Especialista em temas relacionados à África, Maria Auxiliadora externou seu interesse em ajudar a compor bibliografias de língua portuguesa naquele continente. A reitora Sandra Goulart, por sua vez, prontificou-se a colaborar. “A exemplo do que ocorreu no passado, nos oferecemos para fazer na UFMG, com a nossa comunidade, a distribuição de livros nas universidades africanas”, afirmou.

“Tudo o que é feito no Itamaraty pode ser replicado em pequena escala em Minas Gerais. E acho muito importante acompanhar as universidades e ver em que podemos contribuir, como a agilização de processos na assinatura de acordos”, comentou Auxiliadora Figueiredo, citando como exemplo os acordos de cooperação educacional para formação de recursos humanos em que alunos de países em desenvolvimento vêm estudar em instituições brasileiras.

A embaixadora é ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores. Ela foi embaixadora do Brasil na Malásia (2011-2015) e na Nigéria (2016-2018).

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

### **Esporte paralímpico é a nova lição dos professores de Educação Física Curso à distância do Comitê Paralímpico Brasileiro e do Instituto Península vai capacitar 100 mil professores**

O Comitê Paralímpico Brasileiro e o Instituto Península, organização do terceiro setor que trabalha pela melhoria da educação no País, lançaram nesta semana o curso de ensino à distância "Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte". O objetivo é capacitar 100 mil professores de Educação Física de todo o País sobre diferentes modalidades esportivas adaptadas para pessoas com deficiência até o ano de 2025.

As aulas mostram como adaptar a prática dos esportes até mesmo em escolas sem infraestrutura ou material para as aulas. Ao caminharem pela quadra e praticarem chute ao gol vendados, por exemplo, os estudantes se colocam na posição de deficientes visuais. Com carga horária de 40 horas, o curso é dividido em quatro módulos sobre a história dos esportes paralímpicos, as principais regras de cada modalidade e entrevistas com atletas brasileiros. Os cursos são gratuitos e oferecidos pelo Impulsiona, braço de educação esportiva do Instituto Península.

Além de promover a inclusão dos alunos com deficiência na Educação Física, o curso promove a sensibilização de professores e alunos. “Não queremos fazer esporte

paralímpico para paralímpicos. Queremos fazer para todos, da forma mais inclusiva possível”, explica Vanderson Berbat, diretor do Impulsiona.

Mizael Conrado, presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, frisou a importância do professor de educação física. “Não dá para mensurar a relevância que o trabalho do professor de educação física tem para a transformação na vida de um indivíduo que conhece o esporte e que, por meio dele, se inclui na sociedade. Maior do que os resultados esportivos e a trajetória dos grandes atletas, o professor de educação física promove a cidadania e a inclusão”.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**MEC desiste de pedir às escolas que gravem os alunos cantando o Hino Nacional No início da semana, o ministro Vélaz Rodríguez pediu a escolas públicas e privadas que filmassem alunos cantando o hino e que fosse lida uma carta com slogan eleitoral de Bolsonaro.**

O Ministério da Educação desistiu de pedir às escolas que gravem os alunos cantando o Hino Nacional. No início da semana, o ministro Vélaz Rodríguez pediu a escolas públicas e privadas que filmassem alunos cantando o hino e que fosse lida uma carta com slogan eleitoral de Bolsonaro.

Depois de críticas, Vélaz Rodríguez admitiu o erro, retirou o slogan da mensagem e afirmou que as gravações deveriam ter autorização dos pais. Nesta quinta (27), o ministério acabou desistindo das filmagens.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Mudanças no Escola da Família podem levar a redução de projeto que ajuda estudantes a conquistarem vaga em universidade em Santa Isabel Olímpicos já atendeu mais de 1,5 mil jovens desde 2008 e foi ideia de jovem que conquistou vaga no MIT, nos Estados Unidos. Diretoria de Ensino afirma que projeto é importante e que busca alternativas.**

Um projeto que já envolveu mais de 1,5 mil jovens desde 2008 corre o risco de ser reduzido. O Olímpicos de Santa Isabel (OSI) oferece aulas de matemática, física, química e astronomia gratuitamente a estudantes do 6º ao 9º ano. A iniciativa ajuda os alunos a conquistarem bons desempenhos em olimpíadas e a realizarem o sonho de conseguir uma vaga na universidade no Brasil ou até mesmo em outros países.

Até 2018, as atividades eram realizadas aos domingos na Escola Estadual Professora Maria Santos Bairão, por meio do Escola da Família, com a ajuda de professores voluntários. Mas a coordenadora da iniciativa, Teresinha Lopes Pedroso, conta que as o programa estadual está suspenso na escola e, assim, a continuidade do Olímpicos está ameaçada.

O futuro do projeto agora é incerto. “O vice-diretor participava do Escola da Família, mas ele saiu do programa. Segundo ele alegou, o governo reduziu o pagamento para quem participava do Escola da Família de 40 horas aula para 20 horas aula. E isso fez com que a escola que sempre usamos fique fechada aos finais de semana.”

No programa, as escolas ficam abertas aos fins de semana e oferecem várias atividades. Voluntários e universitários que ganham bolsa na universidade fazem esse trabalho.

A Diretoria de Ensino de Jacareí, responsável por Santa Isabel, afirma que antes a responsabilidade pelas escolas aos fins de semana, durante o Escola da Família, era do vice-diretor e agora passou a ser de um professor articulador, com aulas atribuídas. Das seis unidades com Escola da Família do município, duas estão ainda sem professor e, por isso, com o programa suspenso.

A dirigente Ana Cláudia Maia afirma que o Olímpicos é muito importante e que vai buscar alternativas até a atribuição. "A gente precisa conversar com os coordenadores do projeto, ver que espaço físico precisam, de que forma podemos ajudar. É um projeto muito antigo, de sucesso, que contribui bastante para aprendizagem. Já funcionou em escola que não tem o programa", diz.

## Olímpicos

O projeto começou com o filho de Teresinha, Marco Antônio Lopes Pedroso. Foi ele quem teve a ideia de ajudar outros alunos, depois de ter tido um bom desempenho em olimpíadas do conhecimento e de ter conquistado uma vaga no curso de engenharia e ciência da computação do MIT, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), o mais conceituado dos Estados Unidos.

Hoje funcionário de uma empresa em Palo Alto, na Califórnia, Marco também fez um mestrado na área no MIT.

Outro filho de Teresinha, Álvaro Lopes Pedroso, se formou pela Universidade de São Paulo (USP) em engenharia e ciência da computação. O mais novo Sávio Lopes Pedroso, de 14 anos, também colabora com a OSI.

Os professores são adolescentes voluntários. No total são 30, que já estudaram na OSI e hoje ajudam a entidade.

De acordo com Teresinha, os participantes têm sucesso em olimpíadas de conhecimento e em bolsas de estudo para escolas e faculdades particulares. "São inúmeros os alunos que seguiram para universidades no exterior, como França, Coreia, Alemanha e Estados Unidos. O Hugo Saraiva que também ajudou a fundar a OSI fez o ensino médio em uma escola pública em Igaratá e passou na USP em São Carlos e agora vai estudar em Paris."

## Dilema

Terezinha conta que a Diretoria de Ensino até ofereceu uma outra escola, mas ela não tem a estrutura necessária.

"O projeto sempre funcionou em uma escola estadual da cidade que oferece 14 salas de aula para nós. Na unidade funcionava o programa Escola da Família. Mas agora o programa acabou nessa unidade. E na escola que nos ofereceram são oito salas apenas. Além disso, a quadra da escola fica no meio das salas. Lá os alunos jogam futebol e tem uma mesa de ping-pong. Não dá para ter aulas por conta do barulho", explica Teresinha.

A prova para selecionar os alunos participantes, porém, continua marcada para 24 de março e os candidatos vão disputar 330 vagas. Teresinha destaca que alunos das redes municipal, estadual e particular podem participar. Eles precisam cursar do 6º ao 9º do ensino fundamental II.

Segundo Teresinha, caso o projeto mude para uma escola menor o número de vagas deve cair para 240.

Outro lado

A Secretaria da Educação informou que o programa Escola da Família não vai acabar, mas está passando por algumas mudanças.

"O programa Escola da Família está passando por uma fase de mudança. Ele está sendo revisto pela secretaria. O novo secretário está propondo um novo eixo, voltado para a aprendizagem. Antes era voltado para trabalho, saúde, atividade esportiva. Continuam os anteriores, mas vai ter mais esse eixo", explica a dirigente regional Ana Cláudia Maia.

A dirigente ainda afirma que antes era o vice-diretor o responsável por cuidar da escola durante as atividades do Escola da Família. Esse profissional ganhava por 40 horas/aula e divide essa carga entre os dias de semana e os fins de semana. Agora a responsabilidade vai ser de um professor articulador, com aulas atribuídas. Serão 20 horas/aula por fim de semana.

"O programa não foi encerrado. Está suspenso. Na hora que atribuir e tiver professor retoma", diz.

Ana Cláudia Maia informou ainda que deve ocorrer uma redução no número de universitários no programa, porque caiu a quantidade de instituições parceiras, mas não tinha os números para passar. O G1 questionou a Secretaria Estadual de Educação e aguarda resposta.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, as mudanças no Escola da Família "preveem que a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB) estabeleça novas diretrizes e acompanhe a execução do cronograma ao longo do ano letivo. As ações serão organizadas pelos professores articuladores, fundamentais para acompanhar as atividades aos sábados e domingos. O trabalho será integrado com as equipes de bolsistas universitários e voluntários, e articulado de acordo com a proposta pedagógica de cada escola."

topo 

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

**As 25 melhores bolsas de estudo com inscrições abertas em março e abril  
Há chances de estudar na Europa, na Nova Zelândia e nos EUA, além de oportunidades para programas de verão**

Como todos os meses, o Estudar Fora compilou as melhores bolsas de estudo com inscrições abertas! Dessa vez, com o fim do ano se aproximando, a ideia é que você já possa se preparar para realizar o sonho de estudar no exterior em 2019.

Por isso, a seleção atual inclui as melhores bolsas tanto em dezembro quanto em janeiro. Há opções para graduação, mestrado e doutorado nos destinos mais procurados por quem deseja ter uma experiência de estudos fora. Isso inclui Estados Unidos, Austrália, Holanda e França. Também existem opções de programas de verão e oportunidade de participação em conferências globais. Confira!

## Bolsas de Estudo para Cursos Curtos e Graduação

Santander oferece 750 bolsas de estudo para intercâmbio em 9 países

O Santander está recebendo inscrições para o Programa de Bolsas Santander Ibero-Americanas. A empresa vai oferecer um total de 750 bolsas de estudo para intercâmbio em graduação e pós-graduação a estudantes brasileiros que queiram realizar seus estudos em outros países. As inscrições vão até o dia 7 de agosto.

Os países de destino disponíveis são Argentina, Colômbia, Chile, Espanha, México, Peru, Porto Rico, Portugal e Uruguai. O valor da bolsa é de 3 mil euros, que podem ser usados para custear despesas como taxa da universidade de destino (se houver), deslocamento, alimentação ou moradia.

As inscrições para as bolsas de estudo para intercâmbio do Santander devem ser feitas por meio do aplicativo Santander Universitário (disponível para Android e iOS). O processo seletivo para as bolsas serão realizados pelas instituições de ensino superior. Ou seja: é necessário conferir com a sua universidade como será o processo, e realizar os procedimentos adequados.

## Governo da Nova Zelândia oferece bolsas de graduação e pós-graduação

Estão abertas as inscrições para brasileiros interessados em bolsas do governo da Nova Zelândia para estudos de graduação e pós-graduação. Os candidatos têm até 14 de março para participar da seleção – o processo é feito exclusivamente via internet, por meio deste link.

As bolsas cobrem passagens aéreas de ida e volta, o valor do curso universitário e seguro médico. Além disso, é oferecido também um auxílio para despesas como acomodação e rotinas de estudo, como compra de livros, materiais escolares e gastos com pesquisa (para alunos de pós-graduação).

723 bolsas de estudo na Espanha da Fundação Carolina

A Fundação Carolina está com inscrições abertas para 723 bolsas de estudo na Espanha, incluindo cursos de um mês (de verão), especialização, mestrado e doutorado. Há oportunidades em diversas áreas, como artes, economia, direito, ciências da saúde, finanças e empreendedorismo. **VEJA AQUI E INSCREVA-SE!**

As inscrições vão até o dia 07 de março para os cursos de pós-graduação, e até 7 de abril para doutorado, estadias curtas, mobilidade de professores e estudos institucionais.

Bolsas para graduação e mestrado na Austrália

A University of Queensland (UQ), na Austrália está com inscrições abertas para a Bolsa de Líderes Globais da América Latina. A iniciativa é destinada a candidatos a cursos da Faculdade de Negócios, Economia e Direito da universidade. Os contemplados terão de 50% a 100% dos custos de tuition fee cobertos para até quatro semestres de estudo. Porém, tanto o critério de seleção quanto o valor final concedido aos selecionados dependerá do desempenho dos estudantes.

Os candidatos devem, primeiro, se inscrever ao curso de interesse e só então preencher

o formulário de candidatura para o apoio financeiro. O prazo para ingresso no segundo semestre do ano que vem vai até 30 de abril de 2019.

Instituto Weizmann dá bolsas para cursos de verão em Israel

O grupo Amigos do Instituto Weizmann do Brasil vai oferecer quatro bolsas para que estudantes brasileiros. Voltadas para alunos que tenham concluído o Ensino Médio, mesmo os que já estão no começo do Ensino Superior, as bolsas permitirão que os estudantes participem da Escola de Verão do Instituto Weizmann de Ciências, localizado em Rehovot, Israel. As inscrições vão até 07 de março, e podem ser feitas neste link.

Bolsa Crimson Brasil de preparação para quem quer estudar fora

Estão abertas até 14 de março as inscrições para a bolsa Crimson Brasil. Criada pela Crimson Education, a iniciativa apoiará um estudante brasileiro no processo de application para graduação no exterior. Para ser elegível, o estudante deve estar cursando o Ensino Médio ou ter se formado em dezembro de 2018 e ter interesse em fazer a graduação nos Estados Unidos ou no Reino Unido.

O processo de seleção para a bolsa Crimson exige o preenchimento de um formulário online, com informações pessoais, acadêmicas e extracurriculares – tudo em inglês. Além disso, cabe ao estudante enviar uma redação em língua inglesa, bem como seu histórico escolar do Ensino Médio.

Programa do ministério holandês para auxílio a cursos de bacharelado na Holanda  
Estão abertas as inscrições para o Holland Scholarship, programa de bolsas de estudo financiado pelo Ministério Holandês da Educação, Ciência e Cultura. É uma parceria com universidades holandesas de pesquisa e ciências aplicadas. O auxílio, no valor de 5 mil euros, é destinado a estudantes estrangeiros de fora do Espaço Econômico Europeu (EEA), interessados em cursar bacharelado ou mestrado na Holanda.

A contribuição cobre os gastos referentes ao primeiro ano do curso. Por essa razão, o prazo final para se inscrever ao Holland Scholarship depende do curso escolhido. O período de candidatura varia entre 1º de fevereiro e 1º de maio de 2019.

Fundação GRAMMY Latino oferece bolsa de até US\$ 200 mil para alunos de música

Fundação Cultural Latin Grammy está com as inscrições abertas para a bolsa de estudo Emilio e Gloria Estefan para músicos aspirantes interessados em música latina admitidos na Berklee College of Music. A bolsa para alunos de música tem duração de quatro anos e valor máximo de US\$ 200 mil, e as inscrições podem ser feitas por meio deste link. As inscrições ficam abertas até o dia 10 de abril de 2019.

Governo romeno abre inscrições para bolsas de graduação e pós

O governo romeno está oferecendo 85 bolsas de estudo para alunos de graduação e pós-graduação que queiram estudar na Romênia. As bolsas têm duração de um ano e meio a seis anos, e podem ser solicitadas por alunos de qualquer país do mundo (exceto países membros da União Europeia) que não tenham cidadania romena. As inscrições devem ser feitas até o dia 15 de março de 2019.

Como parte da bolsa, os estudantes escolhidos poderão estudar gratuitamente nas instituições de ensino superior de sua escolha. Além disso, a bolsa também cobre acomodação, conforme as capacidades de cada universidade. Os alunos escolhidos também receberão uma ajuda de custo mensal em moeda romena, num valor equivalente a 65 euros (para graduandos), 75 euros (para mestrandos) ou 85 euros (para doutorandos).

LAIOB oferece 12 bolsas para cursos de negócios nos EUA

O LAIOB (Latin American Institute of Business) está oferecendo 12 bolsas de estudo para os cursos de Marketing, Management, Sales Management & Negotiation e Innovative Project Management. Os cursos são da University of Akron, em Ohio, nos Estados Unidos, e têm duração de duas semanas, com carga horária de 64 horas. Eles acontecerão em julho de 2019. As inscrições vão até 10 de março e podem ser feitas por meio deste link.

Para cada um dos quatro cursos, o LAIOB oferecerá uma bolsa integral e duas bolsas de 70%, totalizando 12 bolsas para cursos de negócios. Além delas, o instituto também concederá bolsas de 50% e 30% a outros candidatos selecionados durante o processo seletivo.

Bolsa de 9 mil libras por ano para graduação no University College London

A University College London (UCL) está recebendo inscrições para a bolsa Denys Holland. Criada em homenagem ao falecido professor Denys Holland (e financiada por meio de doações de seus ex-alunos), a bolsa tem o objetivo de permitir que um jovem com necessidade de auxílio financeiro realize sua graduação em Londres, na universidade. As inscrições vão até 05 de julho.

Universidade de Westminster oferece bolsa integral para graduação na Inglaterra

A Universidade de Westminster está oferecendo uma bolsa de estudo integral para alunos de graduação. O estudante selecionado ficará isento das taxas cobradas pela universidade. A bolsa também contempla despesas com passagem aérea, acomodação, alimentação e outros custos de vida do aluno durante sua graduação na Inglaterra. As inscrições vão até 31 de maio.

São elegíveis para bolsa todos os cursos de nível de graduação (“undergraduate”) oferecidos na universidade. No total, são mais de 180 cursos desse nível disponíveis na instituição, indo de “Ciências Biomédicas Aplicadas” a “Literatura Árabe e Inglesa”. A lista completa de cursos disponíveis pode ser visualizada neste link.

Bolsas de estudos do (ISC)<sup>2</sup> para mulheres em Segurança da Informação

O (ISC)<sup>2</sup>, consórcio internacional de certificação em segurança de sistemas de informação, está oferecendo bolsas de estudo de graduação e pós-graduação exclusivamente para mulheres. As bolsas de estudos em Segurança da Informação<sup>2</sup> são oferecidas por meio do programa (ISC)<sup>2</sup> Women’s Scholarships, que está com inscrições abertas até o dia 15 de abril.

## Bolsas de Estudo para Pós-Graduação

Bolsa do governo belga para mestrado na região de Flandres

O governo de Flandres (uma região da Bélgica) está com inscrições abertas para o programa Master Mind Scholarships. O programa oferece bolsas de estudo a estudantes de qualquer nacionalidade, que tenham concluído o ensino superior em uma universidade fora da região de Flandres e que queiram fazer mestrado na Bélgica. As inscrições vão até 30 de abril.

A bolsa, no entanto, contempla apenas as universidades localizadas nessa região. São, no total, 12 opções, incluindo cinco universidades (University of Leuven, University of Antwerp, Ghent University, Hasselt University e Vrije Universiteit Brussel), além de sete outras faculdades com oferta de cursos mais específicos. A lista completa pode ser visualizada no site do programa de bolsas.

Bolsas de até US\$ 23 mil por ano para mestrado em energia sustentável

A Global Sustainable Energy Partnership (GSEP) está com inscrições abertas para o programa de bolsas ESED (Education For Sustainable Energy Development). A instituição oferecerá bolsas de estudo para pesquisadores interessados em realizar trabalhos de mestrado em energia sustentável e/ou renovável. As inscrições vão até 08 de março de 2019.

Os bolsistas receberão até US\$ 23 mil por ano, por no máximo dois anos. Como o valor tem o objetivo de ajudar os bolsistas a arcarem com os cursos de seus estudos, ele varia de acordo com a necessidade dos bolsistas. A bolsa é válida para pesquisadores que queiram fazer mestrado em qualquer universidade, contanto que o tema de sua pesquisa esteja relacionado a energia sustentável.

Bolsas integrais de doutorado nos EUA da Comissão Fulbright

A Comissão Fulbright está com inscrições abertas para bolsas integrais de doutorado pleno nos Estados Unidos. As bolsas são para pesquisadores de quaisquer área que desejem fazer seu doutorado nos EUA, e as inscrições vão até 31 de março de 2019.

Os alunos contemplados terão suas taxas administrativas e acadêmicas pagas diretamente à universidade anfitriã pela comissão. Além disso, receberão também um valor mensal (que varia conforme o campus) e um adicional de 50% desse valor para cobrir as despesas de um dependente (cônjuge ou filho).

A bolsa também contempla seguro de saúde para o bolsista e seu dependente, passagem de ida e volta entre Brasil e EUA e auxílio de US\$ 1.300 para que ele se instale no seu local de estudo. Os bolsistas também ficam isentos das taxas do Visto J-1 para os EUA. Os benefícios são válidos pelos primeiros três anos do doutorado.

Bolsas de mestrado na Espanha ou no Reino Unido da Neoenergia

A empresa de energia Neoenergia, controlada pelo grupo espanhol Iberdrola, está oferecendo cinco bolsas de mestrado na Espanha e no Reino Unido para brasileiros. O programa, de acordo com a empresa, tem o objetivo de formar profissionais de alto

nível em áreas estratégicas para o setor de energia. As inscrições vão até 29 de março, por este link.

Por esse motivo, as bolsas são focadas em algumas áreas de estudos, relacionadas a energias renováveis, engenharia, sustentabilidade, big data e cibersegurança. O edital do programa também afirma dar preferência a estudantes que busquem estudar em determinadas universidades da Espanha ou Reino Unido.

Bolsas de pós-graduação para brasileiros trabalhando no setor público

A Hertie School of Governance, em parceria com o Instituto República, está com inscrições abertas para bolsas para pós-graduação a brasileiros. As bolsas são voltadas para profissionais que atuam no setor público e tem, segundo a escola, o objetivo de “fomentar excelência no setor público brasileiro”. As inscrições vão até 1 de maio.

Estão disponíveis bolsas para três programas de mestrado oferecidos pela escola. São eles o Master of Public Policy (mestrado em políticas públicas), Master of International Affairs (mestrado em assuntos internacionais) e o Executive Master of Public Administration (mestrado executivo em administração pública). Mais informações sobre cada um dos programas podem ser vistas nos respectivos links.

Universidade Johns Hopkins lança bolsa de mestrado em homenagem a Marielle Franco

A universidade americana Johns Hopkins inaugurou recentemente a bolsa de estudos em homenagem a Marielle Franco, vereadora assassinada em março de 2018 no Rio de Janeiro. O apoio financeiro foi disponibilizado graças a uma doação anônima recebida em nome de Marielle.

O valor ainda não foi divulgado, mas o fato é que a bolsa vai custear parte das despesas do mestrado em relações internacionais com foco na América Latina. O curso faz parte do Programa de Estudos Latino-Americanos (LASP) da School of Advanced International Studies (SAIS) na Johns Hopkins. Candidatos a qualquer curso do SAIS da Johns Hopkins serão considerados para receber a bolsa Marielle Franco, desde que sua área de concentração na pesquisa sejam os estudos latino-americanos. A lista de cursos disponíveis pode ser acessada nessa página.

Bolsas de até R\$ 57 mil por ano para mestrado na Universidade de Genebra

A Faculdade de Ciências da Universidade de Genebra (Unige) está com inscrições abertas para o programa Excellence Fellowship. O programa, segundo a organização, oferecerá bolsas a alunos “de destaque e altamente motivados” que queiram realizar um mestrado na Universidade de Genebra, em uma das áreas oferecidas pela faculdade. As inscrições estão abertas até 15 de março.

Fundação Boustany oferece bolsas para MBA em Cambridge e em Harvard

Esta oportunidade é um sonho para muitas pessoas, sem sombra de dúvida! É que os MBA de Harvard e Cambridge estão entre os melhores do mundo. Agora, imagine poder estudar em uma dessas duas instituições com uma bolsa de estudos...

As bolsas Boustany MBA Harvard Scholarship e Cambridge Scholarship são oferecidas

a cada dois anos para os programas de MBA das duas instituições. As inscrições para 2019 já estão abertas e vão até 31 de maio de 2019.

Um dos 10 melhores programas de MBA dos Estados Unidos oferece bolsas para brasileiros

A Marshall School of Business da University of Southern California (USC) está oferecendo três bolsas de estudo para alunos brasileiros interessados em cursar o seu programa de MBA internacional em 2019. As inscrições estão abertas até 15 de maio de 2019. Entretanto, é aconselhável que os candidatos interessados na bolsa se inscrevam o quanto antes.

As bolsas para MBA da USC são oferecidas para candidatos com alto potencial e podem chegar a 50 mil dólares. Os alunos selecionados também receberão auxílio moradia, que pode chegar a 15 mil dólares para quem viaja com os filhos. No total, portanto, o valor da bolsa é de até 65 mil dólares.

Universidade irlandesa tem bolsa de mestrado exclusiva para brasileiros

A Escola de Inglês, Teatro e Filme do University College Dublin (UCD) está recebendo inscrições para a Maria Helena Kopschitz Scholarship. A bolsa de mestrado exclusiva para brasileiros tem o objetivo de permitir que um estudante brasileiro curse o mestrado em Literatura e Cultura Irlandesa da Universidade. Mais detalhes sobre a exigência do UCD para a comprovação de proficiência em inglês podem ser vistos neste link. E neste link, podem ser vistas mais informações sobre o programa de mestrado.

Para se candidatar à bolsa de mestrado exclusiva para brasileiros, é necessário enviar os documentos citados (CV, personal statement, histórico acadêmico, comprovação de proficiência em inglês e artigo acadêmico recente, bem como dois contatos de professores que escreverão as cartas de recomendação) para [Margaret.O.Kelleher@ucd.ie](mailto:Margaret.O.Kelleher@ucd.ie) até o dia 30 de abril.

Bolsas da fundação Rotary para programas de pós relacionados a água e saneamento

A Fundação Rotary está oferecendo bolsas de estudo para pesquisadores de diversas áreas interessados em resolver os problemas de água potável e saneamento básico do mundo. As bolsas da Fundação Rotary serão oferecidas a alunos que tenham sido aceitos no programa de pós-graduação do IHE Delft Institute for Water Education, na Holanda.

Mais informações sobre as inscrições (que vão até o dia 1 de abril) estão disponíveis no formulário que pode ser acessado por aqui.

Bolsas para pós-graduação da Academia Nacional de Ciências da Índia

A INSA (Indian National Science Academy, ou academia nacional de ciências da Índia) está com as inscrições abertas para a JRD-Tata Fellowship. Trata-se de um programa de bolsas de estudo para alunos das áreas de exatas e biológicas dos países em desenvolvimento. As inscrições ficam abertas até o dia 30 de abril. O formulário de inscrição pode ser visualizado por meio deste link.

Bolsa integral para MBA no Ohio State Fisher College of Business

O Ohio State Fisher College of Business está recebendo inscrições para a Scholarship for the Americas. Trata-se de uma bolsa integral para MBA que além cobrir integralmente os custos de tuition, também oferece ao bolsista um valor mensal de US\$ 1.435 para custear despesas com deslocamento, moradia e alimentação.

Além dessa bolsa, a faculdade ainda oferece outras bolsas de 50% e ajuda de custo mensal de US\$ 700 para os chamados “Fisher Fellows“. As inscrições para o MBA (e para as bolsas) ficam abertas até o dia 15 de abril.

## EXTRA

Programa Líderes Estudar 2019 abre inscrições

O Programa Líderes Estudar, antes conhecido como programa de bolsas de estudo da Fundação Estudar, está com inscrições abertas para sua edição de 2019 até o dia 01/04! O programa existe há 26 anos como forma de propiciar que brasileiros estudem nas melhores universidades do mundo – seja no Brasil ou no exterior – e desenvolvam ao máximo o seu potencial.

Podem se inscrever jovens brasileiros de até 34 anos, que se identificam com os valores da Estudar, apresentam excelência acadêmica e querem deixar um grande legado para o país. A candidatura é aberta a estudantes de todas as áreas e cursos. As inscrições podem ser feitas por meio deste link.

Bolsas de estudo para ensino médio em escola bilíngue

A Fundação St. Paul’s está com inscrições abertas para o Programa de Bolsa Integral de Estudos da St. Paul’s School. O programa vai selecionar dois estudantes com idade de 11 a 15 anos para realizar seus estudos na escola bilíngue com bolsa integral. As inscrições ficam abertas até 31 de março.

Este artigo foi originalmente publicado pelo Estudar Fora, portal da Fundação Estudar

[topo](#)

## R7 - TEMPO REAL

**Governo abre inscrição para Processo Seletivo Simplificado para professores**

**Governo abre inscrição para Processo Seletivo Simplificado para professores**

Os professores da rede estadual, interessados em trabalhar nas unidades de ensino que oferecem o Ensino Médio em Tempo Integral poderão se inscrever no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo governo do Estado, projeto da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Seduc). As inscrições prosseguem até às 23h59 do dia 1º de março. No período de carnaval (de 2 a 6 de março) as inscrições não acontecem, e podem ser retomadas às 8h de 7 de março até às 23h59 do dia 8 de março, clicando aqui.

Poderão participar da seleção os professores que estão lotados em unidades de ensino; na Seduc ou na sede das Diretorias Regionais de Educação.

A seleção objetiva a formação de Cadastro de Reserva para todas as 41 escolas que oferecem o Ensino Médio em Tempo Integral, e será compreendida das seguintes fases:

# CLIPPING



inscrição, etapas de avaliação, classificação e convocação dos candidatos. A seleção será feita por meio de avaliação de currículo.

Estão sendo disponibilizadas vagas para as funções de professor das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Matemática, Biologia, Física, Química, História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

O prazo de vigência do Processo Seletivo Simplificado será de dois anos, contados a partir da data de sua publicação no site da Seduc, podendo ser prorrogado uma vez por igual período. Durante sua vigência, as vagas decorrentes de desistência poderão ser preenchidas por profissionais selecionados por este PSS, observando a ordem de classificação.

## Carga horária e remuneração

O candidato selecionado e convocado para atuar no Centro de Excelência de Ensino deverá ter disponibilidade para cumprir a carga horária de 40 horas semanais, exclusivamente presenciais, em regime de tempo integral, distribuídas nos turnos matutino e vespertino, na unidade de ensino em que for lotado.

Além da remuneração inerente ao cargo efetivo de Professor de Educação Básica, o candidato selecionado receberá também a Gratificação por Atividade de Tempo Integral (GATI), criada pela Lei Complementar nº 179/2009, no percentual de cem por cento sobre o vencimento básico.

## Cronograma

Após as inscrições, as outras etapas do Processo Seletivo Simplificado obedecerão o seguinte cronograma:

### Análise de Títulos

De 11 a 13 de março

### Resultado

14 de março

### Recurso

15 de março

### Resultado final

18 de março

### Formação

Data a definir

topo ↗

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Studienkolleg é a opção para jovens que querem estudar em universidades da Europa e de outros países**

#### **Curso preparatório de 12 meses é oferecido no Colégio Visconde de Porto Seguro e está aberto para alunos da 3ª série do Ensino Médio**

Buscando proporcionar aos alunos mais opções na hora da escolha da universidade, o Colégio Visconde de Porto Seguro anuncia mais uma edição do Studienkolleg, um curso preparatório de 12 meses que tem como objetivo preparar alunos estrangeiros para o estudo em universidades da Europa e de outros países.

"O colégio tem um curso preparatório para o Studienkolleg que começa após o carnaval. Qualquer aluno da 3ª série do Ensino Médio, que estiver interessado e atenda aos requisitos do programa, pode se candidatar e participar do curso, que acontece duas vezes por semana e é gratuito", afirma a Profa. Dra. Silmara Casadei, Diretora Geral Pedagógica e Educacional do Colégio Visconde de Porto Seguro.

Voltado à capacitação dos jovens, o curso é dividido em cinco áreas de ensino diferentes. A primeira delas é o M-Kurs, que aborda as áreas de medicina, biologia e farmácia. Outra opção é o T-Kurs, aberto ao aprendizado de matemática, ciências naturais e áreas técnicas. Há ainda o W-Kurs, para as áreas de economia e ciências sociais, o G-Kurs, que estuda o campo das ciências humanas e de estudo da língua alemã, e o S-Kurs, que é focado nos estudos de línguas.

Para participar do Studienkolleg na Alemanha, os alunos devem apresentar certificados DSD II (ou nível B2) de proficiência na língua alemã, carta confirmando a conclusão do Ensino Médio e, ainda, a aprovação no exame de admissão do Studienkolleg, em prova que é realizada no próprio colégio.

Segundo Werner Fabisch e Ingo Kangarlou, diretores do Currículo Bilíngue do Porto, após os 12 meses do curso preparatório na Alemanha, o aluno deverá passar por uma prova de conclusão do Studienkolleg para entrar na universidade alemã. "Com este resultado, ele concorrerá com outros estudantes estrangeiros por uma vaga na universidade de sua escolha", explicam. O estudo na maioria das universidades alemãs é gratuito e as vagas são preenchidas de acordo com a escolha do aluno e pela nota obtida no exame final do Studienkolleg.

#### **Sobre o Colégio Visconde de Porto Seguro**

Fundado em 1878, o Colégio Visconde de Porto Seguro é uma conceituada instituição de ensino do Brasil que prima pela inovação educacional e pelo desenvolvimento de múltiplos talentos e competências dos alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio. Comprometido com uma ampla e sólida formação pluricultural e plurilinguística, o colégio conquistou diversas certificações internacionais, como o selo de "Exzellente Deutsche Auslandsschule", do governo alemão, que qualifica o Porto como uma escola de excelência no exterior. A escola também conta com as certificações da Fundação Alemã Casa do Pequeno Cientista; da Apple Distinguished School e a do Programa das Escolas Associadas da UNESCO.

Com ótima infraestrutura para o desenvolvimento integral do aluno, prepara jovens para as principais universidades do Brasil e do mundo. Oferece ensino e exames de proficiência em alemão, inglês e espanhol, além do Abitur, certificação oficial para admissão em universidades de todos os países da União Europeia e de outras regiões do mundo, inclusive como créditos para universidades americanas. Dispõe de mais de 60 cursos extracurriculares, alguns em parceria com renomadas universidades, como a ESPM, a Belas Artes e a POLI-USP. Sua comunidade escolar é composta por nove mil alunos e 1.870 colaboradores, nos três Câmpus: Morumbi, Panamby e Valinhos. Site: [www.portoseguro.org.br](http://www.portoseguro.org.br).

Além disso, o Colégio Visconde de Porto Seguro conta com a Escola da Comunidade. Fundado em 1966, a EC tem como proposta modificar o futuro, proporcionar novas oportunidades profissionais e trajetórias de vida para jovens e adultos. Após 53 anos de existência, o projeto é um dos mais sólidos do País e disponibiliza 1.600 bolsas de estudos para Educação Básica (Infantil ao Ensino Médio), Educação para Jovens e Adultos (EJA) e cursos profissionalizantes em duas unidades, disponíveis para moradores das comunidades de Vila Andrade e Paraisópolis, em São Paulo. Para obter mais informações e novidades sobre a instituição, acesse a página no Facebook do Colégio Visconde de Porto Seguro.

PLANIN - Assessoria de Imprensa do Colégio Visconde de Porto Seguro  
Angélica Consiglio, Beatriz Imenes e equipe - [www.planin.com](http://www.planin.com)  
Contatos: portoseguro@planin.com- Tel.: (11) 2138-8948

topo ↕

## TERRA - TEMPO REAL

### **Esporte paralímpico é a nova lição dos professores de Educação Física Curso à distância do Comitê Paralímpico Brasileiro e do Instituto Península vai capacitar 100 mil professores**

O Comitê Paralímpico Brasileiro e o Instituto Península, organização do terceiro setor que trabalha pela melhoria da educação no País, lançaram nesta semana o curso de ensino à distância "Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte". O objetivo é capacitar 100 mil professores de Educação Física de todo o País sobre diferentes modalidades esportivas adaptadas para pessoas com deficiência até o ano de 2025.

As aulas mostram como adaptar a prática dos esportes até mesmo em escolas sem infraestrutura ou material para as aulas. Ao caminharem pela quadra e praticarem chute ao gol vendados, por exemplo, os estudantes se colocam na posição de deficientes visuais. Com carga horária de 40 horas, o curso é dividido em quatro módulos sobre a história dos esportes paralímpicos, as principais regras de cada modalidade e entrevistas com atletas brasileiros. Os cursos são gratuitos e oferecidos pelo Impulsiona, braço de educação esportiva do Instituto Península.

Além de promover a inclusão dos alunos com deficiência na Educação Física, o curso promove a sensibilização de professores e alunos. "Não queremos fazer esporte paralímpico para paralímpicos. Queremos fazer para todos, da forma mais inclusiva possível", explica Vanderson Berbat, diretor do Impulsiona.

Mizael Conrado, presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, frisou a importância do professor de educação física. "Não dá para mensurar a relevância que o trabalho do

professor de educação física tem para a transformação na vida de um indivíduo que conhece o esporte e que, por meio dele, se inclui na sociedade. Maior do que os resultados esportivos e a trajetória dos grandes atletas, o professor de educação física promove a cidadania e a inclusão".

topo ↕

## TERRA - TEMPO REAL

### **Kangoo Jumps lança sua universidade no Brasil**

Centenas de academias no Brasil e no mundo já oferecem a modalidade Kangoo Jumps, que utiliza um equipamento suíço, de tecnologia patenteada e proporciona efeito similar ao minitrampolim, com a vantagem do deslocamento e infinitas possibilidades coreográficas.

A modalidade está entre as mais "queridas" dos alunos, que lotam as aulas coletivas buscando emagrecimento, bem-estar, redução da celulite e do impacto na corrida entre outros benefícios de forma lúdica e eficaz.

Visando expandir ainda mais o número de academias e a consequente demanda por profissionais qualificados para ministrar aulas, a Kangoo Jumps lança sua universidade no Brasil. Trata-se da Kangoo Jumps University, uma proposta de capacitação desenhada para atender as demandas de um país de dimensões continentais.

O lançamento acontecerá em 12 capitais com cursos de 2 dias destinado aos estudantes e profissionais interessados em especializarem-se na modalidade. As cidades sede neste ano serão São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Manaus, Florianópolis, Salvador, Belém, Curitiba e Goiânia.

Brasília - 22 a 24 de março  
Porto Alegre - 26 a 28 de abril  
Rio de Janeiro - 17 a 19 de maio  
Belo Horizonte - 14 a 16 de junho  
Recife - 12 a 14 de julho  
Manaus - 26 a 28 de julho  
São Paulo - 2 a 4 de agosto  
Florianópolis - 16 a 18 de agosto  
Salvador - 06 a 08 de setembro  
Belém - 20 a 22 de setembro  
Curitiba - 11 a 13 de outubro  
Goiânia - 25 a 27 de outubro

Além dos cursos presenciais que apresentam uma metodologia única e inovadora para ministrar aulas com o Kangoo Jumps com fundamentos técnicos internacionais, há um rico conteúdo suporte para ser acessado a qualquer tempo pelos participantes através de uma moderna plataforma de EAD (Educação a Distância), permitindo a revisão e atualização constante para os profissionais.

Para os profissionais já experientes na modalidade haverá um processo seletivo para TREINADORES que farão parte do time de capacitação nacional levando a modalidade para cidades menores em regiões distantes das grandes capitais, permitindo que academias de pequeno e médio porte possam implantar a modalidade.

Segundo Julio Neves, diretor geral da Kangoo Jumps, os cursos oferecem métodos de

construções coreográficas, padrões de movimento, técnicas de planejamento e criação de aulas, fisiologia, biomecânica e musicalidade formando a base para cada indivíduo inovar, criar novos formatos de aulas, selecionar músicas apropriadas e manter a motivação de acordo com o perfil de seus alunos. "Todas as ferramentas e técnicas para criação das aulas são oferecidas ao participante, que terá a liberdade para customizar seus treinos. Já os trainers poderão também ministrar cursos de Kangoo Jumps, participar de eventos especiais da marca além de outros inúmeros benefícios. Eles sairão prontos para se destacar no mercado fitness!", acrescenta.

## **AGORA MS - TEMPO REAL**

### **Última semana de inscrições para ingresso em mestrado profissional oferecido pelo IFMS**

#### **São ofertadas 24 vagas, divididas entre servidores da Rede Federal e público externo. Curso é oferecido em Campo Grande**

As inscrições para o Exame Nacional de Acesso ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) podem ser feitas até a próxima quinta-feira, 7.

Em Mato Grosso do Sul, o curso é oferecido pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), em Campo Grande.

São oferecidas 24 vagas, das quais metade é para servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os outros 50% se destinam ao público externo, sendo uma reservada para candidato com deficiência, comprovada por meio de laudo médico, e duas para candidatos pretos, pardos ou indígenas.

Podem concorrer às vagas portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Todas as normas do processo seletivo constam no edital de abertura.

Os interessados devem se inscrever na Página do ProfEPT. A taxa de inscrição é de R\$ 70,00 e pode ser paga até dia 8 de maio. A lista de candidatos que obtiveram isenção da taxa de inscrição já foi divulgada.

O início das aulas está previsto para o segundo semestre letivo deste ano. Os encontros ocorrerão sempre às segundas-feiras, no período da manhã, tarde e noite, caso seja necessário.

Seleção – Será feita por meio de prova objetiva a ser aplicada no dia 5 de maio.

O candidato deverá responder 50 questões de múltipla escolha, acerca das Bases Conceituais e Históricas da Educação Profissional e Tecnológica, Metodologias de Pesquisa e Teorias e Práticas de Ensino e Aprendizagem, conforme a bibliografia disponibilizada.

A previsão é que o gabarito preliminar seja divulgado um dia após a prova, e o resultado final no dia 17 de junho.

ProfEPT – O mestrado tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica para a produção de conhecimento e desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao

mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

As linhas de pesquisa do mestrado são: “Práticas educativas em educação profissional e tecnológica” e “Gestão e organização do espaço pedagógico em educação profissional e tecnológica”. A descrição e abrangência de cada uma podem ser consultadas na Página do ProfEPT.

A entrega de um produto educacional em educação profissional e tecnológica, conforme definição da área de Ensino da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, é obrigatória para a conclusão do mestrado.

Mais informações podem ser obtidas na página do Mestrado Profissional do Campus Campo Grande. Em caso de dúvidas, o contato com a coordenação do curso no IFMS deve ser feito pelo e-mail [profep@ifms.edu.br](mailto:profep@ifms.edu.br).

topo ↕

## CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS

### **Mourão abandona modos rudes e torna-se o moção dos jornalistas**

Visto como rude por jornalista e parte da opinião pública, o vice-presidente Hamilton Mourão mudou radicalmente seu estilo e se transformou em uma das vozes mais sentadas do governo Bolsonaro, senão a única.

Desagravou os filhos de Bolsonaro, aliados do governo, bolsonaritas e até o guru do presidente, o filósofo Olavo de Carvalho, ao considerar graves as ameaças contra o ex-deputado Jean Wyllys e se encontrar com representantes da CUT.

A Agência Pública entrevistou o responsável pela transformação do general Mourão, o tenente-coronel Alexandre Lara de Oliveira, que comandou sessões de media training com o vice-presidente.

Leia abaixo a entrevista do tenente-coronel Alexandre Lara concedida a Vasconcelos Quadros, da Agência Pública.

Ao chegar eufórico ao gabinete de seu superior para revelar uma ideia que repentinamente lhe viera à cabeça, o tenente-coronel Alexandre Lara de Oliveira foi recebido com uma ducha de água fria. “Para que sua ideia serve?”, perguntou o superior, que, não vendo nada de útil para solução de problemas da caserna no brilhante lampejo, emendou: “Se sua ideia não serve para nada, então abandone”.

Mourão

Crédito: Valter Campanato/Agência Brasil

Como o vice-presidente abandonou o linguajar e os modos rudes da caserna para conquistar a opinião pública e se tornar o “Mozão” dos jornalistas Oliveira aprendeu a lição. Nos últimos 12 anos, depois de ter deixado São Luiz Gonzaga, na fronteira com a Argentina, com a patente de capitão de cavalaria do Exército, o atual secretário de Imprensa do presidente Jair Bolsonaro mergulhou nos estudos para agregar à experiência militar graduações em jornalismo, publicidade, propaganda e marketing, com pós em gestão de crise. Como se vê, ferramentas imprescindíveis num governo que mal começou e já sofre baixas com potencial de estrago.

“Todo governo passa ou passará por crises”, diz ele, com a tranquilidade de quem, antes

de aceitar o convite do general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para assumir a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto, foi um dos responsáveis pela mudança de imagem, postura e de conteúdo do surpreendente general Antônio Hamilton Mourão que emergiu em 2019.

Mourão em nada lembra o general afastado do Comando Militar do Sul em 2015 por incitar a tropa para um “despertar patriótico” contra o governo e por defender o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff como alternativa de “descarte da incompetência, da má gestão e da corrupção”. Nem o general que, transferido à mesma época para uma função burocrática na Secretaria de Finanças do Exército, pregou um novo golpe militar para derrubar Michel Temer e acabou sendo obrigado, como punição derradeira na ativa, a vestir o pijama.

Pouca gente percebeu, mas nas últimas três semanas de 2018 um transformado Mourão frequentou discretamente o serviço de comunicação do Exército. Ao alvorecer e ao pôr do sol, Alexandre Lara de Oliveira, misto de jornalista, marqueteiro e militar, comandou sessões de media training com duração de 30 minutos, nas quais o general foi submetido a rigorosas sabatinas, nas quais nenhum tema era tabu.

Das questões administrativas dos negócios de governo à política, o general foi provocado sobre tudo: Lula, PT, aborto, evangélicos, direita, esquerda, corrupção no governo, crises e, enfim, o que se tornará pauta jornalística obrigatória nos próximos quatro anos.

O general se deixou levar e não resmungou nem diante de temas e perguntas picantes, aquelas em que o assessor faz as vezes de advogado do diabo, colocando o assessorado contra a parede. “Fomos até o limite da autoridade”, conta Oliveira.

O treinamento aplicado a Mourão é baseado no entendimento de que, independentemente de ideologia, política e imprensa andam na mesma trilha. O político, segundo essa compreensão, precisa focar nas questões de Estado, entender a lógica da notícia, falar ou responder sempre com o que é mais importante, ou, no jargão profissional, o que dará um bom lide.

“O general Mourão é um homem preparado. Absorveu rapidamente o que interessava e passou a se expressar de forma mais produtiva no contato com a imprensa”, elogia Oliveira.

Disciplinado e aplicado, o general seguiu à risca um programa de treinamento em que a análise de temas e de cenários era baseada em três fases simples: introdução, desenvolvimento e conclusão, aplicáveis tanto em entrevistas quanto em palestras. “Ele aprendeu a entender o que os jornalistas buscam, que é o lide”, afirma Oliveira.

Professor de comunicação institucional em entidades estatais como o Ministério Público e Academia Nacional da Polícia Federal, sem se descuidar, naturalmente, do aperfeiçoamento nas artes militares, o tenente-coronel diz que Mourão absorveu com facilidade os objetivos do media training.

Uma dose de paciência aqui, outra ali, e logo nos primeiros dias de governo, no comando interino, Mourão se sentiu à vontade para falar com jornalistas, sem repetir

tiradas como o conselho sobre as regras básicas que um homem deve seguir depois dos 60 anos: “Jamais despreze o banheiro; nunca desperdice uma ereção; em hipótese alguma confie num peido”, disse, numa conversa informal, em tom de brincadeira, mas devidamente registrada pelo repórter que traçou seu perfil na revista Piauí de dezembro do ano passado.

O Mourão de 2019 já dispensa o vocabulário golpista, o linguajar chulo e não envereda mais por declarações ofensivas, como quando afirmou num evento que “o brasileiro herdou a cultura de privilégio dos ibéricos, a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos”.

O general adaptou-se com incrível rapidez às orientações dos marqueteiros verde-oliva. Os políticos em geral se surpreenderam com a metamorfose. Em vez do brucutu autoritário, o Mourão desse início de governo tem se revelado um democrata versátil, um político atencioso até com antigos adversários, ao ponto de parecer próximo às correntes progressistas achincalhadas sem trégua pelos seguidores do capitão.

Ao contrário do que disseram os integrantes do clã Bolsonaro, por exemplo, Mourão disse considerar graves as ameaças contra o ex-deputado Jean Wyllys, afirmou que é a mulher que deve tomar a decisão em caso de aborto, defendeu investigação sobre as suspeitas que pairam sobre o senador Flávio Bolsonaro e – “traição” suprema a quem costurava acordos com Israel e Estados Unidos – recebeu uma delegação palestina e se opôs ao alinhamento automático com qualquer país.

Fogo amigo

O “fogo amigo” não demorou e partiu de todos os lados: dos evangélicos, dos filhos do presidente e dos principais pensadores de direita que fazem a cabeça dos Bolsonaro. A artilharia mais pesada partiu do guru do presidente, o filósofo Olavo de Carvalho. “Mourão, você não tem vergonha de puxar o saco desse Jean Wyllys e nada fazer em minha defesa?”, afirmou o filósofo num dos vídeos que costuma divulgar pela internet.

Carvalho disse ainda que, enquanto os israelenses socorriam vítimas da tragédia de Brumadinho, “o Mourão estava trocando beijinhos com a delegação palestina” e prometendo que a embaixada brasileira não será transferida para Jerusalém, como prometera Bolsonaro.

Mourão

Crédito: Wilson Dias/Agência Brasi

O vice-presidente, general Hamilton Mourão, participou de sessões de media training organizadas pelo secretário de imprensa do governo, Alexandre Lara de Oliveira. O general deu de ombros e, com desdém que está se tornando comum no novo layout, perguntou aos jornalistas que o abordaram quem se importava com as opiniões de Olavo de Carvalho, lembrando que o guru não poupou nem o general Augusto Heleno.

Indagado como o general reage nos bastidores às críticas de Carvalho, o conselheiro informal tão empoderado que indicou dois ministros, o da Educação e de Relações Exteriores, o tenente-coronel Oliveira foi buscar uma expressão na terra natal.

“Não se gasta pólvora com chimango”, disse, apressando-se a explicar que a frase era dele, e não do general. É um jeito de dizer que o adversário não vale uma briga. Na

história dos conflitos rio-grandenses entres os velhos caudilhos, os chimangos sempre estiveram ao lado das forças militares governistas contra os maragatos, que eram oposição. Em vez de tiro de espingarda ou garrucha contra inimigos, que exigia pólvora, os maragatos usavam a arma branca, com frequência também na degola de adversários aprisionados.

O general Mourão tem sido uma espécie de maragato. Fruto de sua personalidade, e também do marketing verde-oliva, assumiu um papel de contraponto ao governo. Ainda no primeiro semestre deste ano, em data ainda não definida, visitará China, onde participará da reunião de cúpula dos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Maior parceiro comercial, a China ainda não esqueceu as ofensas de Bolsonaro, que mesmo depois de eleito tratou o gigante asiático como um predador que, em vez de comprar no Brasil, “quer comprar o Brasil”. A maior tarefa de Mourão no encontro será apaziguar as relações com a China.

De Etchegoyen a Mourão

Oliveira vem debelando crises desde o governo Michel Temer, onde trabalhou como assessor do general Sérgio Etchegoyen no GSI. Encerrada a eleição, passou a assessorar diretamente o general Mourão, até ser chamado para a Secom em meados de janeiro, onde faz a interface entre o gabinete presidencial e jornalistas.

Sua tarefa agora é, entre outras demandas do dia a dia, ajudar o governo a aprovar a DRU (Desvinculação das Receitas da União), cujo engessamento restringe os investimentos a 6% do orçamento, as reformas da Previdência e tributária, e tentar mostrar à sociedade que o estamento militar que chegou ao poder com Bolsonaro, em analogia à metamorfose de Mourão, desvencilhou-se dos vínculos que marcaram as gerações ligadas à ditadura.

O coronel diz que os segmentos civis que ainda enxergam os militares com um pé nos anos de chumbo raciocinam “pelo retrovisor” e estão “45 anos atrasados no tempo”. Os que, às vésperas das eleições, pediam soluções radicais, como intervenção militar, segundo ele, fazem parte das mentes colonizadas, gente desencantada com a democracia e em busca de soluções radicais que não encontram mais espaço num mundo civilizado.

“O século 21 é o século do diálogo. Nas Forças Armadas não há mais intervencionista. Há, sim, legalistas e constitucionalistas”, garante Oliveira. Mesmo sem que tenha tido a intenção, é um recado a aliados do governo que, ávidos por “um corte radical e mais dramático”, pressionam ou criticam os militares por soluções mais radicais: “Não dá mais suíte”, alerta, usando linguagem jornalística.

Nesse sentido, afirma o oficial, Mourão atuará como um facilitador, exercendo funções de Estado sem ofuscar o papel do presidente da República, que, segundo afirma, será o formulador das políticas públicas. “O vice exercerá funções de Estado, mas é e será o segundo. Deve fidalguia ao presidente e atuará como facilitador”, garante.

Na mesa de Oliveira, no segundo andar do Palácio do Planalto, repousa o livro As 48 leis do poder, do americano Robert Greene, um manual sobre as estratégias de dissimulação e exercícios sobre a arte da política. Ele faz questão de citar a lei número 1

para exemplificar o que entende ser o papel do vice: “Não ofusque o brilho do mestre”, ou, numa interpretação livre, não tente brilhar mais que o sol.

## Mais militares na política

O novo Mourão, desconhecido do público até o início deste ano, não surpreendeu os colegas de farda que já o conheciam. “É o Mourão que conheço”, diz o general Girão, eleito deputado pelo PSL do Rio Grande do Norte no ano passado. Girão afirma que o vice está apenas expressando posições que já eram conhecidas na tropa. E garante que os militares aproveitarão o momento para aumentar a participação na política, desta vez pelo voto.

## Mourão

Crédito: Najara Araujo/Câmara dos Deputados

“É o Mourão que conheço”, comenta o general Girão sobre as posições do vice-presidente

“Vocês perguntam, ele responde. O general Mourão vai colocando seu estilo. Tenho certeza que o presidente Bolsonaro não se incomoda com as divergências. Ele sabia que não estava se aliando a um personagem decorativo”, diz o senador Major Olímpio (PSL-SP), para quem os incomodados terão de se acostumar com vice que é ao mesmo tempo leal ao governo e livre para dizer o que pensa. “Ele é um homem capacitado e tem a legitimidade do voto. Não é uma indicação política”, afirma.

A crise que detonou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República Gustavo Bebianno aumentou ainda mais o poder dos militares no governo Bolsonaro. Saiu deles a indicação do oitavo ministro militar a ocupar o primeiro escalão do governo, o general Floriano Peixoto Vieira Neto, que era o número 2 da pasta e agora assume definitivamente o lugar de Bebianno. General de três estrelas, Floriano Peixoto terá sob seu comando um militar de patente superior, Maynard Santa Rosa, que passa a ser o número 2 na Secretaria-Geral.

Ao exonerar Bebianno, o presidente sinaliza que o núcleo central do governo será formado pelo estamento militar e pelo clã familiar, com seus “três mosqueteiros” (o vereador Carlos, o deputado Eduardo e o senador Flávio), que, na verdade, com Jair, são quatro. Cercado por militares, Bolsonaro ficou com um único civil no primeiro escalão, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, espremido por generais e coronéis em todos os andares do Palácio do Planalto, e fora dele, acossado pela Lava Jato.

## Grupo filosófico

Mourão, Heleno, Carlos Alberto Santos Cruz, da Secretaria de Governo, Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército até o final do governo Michel Temer, hoje o segundo no GSI, e Fernando de Azevedo e Silva, ministro da Defesa, fazem parte do “grupo filosófico” do governo.

São liderados pelo vice, autodenominado “escudo e espada” do presidente, e dão as cartas em todas as áreas da administração federal. Para completar o time, Bolsonaro nomeou como seu porta-voz um general da ativa, Otávio Santana do Rêgo Barros, que faz no briefing aos jornalistas com as formalidades e o semblante sisudo da caserna, quase o mesmo estilo grave com que Bolsonaro aparece nos vídeos que dispara pela internet.

## Mourão

Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Presidente Jair Bolsonaro e o vice-presidente Hamilton Mourão na cerimônia de posse. O militarismo tornou-se uma força capilar de forte influência pelo país, ocupando todos os cargos de confiança de segundo e terceiro escalões nos estados, algo em torno de 7 mil postos no total. Seu domínio vai bem além de ministérios de peso, como Minas e Energia, Infraestrutura e Ciência e Tecnologia, comandados, respectivamente, pelo almirante de esquadra Bento Albuquerque, o tenente do Exército Tarcísio de Freitas e o tenente-coronel Marcos Pontes. A estratégia, conforme orientação de Mourão, é fechar as portas para a política tradicional e, de Brasília até a “ponta da linha”, colocar militares de confiança em todas as funções.

Na Educação, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez levou o coronel Ayrton Pereira Rippel para ser chefe de gabinete, e outros órgãos estratégicos, como Secretaria Executiva, Inep, FNDE e **Capes**, foram preenchidos por influência de militares próximos a Vélez, que antes de aceitar o cargo oferecido pelo presidente para atender seu guru, o filósofo Olavo de Carvalho, foi professor emérito da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército.

No Incra, por indicação de Santos Cruz, o presidente nomeou o general Jesus Corrêa, que definiu como meta o gerenciamento da reforma agrária e dos assentamentos rurais em todo o país com o objetivo explícito de alijar o MST das negociações. Segundo a missão repassada pelo Palácio do Planalto, o Incra cuidará também da demarcação de terras indígenas, atribuição que historicamente pertenceu à Funai e nunca esteve sob o guarda-chuva da autarquia. A mudança esvaziará as funções do general Franklimberg de Freitas, indicado pela ministra Damares Alves para voltar ao comando da Funai.

## No colo dos militares

O jornalista e cientista político Gaudêncio Torquato acha que as eleições de 2018 empurraram o poder para o colo dos militares. “Foi um ‘achado’ fantástico. Não caíram de paraquedas. O Mourão recebeu até a CUT e está se saindo muito bem, melhor até que Bolsonaro, que prefere a companhia dos filhos”, alfineta Torquato, especialista em militarismo. “Mourão e Heleno farão o contraponto e vão enfrentar os bolsões radicais do próprio governo, como o ministro Ernesto Araújo [Relações Exteriores]. Eles se consolidam como poder moderador e escudo protetor do governo em caso de crise. A simples presença deles inibirá sugestões de alternativas fora da Constituição”, acredita Torquato.

O perfil do novo ministro da Secretaria-Geral, Floriano Peixoto (cujo nome é só um homônimo do “Marechal de Ferro”, que foi o primeiro vice e o segundo presidente da República), não deixa dúvidas de que, além dos tanques, coturnos e artilharia, há algo de novo no estamento. Formado na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), Floriano tem mestrado em ciências militares, doutorado em política, estratégia e alta administração nos Estados Unidos pela Command and General Staff College (CGSC).

É também especialista em relações com agências governamentais e ONGs em contextos nacionais e globais e instrutor em escolas militares de nível superior e foi chefe de operações do primeiro contingente brasileiro no Haiti. Entre 2009 e 2010, assumiu o comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, a Minustah, por onde passaram também os principais ministros militares de Bolsonaro.

O secretário de imprensa da Presidência, coronel Alexandre Lara de Oliveira, não acha apropriado se falar em militarização do governo federal. Segundo ele, Bolsonaro e Mourão sabem que há uma deficiência de quadros capacitados para a gestão pública no país e, fiéis às suas origens, foram buscar profissionais nas Forças Armadas, que é uma das poucas referências em educação formal.

“Infelizmente a educação do país não se desenvolveu de forma capilar. Hoje 45,9% da população não tem sequer o segundo grau. Fora as escolas como FGV e Instituto Rio Branco, apenas as Forças Armadas investiram continuamente na formação de quadros técnicos e intelectuais”, afirma. Oliveira lembra que, enquanto as faculdades investem em formação básica em áreas como informática e computação, as Forças Armadas foram além e se tornaram pioneiros na defesa cibernética.

Os militares se tornaram, sinal dos tempos, uma espécie de bússola que indicará o rumo do bolsonarismo. Hoje eles estão tanto no centro do governo quanto na reserva estratégica de uso restrito caso o projeto bolsonarista, por alguma razão, faça água. E, por mais que falem em democracia, ainda cultivam um gosto pelo secreto, como mostrou o decreto de Mourão – em seus dias de presidente interino – alterando a Lei de Acesso à Informação.

topo ↕

## **CONESULNEWS - TEMPO REAL**

### **Última semana de inscrições para ingresso em mestrado profissional oferecido pelo IFMS**

As inscrições para o Exame Nacional de Acesso ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) podem ser feitas até a próxima quinta-feira, 7.

Em Mato Grosso do Sul, o curso é oferecido pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), em Campo Grande.

São oferecidas 24 vagas, das quais metade é para servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os outros 50% se destinam ao público externo, sendo uma reservada para candidato com deficiência, comprovada por meio de laudo médico, e duas para candidatos pretos, pardos ou indígenas.

Podem concorrer às vagas portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Todas as normas do processo seletivo constam no edital de abertura.

Os interessados devem se inscrever na Página do ProfEPT. A taxa de inscrição é de R\$ 70 e pode ser paga até dia 8 de março. A lista de candidatos que obtiveram isenção da taxa de inscrição já foi divulgada.

O início das aulas está previsto para o segundo semestre letivo deste ano. Os encontros ocorrerão sempre às segundas-feiras, no período da manhã, tarde e noite, caso seja necessário.

Seleção

Será feita por meio de prova objetiva a ser aplicada no dia 5 de maio.

O candidato deverá responder 50 questões de múltipla escolha, acerca das Bases Conceituais e Históricas da Educação Profissional e Tecnológica, Metodologias de Pesquisa e Teorias e Práticas de Ensino e Aprendizagem, conforme a bibliografia disponibilizada.

A previsão é que o gabarito preliminar seja divulgado um dia após a prova, e o resultado final no dia 17 de junho.

## ProfEPT

O mestrado tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica para a produção de conhecimento e desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

As linhas de pesquisa do mestrado são: "Práticas educativas em educação profissional e tecnológica" e "Gestão e organização do espaço pedagógico em educação profissional e tecnológica". A descrição e abrangência de cada uma podem ser consultadas na Página do ProfEPT.

A entrega de um produto educacional em educação profissional e tecnológica, conforme definição da área de Ensino da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, é obrigatória para a conclusão do mestrado.

Mais informações podem ser obtidas na página do Mestrado Profissional do Campus Campo Grande. Em caso de dúvidas, o contato com a coordenação do curso no IFMS deve ser feito pelo e-mail [profep@ifms.edu.br](mailto:profep@ifms.edu.br).

topo ↕

## **DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO - CIÊNCIA & INOVAÇÃO**

### **Como funcionará a abertura de mestrados e doutorados a distância**

Alunas da Instituto Federal do Amazonas (Ifam): polos de pós-graduação stricto sensu só serão abertos com autorização específica da **Capes**. Crédito: divulgação.

A abertura de qualquer novo curso de mestrado e doutorado – incluindo na modalidade EAD – precisará considerar as regras recém-publicadas por uma portaria da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O texto, de fevereiro deste ano, é uma das primeiras medidas de **Anderson Ribeiro Correia**, ex-reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), como novo presidente da **Capes**.

O documento tenta reduzir a burocracia e dar celeridade à abertura de pós-graduações stricto sensu em instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas.

Toda proposta enviada à avaliação da **Capes** deve ter “adequação e justificativa da proposta ao desenvolvimento regional ou nacional e sua importância econômico-social”. O material também precisará passar por “análise e justificativa detalhada da pertinência do novo curso para a instituição”. Ou seja, justificar a relevância do novo curso tanto para a comunidade quanto à IES.

Apesar dos novos critérios, a portaria nº 32 de 12 de fevereiro de 2019 permite que

propostas com problemas de diligências continuem tramitando até a análise do mérito. Inclusive se os pedidos de esclarecimentos ou outras medidas não forem atendidos dentro dos prazos estipulados.

A avaliação é constituída por três etapas – antes, eram cinco. Após as análises e a emissão de parecer sobre a proposta, o conselho técnico-científico da educação superior emite um relatório de aprovação ou de rejeição ao novo mestrado ou doutorado.

#### Regras exclusivas para EAD

Desde o fim de 2018, as IES brasileiras podem propor mestrados e doutorados a distância. A atividade foi regulamentada a partir da portaria nº 275, de 18 de dezembro.

Entre as exigências atreladas exclusivamente à abertura de pós-graduação stricto sensu a distância estão:

Atividades presenciais, como estágios obrigatórios, seminários integrativos, práticas profissionais e avaliações in loco – em conformidade com o projeto pedagógico e previstos nos respectivos regulamentos –, pesquisas de campo e atividades de laboratório, quando necessário.

Manter regras e exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidas pela **Capes** para cursos presenciais (incluindo as normas recentes).

Criação de polo para pós-graduação stricto sensu somente com autorização específica da **Capes** – diferentemente do que ocorre na graduação.

Avaliação de propostas de doutorado a distância só serão permitidas depois do primeiro ciclo avaliativo da implementação do respectivo programa de mestrado EAD, com renovação do reconhecimento e, no mínimo, nota 4 no Índice Geral de Cursos (IGC) – a avaliação de qualidade das graduações e pós-graduações de todo o país feita pelo governo federal, medida numa escala de 1 a 5, onde 5 é nota máxima.

Com a nova regra, a expectativa é ampliar a oferta e a demanda de mestrados e doutorados no país, abrindo uma nova frente de atuação para as IES. Antes da decisão, as instituições só podiam oferecer a distância pós-graduação lato sensu, que contempla especializações e MBAs.

Comissão vai avaliar novas modalidades educacionais

Em tempo: ainda em fevereiro, após definir novos critérios para aprovação de cursos de mestrado e doutorado, a **Capes** criou um grupo de trabalho para o fomento à “convergência de modalidades educacionais por meio de tecnologias e sistemas híbridos, e ao desenvolvimento de competências digitais na formação de professores, mestres e doutores”.

A ideia é que modalidades como as de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Especial, Profissional e Tecnológica, do Campo, Indígena e Quilombola sejam abarcadas num projeto compatível com o ensino a distância.

topo ↕

#### JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

**Última semana de inscrições para ingresso em mestrado profissional oferecido pelo IFMS**

**São ofertadas 24 vagas, divididas entre servidores da Rede Federal e público externo. Curso é oferecido em Campo Grande**

As inscrições para o Exame Nacional de Acesso ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) podem ser feitas até a próxima quinta-feira, 7.

Em Mato Grosso do Sul, o curso é oferecido pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), em Campo Grande.

São oferecidas 24 vagas, das quais metade é para servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os outros 50% se destinam ao público externo, sendo uma reservada para candidato com deficiência, comprovada por meio de laudo médico, e duas para candidatos pretos, pardos ou indígenas.

Podem concorrer às vagas portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Todas as normas do processo seletivo constam no edital de abertura.

Os interessados devem se inscrever na Página do ProfEPT. A taxa de inscrição é de R\$ 70,00 e pode ser paga até dia 8 de março. A lista de candidatos que obtiveram isenção da taxa de inscrição já foi divulgada.

O início das aulas está previsto para o segundo semestre letivo deste ano. Os encontros ocorrerão sempre às segundas-feiras, no período da manhã, tarde e noite, caso seja necessário.

Seleção – Será feita por meio de prova objetiva a ser aplicada no dia 5 de maio.

O candidato deverá responder 50 questões de múltipla escolha, acerca das Bases Conceituais e Históricas da Educação Profissional e Tecnológica, Metodologias de Pesquisa e Teorias e Práticas de Ensino e Aprendizagem, conforme a bibliografia disponibilizada.

A previsão é que o gabarito preliminar seja divulgado um dia após a prova, e o resultado final no dia 17 de junho.

ProfEPT – O mestrado tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica para a produção de conhecimento e desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

As linhas de pesquisa do mestrado são: “Práticas educativas em educação profissional e tecnológica” e “Gestão e organização do espaço pedagógico em educação profissional e tecnológica”. A descrição e abrangência de cada uma podem ser consultadas na Página do ProfEPT.

A entrega de um produto educacional em educação profissional e tecnológica, conforme definição da área de Ensino da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, é obrigatória para a conclusão do mestrado.

Mais informações podem ser obtidas na página do Mestrado Profissional do Campus Campo Grande. Em caso de dúvidas, o contato com a coordenação do curso no IFMS deve ser feito pelo e-mail [profep@ifms.edu.br](mailto:profep@ifms.edu.br).

Texto originalmente publicado em <http://www.ifms.edu.br/noticias/ultima-semana-de-inscricoes-para-ingresso-em-mestrado-profissional>.

topo ↕

## MEIO NORTE - PI - ÚLTIMAS

### **Professores podem concorrer a 600 vagas para formação no exterior Vagas estão disponíveis para os Estados Unidos, Canadá e Irlanda.**

Profissionais da educação básica da rede pública de ensino do país podem se candidatar a mais de 600 vagas para cursos de formação em três países: Estados Unidos, Canadá e Irlanda. As vagas são ofertadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

As inscrições, gratuitas, são feitas online com preenchimento de formulário e envio de documentos pela internet. Além da passagem aérea, os participantes terão direito a uma ajuda de custo, seguro de saúde e alojamento.

Em 2013, 18 professores da rede pública estadual do Piauí participaram do programa de aperfeiçoamento em solo norte-americano. No cardápio de atividades além das aulas teóricas e práticas, visitas a museus, bibliotecas, pontos turísticos, palestras com diversos profissionais americanos, workshops, entre outras atividades.

"Vivemos uma experiência única na vida. Todos os professores devem buscar oportunidades como essa e agregar mais conhecimentos a sua experiência profissional, além disso, um curso como esse muda a visão que temos de mundo e de que podemos alcançar voos que muitas vezes não imaginamos", relatou à época Maria Júlia, professora da rede estadual do Piauí.

O edital para os Estados Unidos, em parceria com a Comissão Fulbright, é direcionado aos professores de língua inglesa. São 486 vagas para um curso intensivo de seis semanas em universidades norte americanas. Podem participar docentes da rede pública estadual, municipal e distrital, em efetivo exercício da profissão. As inscrições vão até 17 de março.

O outro edital é promovido pelo Colleges and Institutes Canada (CICan). São 102 vagas destinadas aos professores de todas as áreas da educação básica da rede municipal, estadual e distrital. Dividido em duas partes – a primeira em um curso básico de inglês e a outra em um curso de formação, voltado para gestão de sala de aula e aprendizagem centrada no aluno. O curso terá duração de oito semanas e as inscrições podem ser feitas até 26 de março.

No caso da Irlanda, são 30 vagas para coordenadores e supervisores pedagógicos de qualquer escola da rede pública (municipal, estadual, distrital e federal). As inscrições vão até 26 de março. A parceria com o Mary Immaculate College oferece cursos de inglês, desenvolvimento de habilidades em liderança e gestão pedagógica. O curso tem duração de doze meses.

Os requisitos para concorrer às vagas estão detalhados nos editais:

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-de-desenvolvimento-de-profissionais-da-educacao-basica-no-canada>

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-de-desenvolvimento-de-profissionais-da-educacao-basica-na-irlanda>

<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/estados-unidos/certificacao-em-lingua-inglesa>

topo ↕

## UFSC - TEMPO REAL

### **Presidente da Andifes fala sobre o papel estratégico das universidades públicas**

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), reitor Reinaldo Centoducatte (UFES), em entrevista publicada no site da entidade, falou sobre os 30 anos de fundação da Associação, além de temáticas atuais. Confira a entrevista, na íntegra, abaixo.

Às vésperas de completar 30 anos, a Andifes tem cumprido o papel que motivou sua fundação?

RC – Creio que efetivamente sim. A entidade, fundada em 1989, tem realizado um papel importante na criação de um ambiente de interação entre as universidades federais, o que se torna muito saudável e produtivo. A Andifes também consolidou uma postura de interlocução com a comunidade universitária e seus segmentos, com a sociedade, e com o poder público em suas diferentes instâncias, notadamente o governo federal. Devemos uma homenagem aos reitores que tiveram a visão estratégica de criação da Andifes.

Ao longo de três décadas, a Andifes foi protagonista ou auxiliou muitas políticas públicas visando a ampliação e a qualidade do Ensino Superior público e gratuito no Brasil. O que o senhor pode destacar de conquistas desse período?

RC – A trajetória de 30 anos da Andifes demonstra o acerto de sua fundação, bem como as suas atribuições, que objetivam, fundamentalmente, o desenvolvimento do ensino superior público de qualidade. Foram muitos os momentos em que a entidade contribuiu para o fortalecimento da educação superior pública no Brasil. Eu destacaria, por exemplo, as ações que desencadearam, no começo dos anos 2000, a expansão e a modernização do ensino superior público no país, inclusive com a criação de novas universidades federais e a interiorização da educação superior pública brasileira. Produzimos estudos técnicos, elaboramos diagnósticos sobre as diferentes realidades regionais, trabalhamos na definição de investimentos e apontamos para a necessidade de novas políticas públicas que oferecessem sustentação ao projeto que veio transformar o cenário da educação superior no País. Posso mencionar, em outro exemplo, as ações objetivando a inclusão social nas universidades públicas. Para isto, estabelecemos amplos debates, envolvendo a comunidade universitária no âmbito do sistema federal de ensino superior, e construímos diálogos com a sociedade brasileira a fim de concretizarmos a democratização do acesso à universidade pública, o que também foi um movimento muito transformador.

Como a Andifes se relaciona com o Congresso Nacional?

RC – A Andifes mantém diálogo frequente com os parlamentares que compõem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, se somando à atuação de cada universidade

com as bancadas estaduais. Participamos de reuniões das comissões, não raro somos convidados a compor mesas de debates e audiências públicas sobre temáticas da educação, do ensino público, da ciência e tecnologia, entre outros. Ao longo desses 30 anos, a Andifes participou da elaboração de importantes políticas públicas, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), dos Planos Nacionais de Educação (PNE), em 2001 e 2014, e das Leis Orçamentárias Anuais, que participamos da elaboração desde 1995.

A Andifes nasceu no mesmo período em que foi instituída nossa Constituição Federal. Assim como a Carta Magna, é uma defensora da democracia. O senhor acha que os princípios democráticos expressos no texto têm sido cumpridos?

RC – É uma feliz coincidência esse simbolismo que aproxima a fundação da Andifes em 1989 à Constituição Federal de 1988, porque são momentos que nos remete ao resgate da democracia no Brasil. Logo, a Andifes nasce naquela atmosfera democrática. Entendo que a jovem democracia brasileira precisa ser aperfeiçoada a partir das transformações que ocorrem na sociedade e das novas demandas políticas e sociais que se apresentam. Creio que os princípios democráticos devem sempre ser respeitados para que possamos alcançar a condição de sociedade desenvolvida sob todos os aspectos.

Como a Andifes está lidando com o novo contexto político?

RC – Buscamos atuar com o protagonismo que a sociedade espera do conjunto das universidades federais brasileiras. Ainda durante o processo eleitoral recente, a entidade intensificou os debates no âmbito das instituições federais de ensino superior, e na própria Andifes, apontando para as questões relacionadas à educação, especialmente, e também para os principais aspectos políticos do país. Passadas as eleições, continuaremos a atuar de forma propositiva e dialógica.

Existe risco contra a democracia?

RC – As complexidades presentes nas sociedades modernas, mesmo as mais desenvolvidas e maduras, revelam que os processos democráticos possuem diferentes momentos históricos. Cabe à sociedade e suas instituições defender a democracia, permanentemente. As universidades federais são comprometidas com a Constituição Federal e com os direitos humanos.

Existe alguma interferência ou limitação na liberdade de cátedra?

RC – A liberdade de cátedra é uma conquista civilizatória. O conhecimento, o saber, e que se desenvolve e se produz por meio da educação, especialmente na universidade, se dá pela pluralidade de ideias, de concepções, que se materializam no processo de ensino e aprendizagem. É uma conquista da sociedade. O próprio Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre o tema, quando deliberou a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.580, em novembro do ano passado. A Andifes, inclusive, participou da discussão na condição de amicus curiae.

A mídia tem noticiado possíveis mudanças ideológicas para as universidades federais. O que ocorre de fato?

RC – A universidade federal não tem uma ideologia e não há, portanto, o que ser mudado. O que há na universidade é uma enorme pluralidade de ideias, que é a sua maior riqueza. A autonomia universitária é um pressuposto constitucional, e a sua defesa incondicional é questão de princípio para a Andifes.

Como está sendo o relacionamento da Andifes com o novo Governo, nesse início de mandato?

RC – Assim como em governos anteriores, a Andifes tem dialogado com o atual. Já nos reunimos com o ministro da Educação, com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e com as direções de organismos como **Capes** e Finep, e pretendemos continuar nesta direção, sempre na defesa da educação pública. As universidades têm compromisso com o ensino público, gratuito e com a qualidade, têm programas estruturantes em andamento, e a Andifes tem propostas para a educação. Essa tem sido nossa agenda nessa interlocução.

A mídia tem especulado em torno das nomeações dos reitores. Como são feitos os processos de escolha do reitor?

RC – A escolha dos dirigentes das universidades federais por parte da comunidade universitária segue à legislação, é democrática, legítima, porque expressa a vontade de professores, servidores, técnicos e estudantes. O rito processual posterior à escolha ocorre por meio de lista tríplice, e a expectativa da comunidade acadêmica e da sociedade é que a decisão seja respeitada. A Andifes tem se posicionado firmemente pelo respeito à escolha democrática nas instituições de ensino.

Qual a expectativa sobre a nomeação dos nomes das listas tríplices?

RC – Houve respeito em relação à nomeação do reitor José Daniel Diniz Melo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), escolhido pela comunidade universitária da sua instituição de ensino. Nossa expectativa é que este seja o posicionamento do governo em todos os processos. Ainda estão pendentes as nomeações dos reitores das universidades federais do Triângulo Mineiro (UFTM), da Integração Latino-Americana (Unila), do Cariri (UFCa) e de Viçosa (UFV).

Há alguns dias, o MEC anunciou uma parceria com o Ministério da Justiça para investigar possíveis irregularidades em programas ligados ao Ensino Superior. Como a Andifes recebeu essa notícia?

RC – Recebemos sem preocupação. Mais do que qualquer outro órgão público, as universidades são cotidianamente avaliadas e auditadas por suas atividades-meio pelos diversos órgãos de controle do Estado (MPU, CGU, AGU, PGF e TCU) e por suas atividades-fim por entidades como **Capes**, INEP e CNPq, atestando sempre a excelência dos nossos trabalhos. Nós acreditamos que esses órgãos sempre foram criteriosos no cumprimento da sua missão constitucional. O sistema ainda está continuamente sob olhar de entidades que representam os docentes, técnicos administrativos e estudantes, além de tomar suas decisões sempre em colegiados, a exemplo dos Conselhos Universitários, e manter absoluta disponibilidade de informações para a mídia.

E quanto à questão orçamentária? A Andifes tem divulgado há algum tempo que o orçamento de custeio e investimento das universidades caiu muito desde 2014. Como está a previsão para 2019?

RC – A questão orçamentária, as despesas de custeio e os investimentos, é complexa porque existem as especificidades de cada instituição, e porque se trata de recursos para diferentes finalidades. E, de fato, os recursos para o ensino superior público precisam ser elevados, porque se trata de uma área crucial para o país e é uma obrigação do Estado, de acordo com a Constituição, e as universidades públicas são um patrimônio da sociedade brasileira. Na realidade, entre 2012 e 13 os indicadores já sinalizavam que o país enfrentaria uma crise econômica que comprometeria as políticas públicas e os

investimentos sociais. E, realmente, a crise veio com todos os seus efeitos nocivos. A LOA define o orçamento geral das universidades federais para 2019, incluindo despesas com pessoal, de aproximadamente R\$ 35 bilhões. Em 2018, foi da ordem de R\$ 33 bilhões, o que mantém os padrões orçamentários das universidades nos mesmos patamares. Ou seja, ainda não temos perspectivas otimistas para este ano. Mesmo neste cenário, a excelência da gestão das universidades tem respondido positivamente, permitindo que a produção acadêmica seja elevada e que a qualidade do ensino não seja rebaixada.

A Emenda Constitucional 95 é um complicador?

RC – Sim. A Emenda Constitucional 95, com o chamado teto de gastos, criada no governo Temer, complicou ainda mais o cenário, porque impacta fortemente a qualidade dos serviços públicos, congelando por 20 anos as despesas primárias do orçamento público, e que impede ou reduz o crescimento real das despesas de custeio e investimentos. Ao limitar os gastos sociais, o ensino superior público é diretamente atingido e perde as condições de crescer e mesmo de manter suas atividades básicas e sua infraestrutura.

Como as universidades estão vivenciando esse momento?

RC – Como disse anteriormente, a resposta para essas dificuldades é a qualidade da gestão de cada instituição de ensino, é o planejamento das ações e projeções de cenários, é o equilíbrio financeiro a partir de ajustes de custos, sobretudo dos processos operacionais. Entretanto, as universidades não podem ficar estagnadas pela carência de recursos e passar a sobreviver sempre na emergência. As universidades precisam e, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação (PNE), querem crescer, atualizar seus equipamentos, produzir novas dinâmicas acadêmicas, modernizar seus processos tecnológicos, cuidar das pessoas e de suas instalações físicas, para que a atividade-fim – ensino, pesquisa e extensão – atenda plenamente ao que deseja a sociedade.

As doações, a exemplo dos fundos patrimoniais, poderiam ser uma alternativa plausível? Como isso se daria na prática?

RC – As contribuições particulares, para além das obrigações do Estado, direcionadas ao desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação é um bom mecanismo em uma sociedade que quer ter qualidade de vida para todos, e é importante para o País que busca crescer socialmente, economicamente, culturalmente, ambientalmente. Existe uma legislação recente que abre a possibilidade e regulamenta as doações para as universidades públicas, ou para projetos específicos das instituições de ensino. O que não pode ocorrer é que as doações venham a substituir a obrigatoriedade do Estado de assegurar o direito de todos à educação. A doação monetária, de equipamentos ou materiais deve ser um instrumento adicional, como ocorre no mundo inteiro, a exemplo dos fundos patrimoniais ligados a Harvard, Yale, Princeton e Stanford. Ainda não existe a cultura entre as elites econômicas no Brasil da doação ou patrocínios às universidades.

Desde o final de 2018, a Andifes está promovendo campanhas nacionais em defesa da universidade federal pública, gratuita e de qualidade. O que tem motivado essas ações?

RC – Sempre fizemos campanhas de apresentação da universidade pública, gratuita e de qualidade. O que diferencia essa campanha das anteriores é que as universidades estão atuando conjuntamente, com temáticas comuns a todo o sistema, desenvolvendo as peças em nossas próprias mídias, mostrando a elevada produção acadêmica das

universidades federais, o nosso compromisso com a educação de qualidade, e nossa significativa produção de ciência e tecnologia, reafirmando que as universidades federais constituem um patrimônio do povo brasileiro.

Existe uma imensa diversidade e complexidade entre as universidades federais de todo o Brasil. Quais são os ideais que as unem e quais são as principais características do sistema?

RC – As especificidades regionais são naturais em um País com as dimensões do Brasil, e elas devem ser preservadas, inclusive aquelas dentro de cada região, já que cada universidade tem uma história e uma vocação independentemente de estar no mesmo estado, por exemplo. Temos universidades centenárias e outras com poucos anos de trajetória. E cada qual possui a sua história, sua organização, os seus quadros de docentes e técnicos, e estão inseridas no contexto de suas respectivas regiões. O que une são as questões gerais como a missão das instituições de oferecer formação acadêmica e promover a cidadania, e o tripé que sustenta as universidades públicas: o ensino, a pesquisa e a extensão. A partir dessa compreensão, e com a interação necessária, construímos a unidade de ação para que possamos crescer e oferecer serviços de qualidade à população.

Como o senhor avalia que seria o Brasil sem as universidades federais?

RC – Impensável. Não há, no Brasil, um sistema de formação de recursos humanos, produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços à sociedade e promoção da cidadania comparável ao Sistema Público de Universidades Federais. E esse é também um diferencial bastante positivo do Brasil em relação a outros países.

E como seriam as universidades federais e o ensino superior se a Andifes não existisse?

RC – A Andifes tem a tarefa fundamental de agregar as instituições, respeitando as peculiaridades e as questões exclusivas, para desenvolver estratégias comuns que contemplem o conjunto das instituições. A Andifes organiza o sistema de universidades federais, portanto, dá dimensão nacional e, ao mesmo tempo, capilariza no território brasileiro as políticas públicas de ensino, pesquisa e extensão. Reconhece e confere protagonismo a todas as universidades federais, das mais recentes às mais tradicionais. Esse mesmo sistema interage com a educação básica e auxilia, de maneira fundamental, a saúde pública, além de ser responsável pela maior parte da ciência, tecnologia e inovação realizada no Brasil. Logo, a Andifes cumpre um papel estratégico no desenvolvimento do País. Sem a Andifes não teríamos um sistema simultaneamente coordenado, respeitando e fortalecendo a autonomia de cada universidade.

O que a Andifes projeta para o futuro?

RC – São muitos os desafios do ponto de vista econômico e político. Mas estamos sempre motivados para enfrentar as dificuldades. Nós, reitores, temos mandatos, somos passageiros. Temos a clareza de que as universidades federais são instituições permanentes e, portanto, prosseguimos fomentando o diálogo e apresentando proposições que atendam a educação superior pública, sempre em sintonia com os anseios da sociedade brasileira.

topo ↕

**AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

**Mulheres passam a ser aceitas em curso de pós-graduação em maçonologia**

## **Decisão de expandir público veio após a Folha publicar uma reportagem sobre a especialização, oferecida pela Uninter**

Antes limitado a "irmãos maçons", ou seja, apenas homens que integrem alguma ordem dessa fraternidade, um curso de pós-graduação a distância dedicado ao ensino da maçonologia passou a aceitar qualquer pessoa que tenha nível superior completo. Inclusive mulheres, historicamente vetadas na maçonaria.

A decisão de abrir a pós para todos veio após a Folha publicar uma reportagem nesta quinta-feira (28) sobre a especialização validada pelo MEC (Ministério da Educação) e oferecida pelo Uninter, um dos maiores grupos universitários do país, por 17 parcelas de R\$ 127,30 (R\$ 2.164) mais R\$ 49,90 de matrícula.

Segundo Jorge Bernardi, professor no curso e candidato da Rede ao governo do Paraná, a turma que começa na semana que vem --a terceira da pós-- "não é mais restrita só aos maçons".

Chanceler da Uninter e candidato a senador pelo PSL, Wilson Picler reuniu o Conselho Acadêmico do grupo "e determinou que as aulas fossem abertas ao público em geral", diz Bernardi.

Antes, o pró-reitor de pós-graduação da Uninter, Nelson Pereira Castanheira, havia dito à reportagem que "a maçonaria considerada regular no Brasil só aceita membros do sexo masculino". Até há exceções de lojas maçônicas que aceitam mulheres, mas isso é um tanto heterodoxo e ocorre à parte das três principais potências maçônicas (como são chamadas as correntes internas) no Brasil.

Segundo Castanheira, a ementa da pós detalha a história e a filosofia da fraternidade que, só para ficar na história política contemporânea, tem em suas fileiras nomes de coloração partidária tão variada quanto o vice-presidente, general Hamilton Mourão (PRTB), o prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), o ex-governador paulista Márcio França (PSB) e o ex-presidente Michel Temer (MDB).

A grade curricular do curso de maçonologia se divide em tópicos como "legislação e estrutura maçônica", "geometria sagrada e a visão cabalística" e "o esoterismo ocidental e a ciência da iniciação".

O ecletismo é a razão de ser desse grupo que tem origem lá na Idade Média. Maçom (pedreiro em francês) era uma categoria importante numa época pródiga em erguer castelos e igrejas colossais.

Os maçons se organizavam no que pode ser visto como antepassado dos sindicatos atuais. Esses grupos corporativos serviam para assegurar segredos do ofício e depois foram se abrindo para outros segmentos sociais, ainda que preservando certa aura de sociedade secreta.

Maçons assumiram a linha de frente da história em vários momentos, entre eles a proclamação da independência brasileira —cujo patrono, José Bonifácio, era um "irmão". Entre outros maçons ilustres estariam presidentes americanos (como George Washington), pensadores (Voltaire) e músicos (Beethoven).

Muitos grupos religiosos, como boa parte dos evangélicos, comparam a Maçonaria a uma seita, embora maçons se classifiquem como uma “instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista” —e não necessariamente na vocação à esquerda que o progressismo ganhou, vide as várias manifestações de apreço, entre maçons, pelo direitista Jair Bolsonaro nas últimas eleições.

topo ↕

## PORTAL VEJA - TEMPO REAL

### **Ação antifraude em universidades federais impede matrícula de cotistas Atendendo recomendação do MPF, 32 das 68 universidades federais montaram grupos de averiguação preventiva**

Na tentativa de evitar fraudes em cotas, universidades federais do país têm criado comissões para verificar as características físicas de calouros autodeclarados pretos e pardos antes da matrícula. As instituições já tinham comitês desse tipo, mas que analisavam casos de alunos já matriculados e, geralmente, após denúncias. Pelo menos 32 das 68 federais já montaram esses grupos de averiguação preventiva, o que atende à recomendação do Ministério Público Federal (MPF).

As bancas antifraude – que não são obrigatórias – fizeram verificações nas últimas semanas nas listas de aprovados pelo sistema de reserva de vagas étnico-raciais. Os índices de matrículas indeferidos têm variado entre 10% e 39%, como no caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que barrou 885 estudantes. Para disputar o espaço na instituição como cotista, basta a autodeclaração do candidato, conforme prevê lei federal de 2012.

A maior partes das comissões foi criada em 2018. A expansão ocorreu após o Ministério do Planejamento criar normativa que exige o instrumento para os concursos públicos. No entanto, a regra fez com que o debate se estendesse para o ingresso de estudantes nas instituições de ensino. O Ministério da Educação (MEC) nunca criou norma específica sobre o tema, recaindo sobre as universidades a definição de como fiscalizar.

Também em 2018, o MPF oficiou todas as instituições de ensino federais e recomendou mecanismos para prevenir fraudes em cotas – a falta de instrumento do tipo pode configurar até improbidade administrativa.

Seguindo orientações do MPF, as comissões são normalmente formadas por professores e funcionários (em alguns casos também são chamados alunos e integrantes de movimentos sociais), que tenham experiência na área, para analisar as características fenotípicas do candidato, como cor da pele e olhos, tipo de cabelo e a forma do nariz e dos lábios.

No dia em que foi se matricular para estudar Veterinária, Ana (nome fictício), de 19 anos, levou os documentos exigidos pela universidade e fotos antigas, de quando era criança, dos pais, avós e até mesmo de uma bisavó. Aprovada para uma vaga reservada a pretos, pardos e indígenas, ela passou por uma comissão para ter sua autodeclaração étnico-racial checada.

Filha de pai negro e mãe branca, Ana diz que sempre se viu, e acreditava ser vista, como parda. Por isso, decidiu concorrer por cotas para ingressar na Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “A banca não me considerou parda e negou minha matrícula. Tentei recorrer, mas também perdi o recurso.”

Até 2017, a UFRGS só verificava a autodeclaração quando havia suspeita de fraude – naquele ano 334 alunos foram denunciados e após o procedimento 239 tiveram a declaração indeferida. Como o volume foi grande, a universidade instituiu no ano seguinte uma comissão permanente de verificação, com aferição presencial e de comparecimento obrigatório para todos os aprovados por cotas. Sobre o caso de Ana, a UFRGS informou que ela teve todo o direito a recursos e ampla defesa.

A promotora Lívia Sant’Anna Vaz, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, explica que o Conselho Nacional do MPF recomenda a fiscalização prévia desde 2015 sob o risco de improbidade administrativa.

“A responsabilidade de fiscalizar quem ingressa nas vagas reservadas é de quem promove o processo seletivo e tem a documentação em mãos – no caso, a assinatura da autodeclaração e a imagem do candidato. A universidade não pode esperar que outros alunos ou o movimento negro denuncie para só depois atuar”, diz. Isso traz prejuízos financeiros e à política de cotas. “Essa pessoa tirou a vaga de quem tinha de fato direito e desperdiçou recursos públicos por ter estudado por um período na universidade. Só punir não resolve, é preciso prevenir”.

Marlini Dorneles de Lima, coordenadora das ações afirmativas e membro da comissão verificadora da Universidade Federal de Goiás, também entende que a prevenção é menos traumática. “É um processo educativo. Nem sempre a pessoa age por má-fé e com a intenção de fraudar. Tanto é que vários candidatos com autodeclaração indeferida nem chegam a recorrer. Muitos não entendem qual o objetivo das cotas.” Procurado, o MEC não informou se pretende criar alguma norma específica sobre o tema.

#### Recurso

Para o advogado Humberto Adami, do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, a comissão precisa ser sensível e cuidadosa para evitar injustiças. “É preciso levar em conta características locais. É diferente considerar um pardo na Bahia, onde a população negra é muito maior, e no Rio Grande do Sul, em que há maioria de descendentes de europeus.”

Especialista em Direito Administrativo da Universidade de São Paulo (USP), Floriano de Azevedo Marques diz ver com “muita reserva” as comissões sob o risco de discriminar e “marcar” alunos. “Ter mecanismos sérios de punição para as fraudes já é suficiente para coibir o problema. O sujeito, sabendo que será expulso da universidade, não tentará ingressar por uma vaga que não tem direito.”

#### Alunos da USP cobram medidas

Uma das últimas do país a adotar o sistema de cotas étnico-raciais, a Universidade de São Paulo (USP) está sendo pressionada por estudantes e movimentos sociais para adotar ações de prevenção a fraudes na autodeclaração de pretos e pardos, como já ocorre em outras instituições de ensino do país. A USP defende só fazer a verificação se houver a formalização da denúncia na Polícia Civil.

Os alunos montaram, em caráter extraoficial, o comitê antifraude para reunir denúncias – desde o ano passado, já receberam mais de cem casos suspeitos. Eles ainda não formalizaram as denúncias por serem contrários ao procedimento da USP. “Coloca nos

estudantes uma responsabilidade que não é nossa e, sim, da universidade. Ela é quem deve fiscalizar e coibir as fraudes. Não somos nós que temos de nos expor e ir atrás de possíveis fraudadores”, diz o estudante de Direito Lucas Módulo.

“A universidade não pode esperar que o problema ocorra para agir”, critica Frei David Santos, da ONG Educafro. “Ao não prevenir e garantir que quem de fato ocupa essas vagas é negro ou pardo, está sendo omissa com uma política recentemente conquistada”, afirma.

Procurada, a USP informou atuar após a denúncia de fraude ser registrada em boletim de ocorrência. “A partir daí, o denunciado será chamado a reafirmar sua autodeclaração e deverá ser aberta sindicância ou até mesmo processo administrativo. Em caso de comprovação de fraude, o aluno perderá a vaga e estará sujeito às sanções criminais”, diz a reitoria, em nota.

A reportagem apurou que a USP estuda usar nos próximos anos um software de reconhecimento facial, já usado no vestibular deste ano, para a verificação da autodeclaração – no caso da Fuvest, um dos modos de ingresso na instituição. A tecnologia analisa as características do rosto, identificando por exemplo a distância entre os olhos, o comprimento do nariz, etc.

A Unicamp, que adotou as cotas raciais há dois anos, só atua quando há denúncia, mas tem canais próprios para receber casos suspeitos, facilitando a abertura de sindicância. O coordenador da Comvest, órgão responsável pelo vestibular, José Alves de Freitas Neto, diz que a decisão em “um primeiro instante” foi de não formar comitês de avaliação, mas que a criação futura não está descartada. “A Unicamp quer que a política pública de cotas seja usufruída por quem, de fato, faz jus a ela”.

#### Recomendação

Após desligar 27 alunos acusados de burlar a autodeclaração racial, a Unesp decidiu fazer este ano a verificação de todos os aprovados por cotas no ato da matrícula. “É um processo trabalhoso, que exige sensibilidade e responsabilidade para não haver injustiça, mas extremamente necessário para o sucesso da política de cotas”, defende Juarez Xavier, presidente da comissão.

Como são muitas unidades, os alunos são fotografados durante a matrícula e as imagens posteriormente verificadas pela comissão. Se houver suspeita, é chamado para avaliação presencial. No caso de indeferimento, ele ainda pode entrar com recurso e pedir reavaliação. Das três estaduais, a Unesp foi a primeira a adotar cotas.

topo ↕

#### UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

##### **MEC envia novo texto às escolas suspendendo orientação sobre filmagens**

O Ministério da Educação (MEC), desde o início da manhã de hoje (28), encaminha um novo comunicado às escolas suspendendo o pedido de filmagem de estudantes e do envio dos vídeos por e-mail. É o terceiro comunicado enviado aos colégios. Por questões técnicas e de segurança, a filmagem foi suspensa.

O texto encaminhado hoje aos colégios informa sobre a nova decisão. "Em relação à mensagem anterior do Ministério da Educação (MEC), dirigida aos senhores e senhoras diretores e diretoras de escolas, por questões técnicas de armazenamento e de segurança,

o ministro Ricardo Vélez Rodríguez decidiu suspender o pedido de filmagem e de envio dos vídeos por e-mail."

Anteriormente, a pasta recomendou, deixando a decisão livre para cada instituição, aos colégios a leitura da carta, encaminhada pelo MEC, na presença de estudantes, professores e funcionários e a execução do Hino Nacional com registro em filmagens que deveria ser enviado ao MEC.

Estudantes de escola pública do Amazonas - Marcelo Camargo/Agência Brasil  
Histórico

No primeiro comunicado, a mensagem orientava para leitura da carta, encaminhada pelo MEC, na presença de estudantes, professores e funcionários das escolas. Nela, havia o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!". O ministro da Educação, Ricardo Vélez, reconheceu que houve um equívoco.

Há dois dias, foi encaminhado um segundo comunicado. Nele, o slogan foi retirado, mas a orientação para leitura e o registro de filmagens foi mantida. A mensagem especificava que, antes que os vídeos fossem utilizados, seria solicitada a devida autorização dos pais e responsáveis.

A pasta havia especificado o tamanho dos vídeos e os endereços de e-mail para o qual deveriam ser enviados. As imagens seriam selecionadas pelo ministério "para eventual uso institucional", conforme informou o MEC anteontem (26).

Reações

No dia 26, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal, encaminhou um pedido de esclarecimento a Vélez, pois entendeu que a primeira mensagem feria preceitos legais.

O primeiro comunicado do MEC sofreu também críticas por parte de educadores, estudantes, estados e municípios. Pelas redes sociais, estudantes fizeram uma campanha para gravar vídeos mostrando problemas na escola, como falta de materiais, de infraestrutura e falta de professores.

Secretarias estaduais se queixaram da ausência de consulta sobre o tema. No Brasil, as escolas públicas são, na maioria, de responsabilidade dos estados e municípios. O MEC teria ferido a autonomia deles ao enviar uma mensagem diretamente às escolas.

Em nota, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que reúne os secretários estaduais, disse que a ação "fere não apenas a autonomia dos gestores escolares, mas dos entes da federação. O ambiente escolar deve estar imune a qualquer tipo de ingerência político-partidária".

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), também por meio de nota, disse que considera "inadequadas, na forma e no conteúdo", as recomendações encaminhadas pelo MEC.

**CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL S/A**

**Fim do Exame da Ordem preocupa OAB**

O Projeto de Lei 832, apresentado pelo deputado federal José Medeiros, do Podemos, partido que faz parte da base aliada do governo, está tirando o sono dos advogados. Ele

propõe o fim do Exame de Ordem para ingresso na advocacia, sob o argumento de que “a eliminação da exigência do exame da OAB é uma forma de garantir o direito dos formados de exercerem a atividade de advogado.” A ideia preocupa a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que teme um enfraquecimento da advocacia e o ingresso de uma multidão de novos profissionais no mercado de trabalho. A preocupação se justifica. O Brasil conta com um dos maiores números de advogados do mundo — e o contingente não para de crescer. Em novembro de 2016, superou a marca de 1 milhão de advogados com registro profissional válido. Desde então, 177 profissionais estreiam na carreira diariamente, formados em uma das 1.561 universidades estabelecidas no país.

topo ↕

## DIÁRIO DO PARÁ - PA - GERAL

### Museu Goeldi lança edital para Mestrado

#### PESQUISA

Já está disponível o edital de seleção para o Mestrado em Diversidade Sociocultural, o primeiro curso de pós-graduação na área de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi. As inscrições iniciam no dia 11 de março e vão até 26 de abril, no site da instituição. Aprovado em 2018 pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação, o Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS) teve sua proposta avaliada como inovadora e inédita, tanto na Amazônia, quanto no Brasil, passo importante que consolida a atuação do Museu Goeldi na formação de pesquisadores de alto nível na região amazônica.

O objetivo do PPGDS é estudar as diferentes formas de pensamento, organização social e relação com o meio ambiente na Amazônia, as quais, ao longo do tempo, imprimiram marcas na paisagem física e nas sociedades locais. A área de concentração do programa chama-se “Dinâmicas históricas e contemporâneas da diversidade sociocultural”, ou seja, o curso propõe uma formação baseada no estudo das dinâmicas que configuram a atual diversidade biológica e sociocultural da Amazônia em uma perspectiva de longa duração. Para isso, lançará mão de diferentes tradições de pesquisa existentes nas Ciências Humanas (Antropologia, Arqueologia, História, Linguística e áreas correlatas), permitindo uma abordagem multifacetada e transdisciplinar do objeto de pesquisa.

Ao todo, 20 professores estão envolvidos no PPGDS, pertencentes ao quadro de pesquisadores do Museu Goeldi, da Universidade de São Paulo e do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), do governo francês.

topo ↕

## DIÁRIO DO NORDESTE - CE - OPINIÃO

### Sociedade : a família também educa

Kellin Inocência

Pedagoga

Ao observarmos os processos históricos da educação brasileira, compreenderemos alguns encaminhamentos educacionais e “sociais” que se conservam até hoje. Um exemplo é a relação estabelecida entre escola e sociedade. Sim, essa relação persevera desde o surgimento da escola em solo brasileiro, caminhando conforme os interesses não somente políticos e econômicos, mas, igualmente, pelo cenário social.

No presente, nos deparamos com o discurso frenético de que a escola precisa trazer a família para adentrar os portões escolares e, na mesma perspectiva, a família deve

aproximar-se da instituição escolar. De fato, essa relação na prática configurase um tanto quanto desgastada. É “quase” pedido de socorro, da maior parte dos docentes que atuam na educação básica: “Famílias, eduquem suas proles!”. Essa situação quase que insustentável se dá pela inversão de valores estabelecidos pela própria sociedade que, equivocadamente, atribuiu para a escola a principal função de educar, indo além das questões cognitivas, de ensino e aprendizagem.

Para tanto, a escola se respalda legalmente em diversos contextos, um deles é a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9394/1996 LDBEN, que apresenta em seu segundo artigo a partilha no ato de educar as crianças e jovens brasileiros, estabelecendo assim um significativo tripé envolvendo o Estado, a família e a sociedade. Tal situação nos permite uma reflexão sobre como estamos educando nossos filhos e transferindo a eles valores que, nem sempre, se adequam às necessidades sociais contemporâneas.

A escola por sua vez, precisa compreender situações que vão muito além de diplomas docentes, livros didáticos ou planejamentos e metodologias. Precisa desenvolver seu olhar humano e docente de fato, a fim de identificar a realidade, a sociedade e o núcleo familiar de seu aluno, para contribuir na formação integral desse cidadão.

topo ↕

## **DIÁRIO DO PARÁ - PA - GERAL**

### **UFPA convoca mais 356 na 3ª repescagem**

**São candidatos aprovados e que não tinham sido classificados nas primeiras chamadas do Processo Seletivo de 2019. Os novos universitários devem ficar atentos aos prazos de entrega da documentação para a matrícula VESTIBULAR**

A Universidade Federal do Pará (UFPA) divulgou terceira "repescagem" do Processo Seletivo/2019 (PS/2019). A terceira convocação da Instituição contém 356 nomes de candidatos aprovados e, até então, não classificados no concurso deste ano.

Os novos calouros devem ter atenção já que o prazo para a entrega de documentos já é nesta sexta-feira, 1º de março. Esta repescagem contém 168 vagas para o Campus Belém e 188 distribuídas entre os demais Campi. Todas as vagas desta chamada pública se referem a cursos cujas aulas começam dia 11 de março.

Novas repescagens estão sendo preparadas para as vagas de candidatos que tiveram o pedido de registro na Universidade indeferidos, além de vagas existentes em razão das ausências e desistências.

## **DOCUMENTOS**

Julieta Jatahy, diretora do Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos (Cias), órgão responsável pelo processo de registro dos calouros e dos veteranos na UFPA alerta para a necessidade de atenção com os documentos e pede cuidado especialmente com os comprovantes de renda, que devem ser apresentados por todos os que disputaram vaga em um dos perfis da Cota Renda.

Também é preciso atenção com o certificado de alistamento militar para os homens maiores de 18 anos e com a declaração de regularidade na justiça eleitoral. O CIAC/UFPA também reforça que novas repescagens ainda serão publicadas em março.

topo ↕

## **DIÁRIO DO PARÁ - PA - GERAL**

### **Uepa abre inscrições para curso gratuito de Mandarim LÍNGUA**

Interessados em aprender língua, cultura e costumes chineses devem ficar atentos: o Instituto Confúcio na Universidade do Estado do Pará (Uepa) realizará, no próximo dia 28 de fevereiro, quinta-feira, as matrículas para novos alunos da turma de Mandarim. Serão destinadas 70 vagas para a comunidade externa. O curso é gratuito.

Os candidatos devem se dirigir a sede do Instituto, localizado na Travessa Dom Pedro I, nº 519, de 9h30 às 12h. As vagas serão destinadas aos primeiros que solicitarem matrícula, ou seja, por ordem de chegada. As aulas iniciam no dia 11 de março, com turmas disponíveis de segunda a quinta-feira, nos turnos da manhã e da tarde. Para efetivar a matrícula, é necessário levar apenas RG.

Posteriormente serão solicitados outros documentos para a efetivação da matrícula. O Instituto Confúcio chegou a Belém em 2016 como resultado de um convênio entre a Universidade do Estado do Pará (Uepa) e a Shandong Normal University, da China. Atualmente, o Instituto oferece o ensino de língua e caligrafia chinesa de forma gratuita para mais de 300 pessoas. (Com informações da Agência Pará)

topo ↕

## **BLOG DA CIDADANIA - TEMPO REAL**

### **Diretrizes para 2019 apresentadas por Vêlez são um poço sobre o nada**

Veja os pontos expostos:

#### **1. POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO**

“Precisamos inverter a pirâmide da educação. Hoje, o Ensino Superior tem precedência orçamentária sobre a Educação Básica. Isso precisa mudar”, defendeu o ministro. Para isto, apresentou o que categorizou como sua meta prioritária nos 100 primeiros dias de governo: a Política Nacional de Alfabetização, a ser executada pela recém criada Secretaria de Alfabetização. Como alicerce, citou o relatório “Alfabetização Infantil: os Novos Caminhos”, publicado pela Comissão de Cultura da Câmara em 2003 e atualizado em 2007. Segundo ele, a principal conclusão do relatório é que as políticas e práticas de alfabetização não têm acompanhado os debates científicos e metodológicos das últimas décadas do século XX. Inverter esse cenário será o pilar da nova secretaria.

Mencionou também o documento “Aprendizagem Infantil, uma Abordagem da Neurociência, Economia e Psicologia Cognitiva”, publicado em 2011 pela Academia Brasileira de Ciência. O relatório apresenta países que modificaram as políticas públicas de alfabetização e, com isto, obtiveram um progresso significativo na aprendizagem da leitura e da escrita, como Finlândia, França, Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e Israel. “Não queremos reinventar a roda, vamos ter humildade e fazer o que o mundo está fazendo com sucesso”, colocou.

Por fim, mencionou o Guia Interamericano de Estratégias de Redução de Desigualdade Educativa da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 2018, cujas recomendações estão sendo incorporadas na Política Nacional de Alfabetização. São elas:

## Compreender o princípio alfabético;

- Aprender as correspondências entre grafemas e fonemas;
- Segmentar sequências ortográficas de palavras escritas em grafemas;
- Segmentar sequências fonológicas de palavras faladas em fonemas;
- Usar regras de correspondência grafema-fonema para decodificar a informação.

Educador, economista e coordenador da Ação Educativa, Sergio Haddad chama atenção para o fato de o ministro não mencionar o que justifica a maior aplicação dos recursos do MEC no Ensino Superior é a divisão de responsabilidades das etapas entre os entes federativos. “O Ministro não menciona que a responsabilidade do MEC é com ensino superior, por isso a maior aplicação dos seus recursos. São os estados e principalmente os municípios que se responsabilizam pela alfabetização e investem seus recursos neste campo. Esta dicotomia entre apoiar o ensino superior ou a educação infantil não faz sentido, pois para se ter uma boa alfabetização é necessário ter um bom ensino superior para formar os professores”, explica.

Ele chama atenção também para o esquecimento do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na apresentação das prioridades. “Uma Política Nacional de Alfabetização é importante, mas, infelizmente, o ministro não considera nesta política o elevado contingente de jovens e adultos acima de 14 anos que não sabem ler e escrever e que tem metas de superação estabelecidas no Plano Nacional de Educação, menciona apenas as crianças. Aliás, inclusive, o MEC fechou a secretaria encarregada de atuar com esta modalidade de ensino. Uma lástima!”

## 2. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

“A BNCC é um documento extenso, fruto de muita discussão e trabalho. Mas palavras impressas no papel não bastam para que o ensino tenha real qualidade. Na sala de aula, a Base precisa ser compreendida e complementada pelas contribuições das redes estaduais e municipais. Desde já convido a todos gestores e professores a tornar esse documento vivo, o que significa criticá-lo, adaptá-lo e compreendê-lo”, informou o ministro.

Neste sentido, informou que serão realizadas ainda neste ano uma formação de professores e a revisão dos projetos pedagógicos das escolas conforme os novos currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Para o Ensino Médio, comunicou que a elaboração dos novos currículos alinhados à própria BNCC e aos referenciais para os itinerários formativos também estão previstos para este ano.

A BNCC tem sido alvo de intensas críticas nos últimos dois anos. Apesar de ter havido períodos de envio de contribuições para o documento e algumas audiências públicas, o processo foi criticado por organizações da sociedade civil, sindicatos e representações acadêmicas por ser muito verticalizado e apresentar uma concepção reducionista de direito à educação. A própria ideia de centralização e homogeneização curricular é também controversa.

Outro ponto de conflito é o respeito à diversidade. Com a justificativa de que a temática de gênero provocara muita disputa – tanto na tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), quanto da BNCC – o MEC suprimiu os termos “gênero” e “orientação sexual” do documento. O Conselho Nacional de Educação (CNE), por sua vez, acatou a sugestão do MEC e prometeu soltar, posteriormente, um documento orientações sobre o

tema. Até hoje, ele não foi publicado.

### 3. EDUCAÇÃO BÁSICA

Neste tópico, o ministro anunciou que haverá uma rediscussão do formato do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com integrantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

O fundo vigente vence em 2020 e novo formato ainda está em disputa. No Congresso, duas propostas foram apresentadas. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2015, da Câmara dos Deputados, aguarda a apreciação do plenário. Já a PEC 24/2017, do Senado Federal, está arquivada devido ao final de mandato e aguarda desarquivamento.

Segundo a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, para a implementação do Custo-Aluno-Qualidade-Inicial (CAQi) e do Custo-Aluno-Qualidade, mecanismos de financiamento determinados pelas estratégias da Meta 20 do Plano Nacional de Educação, é necessário que a complementação da União ao fundo seja de no mínimo 50%. Atualmente, cumpre-se o mínimo constitucional, que é de 10%.

### 4. NOVO ENSINO MÉDIO

Quanto ao Ensino Médio, o ministro frisou que é preciso “torná-lo mais atrativo aos jovens, aproximando-o das realidades práticas do trabalho, mas um trabalho que supere lógicas fordistas”.

Neste sentido, disse que a implementação da reforma dará atenção especial ao quinto itinerário formativo, o do Ensino Técnico. “Hoje é para o empreendedorismo, para a criatividade, que temos que formar os jovens. O 5º eixo formativo do novo Ensino Médio é estratégico para isto. Uma educação tecnológica robusta é o que marca as economias mais avançadas atualmente”, justificou.

Para viabilizar essa mudança, indicou que a rede federal pode ser indutora de um ensino vocacionado para a produção de tecnologia, atendendo as reais demandas do setor produtivo e da sociedade.

Psicólogo e supervisor da área de juventude da Ação Educativa, Gabriel Di Pierro, avaliou a fala do ministro como muito estrita. “Ele traz uma perspectiva instrumental da educação em função de uma suposta empregabilidade. Hoje, as redes não tem condições de realizar essa oferta, seja para trazer uma formação tecnológica, criativa, ou mesmo para garantir os diferentes itinerários formativos. Quantos cursos? Com qual qualidade? E se o estudante quiser buscar outros caminhos, terá oferta?”, questiona.

“Para tornar o Ensino Médio atrativo para a juventude estudante, não basta inserir o ensino profissionalizante, mas abrir diferentes possibilidades, entre as quais o Ensino Superior também está presente, assim como a oferta de atividades culturais, de saídas, de maior diálogo, condições físicas melhores, professores melhor preparados”, completa.

### 5. ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Outra diretriz prioritária será a militarização das escolas. O ministro divulgou a recém criada Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, dentro do escopo da Secretaria de Educação Básica (SEB). No pronunciamento, destacou que a adesão ao programa é voluntária: cada ente federado poderá decidir se tem ou não interesse em militarizar seu ensino.

“O presidente Bolsonaro destacou o desejo de ver difundido o modelo de escola de alto nível com base nos padrões de ensino e gestão empregados nos colégios militares. Experiências em andamento em diversos estados brasileiros têm mostrado que a presença de militares no espaço escolar é algo bem-vindo e bem-visto pelas famílias. Os indicadores de aprendizagem melhoram e ocorre redução da criminalidade”, defendeu.

Na contramão desta argumentação, levantamento realizado pelos jornalistas Paulo Saldaña, Estelita Hass, Estêvão Gamba e Fábio Takashi e publicado no jornal Folha de São Paulo, questiona a ideia comum de que é a militarização a responsável pelo bom desempenho de Escolas Militares.

Cruzando as médias do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o perfil socioeconômico das famílias e o porte das escolas, a equipe demonstrou que Escolas Militares têm desempenho similar ao de unidades não militarizadas mas de perfil parecido. Isto é, o alto desempenho atribuído à militarização está mais ligado, na verdade, a fatores como o perfil socioeconômico das famílias, a existência de seleção e o valor financeiro investido por estudante.

## 6. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Resultado da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), a nova Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação foi destaque da fala do ministro.

Ele anunciou que o novo órgão possui duas diretorias voltadas para a Educação Especial: a Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência e a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos e que as subpastas serão responsáveis por dar continuidade e apoio à Política Nacional de Educação Especial. “Nosso mote é nenhum brasileiro para trás”, proclamou.

Na fala, entretanto, Veléz não mencionou outras políticas e ações que a Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação deve assumir. Sendo um resultado de uma alteração na SECADI, é esperado que pasta se responsabilize não apenas pela Educação Especial, como também pela Educação de Jovens e Adultos, a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena, a Educação Escolar Quilombola, a Educação para as Relações Étnico-Raciais e a Educação em Direitos Humanos. Todavia, nada sobre essas áreas foi até agora proferido pelo ministro

Procurada pela iniciativa De Olho nos Planos, a assessoria de imprensa do MEC informou que as atividades do órgão estão em ritmo mais lento que o comum devido ao período de transição de gestão. Por isto, não soube informar como serão conduzidas as políticas e ações para estas modalidades.

## 7. FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES)

“Como professor, sei dos desafios e dos aspectos inglórios da nossa profissão”,

apregou Vélez. Por isto, destacou como questão urgente promover medidas que assegurem a disciplina dentro das escolas.

“Valorização do professor vai além do salário. O que os professores querem hoje? Trabalhar em um ambiente salubre e ver seus alunos aprenderem. Também querem ter oportunidades de aperfeiçoamento profissional. Vamos investir na educação continuada de professores, cabendo à **CAPES** esse processo”, assegurou.

Atualmente, a docência encontra-se entre as profissões mais desvalorizadas para pessoas com Ensino Superior. Muito inferior ao de profissionais de outras áreas com o mesmo nível de formação, o piso salarial do Magistério é atualmente de R\$2.557,74. Segundo levantamento do MEC de 2017, 45% sequer pagavam o piso. Mesmo com um cenário tão alarmante, o cumprimento do piso não foi um ponto abordado na fala.

A assistência técnica para a implementação do Piso Salarial Nacional era uma responsabilidade da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), extinta por Veléz em 2 de janeiro.

Findo o discurso de apresentação das diretrizes, as(os) senadoras(es) apresentaram suas questões ao ministro. Entre tópicos, foram alvo de discussão polêmicas recentes derivadas de declarações do Veléz.

Entre elas, constaram críticas ao pedido feito pelo órgão de que as escolas filmassem a leitura do slogan de Bolsonaro durante a execução do hino nacional com estudantes e docentes e a declaração de que as universidades deveriam ser apenas para uma elite intelectual.

Veléz foi também interrogado sobre o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE). Solicitou-se que o ministro apontasse, entre as metas do documento, quais seriam as consideradas prioritárias pelo MEC e como se dariam os esforços políticos, financeiros e técnicos para o seu cumprimento. A pergunta, entretanto, não foi respondida.

Rumo ao 5º ano de vigência, o PNE encontra-se escanteado pelo governo federal. Balanço apresentado em julho do ano passado mostra que somente 30% dos dispositivos previstos para os quatro primeiros anos tiveram algum avanço e somente um foi cumprido integralmente, mas com atraso.

Além do desinteresse político, outro fato apontado como responsável pela não execução do PNE é o Teto de Gastos. O congelamento orçamentário de 20 anos definido pela Emenda Constitucional 95 (EC95) inviabiliza a execução da Meta 20 (que trata de financiamento) e tem um efeito cascata sobre as outras propostas do plano.

Questionado sobre a falta de recurso nos municípios para o aprimoramento do ensino, Veléz ignorou o cenário de corte federal e atribuiu aos secretários o problema.

“Os secretários municipais fazem o serviço de preencher esse monte de formulários que precisam apresentar ao MEC para receber recursos. Por vezes, muitas vezes, esses documentos ficam pelo caminho, porque não foi preenchida corretamente a planilha Excel no computador”.

Como solução, afirmou que os técnicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) se deslocarão os municípios para dar suporte ao preenchimento de formulários e à produção de requerimentos.

Assista a audiência completa:

Durante a audiência, estudantes e professores(as) foram impedidas(os) de falar. “A imprensa e os ocupantes do final do plenário estão atrapalhando a nossa reunião. Eu avisei no início e estabeleci as regras. Cumpram-se as regras: não será permitido manifestação nesta reunião. Se as pessoas não respeitarem esse quesito, eu serei obrigado a pedir que os senhores e as senhoras possam se retirar”, alegou o senador responsável pela sessão, Mario Berger (MDB).

Durante o tumulto, a senadora Daniella Ribeiro (PP) interviu, ressaltando a importância de que o público colocasse suas perguntas. Ela foi interrompida por Berger: “Essa é uma audiência pública. Quem tem a palavra, única e exclusivamente, são os os senhores senadores. Abrimos um pequeno precedente para o presidente da comissão de educação da Câmara dos Deputados. Mas não é permitida a participação de qualquer outra pessoa que não seja senador”.

Ainda tentando se colocar, Daniella sugeriu que, se fosse de acordo das(os) senadoras(es) presentes, houvesse participação de voz ao público, mas foi novamente interrompida.

A senadora Eliziane Gama (PPS) também tentou defender as colocações do público. “Querida registrar que não está havendo uma manifestação com barulho que impeça o transcorrer da audiência. O que estou ouvindo são só os flashes das câmeras fotográficas. Não há porque pedir a retirada de manifestantes, estão na mais tranquila e absoluta paz”, defendeu. Foi sucedida então por mais uma intervenção de Berger: “Não vamos inflar essas questões”, advogou.

Foi então a vez da senadora Zenaide Maia (PROS) argumentar: “A representação dos estudantes e dos professores, é importante. Acho que quando se diz audiência pública não é só para os parlamentares. Vamos ouvir. Como falou a Eliziane, eles não estão incomodando. É como se tivesse uma audiência pública do interesse de nós, senadores, e a gente não pudesse entrar”.

Mesmo com as defesas das senadoras, a audiência seguiu sem que estudantes e professoras(es) pudessem se colocar.

Do De Olho nos Planos

topo ↕

**BRASIL247 - NOTÍCIAS**

**COMO MOURÃO ABANDONOU OS MODOS RUDES E SE TORNOU O MOZÃO DOS JORNALISTAS**

**O general adaptou-se com incrível rapidez às orientações dos marqueteiros verde-oliva; os políticos em geral se surpreenderam com a metamorfose; em vez do brucutu autoritário, o Mourão desse início de governo tem se revelado um democrata versátil, um político atencioso até com antigos adversários, ao ponto de**

## **parecer próximo às correntes progressistas achincalhadas sem trégua pelos seguidores do capitão**

Agência Pública - Ao chegar eufórico ao gabinete de seu superior para revelar uma ideia que repentinamente lhe viera à cabeça, o tenente-coronel Alexandre Lara de Oliveira foi recebido com uma ducha de água fria. “Para que sua ideia serve?”, perguntou o superior, que, não vendo nada de útil para solução de problemas da caserna no brilhante lampejo, emendou: “Se sua ideia não serve para nada, então abandone”.

Oliveira aprendeu a lição. Nos últimos 12 anos, depois de ter deixado São Luiz Gonzaga, na fronteira com a Argentina, com a patente de capitão de cavalaria do Exército, o atual secretário de Imprensa do presidente Jair Bolsonaro mergulhou nos estudos para agregar à experiência militar graduações em jornalismo, publicidade, propaganda e marketing, com pós em gestão de crise. Como se vê, ferramentas imprescindíveis num governo que mal começou e já sofre baixas com potencial de estrago.

“Todo governo passa ou passará por crises”, diz ele, com a tranquilidade de quem, antes de aceitar o convite do general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para assumir a Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto, foi um dos responsáveis pela mudança de imagem, postura e de conteúdo do surpreendente general Antônio Hamilton Mourão que emergiu em 2019.

Mourão em nada lembra o general afastado do Comando Militar do Sul em 2015 por incitar a tropa para um “despertar patriótico” contra o governo e por defender o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff como alternativa de “descarte da incompetência, da má gestão e da corrupção”. Nem o general que, transferido à mesma época para uma função burocrática na Secretaria de Finanças do Exército, pregou um novo golpe militar para derrubar Michel Temer e acabou sendo obrigado, como punição derradeira na ativa, a vestir o pijama.

Pouca gente percebeu, mas nas últimas três semanas de 2018 um transformado Mourão frequentou discretamente o serviço de comunicação do Exército. Ao alvorecer e ao pôr do sol, Alexandre Lara de Oliveira, misto de jornalista, marqueteiro e militar, comandou sessões de media training com duração de 30 minutos, nas quais o general foi submetido a rigorosas sabinas, nas quais nenhum tema era tabu.

Das questões administrativas dos negócios de governo à política, o general foi provocado sobre tudo: Lula, PT, aborto, evangélicos, direita, esquerda, corrupção no governo, crises e, enfim, o que se tornará pauta jornalística obrigatória nos próximos quatro anos.

O general se deixou levar e não resmungou nem diante de temas e perguntas picantes, aquelas em que o assessor faz as vezes de advogado do diabo, colocando o assessorado contra a parede. “Fomos até o limite da autoridade”, conta Oliveira.

O treinamento aplicado a Mourão é baseado no entendimento de que, independentemente de ideologia, política e imprensa andam na mesma trilha. O político, segundo essa compreensão, precisa focar nas questões de Estado, entender a lógica da notícia, falar ou responder sempre com o que é mais importante, ou, no jargão profissional, o que dará um bom lide.

“O general Mourão é um homem preparado. Absorveu rapidamente o que interessava e passou a se expressar de forma mais produtiva no contato com a imprensa”, elogia Oliveira.

Disciplinado e aplicado, o general seguiu à risca um programa de treinamento em que a análise de temas e de cenários era baseada em três fases simples: introdução, desenvolvimento e conclusão, aplicáveis tanto em entrevistas quanto em palestras. “Ele aprendeu a entender o que os jornalistas buscam, que é o lide”, afirma Oliveira.

Professor de comunicação institucional em entidades estatais como o Ministério Público e Academia Nacional da Polícia Federal, sem se descuidar, naturalmente, do aperfeiçoamento nas artes militares, o tenente-coronel diz que Mourão absorveu com facilidade os objetivos do media training.

Uma dose de paciência aqui, outra ali, e logo nos primeiros dias de governo, no comando interino, Mourão se sentiu à vontade para falar com jornalistas, sem repetir tiradas como o conselho sobre as regras básicas que um homem deve seguir depois dos 60 anos: “Jamais despreze o banheiro; nunca desperdice uma ereção; em hipótese alguma confie num peido”, disse, numa conversa informal, em tom de brincadeira, mas devidamente registrada pelo repórter que traçou seu perfil na revista Piauí de dezembro do ano passado.

O Mourão de 2019 já dispensa o vocabulário golpista, o linguajar chulo e não envereda mais por declarações ofensivas, como quando afirmou num evento que “o brasileiro herdou a cultura de privilégio dos ibéricos, a indolência dos indígenas e a malandragem dos africanos”.

O general adaptou-se com incrível rapidez às orientações dos marqueteiros verde-oliva. Os políticos em geral se surpreenderam com a metamorfose. Em vez do brucutu autoritário, o Mourão desse início de governo tem se revelado um democrata versátil, um político atencioso até com antigos adversários, ao ponto de parecer próximo às correntes progressistas achincalhadas sem trégua pelos seguidores do capitão.

Ao contrário do que disseram os integrantes do clã Bolsonaro, por exemplo, Mourão disse considerar graves as ameaças contra o ex-deputado Jean Wyllys, afirmou que é a mulher que deve tomar a decisão em caso de aborto, defendeu investigação sobre as suspeitas que pairam sobre o senador Flávio Bolsonaro e – “traição” suprema a quem costurava acordos com Israel e Estados Unidos – recebeu uma delegação palestina e se opôs ao alinhamento automático com qualquer país.

## Fogo amigo

O “fogo amigo” não demorou e partiu de todos os lados: dos evangélicos, dos filhos do presidente e dos principais pensadores de direita que fazem a cabeça dos Bolsonaro. A artilharia mais pesada partiu do guru do presidente, o filósofo Olavo de Carvalho. “Mourão, você não tem vergonha de puxar o saco desse Jean Wyllys e nada fazer em minha defesa?”, afirmou o filósofo num dos vídeos que costuma divulgar pela internet.

Carvalho disse ainda que, enquanto os israelenses socorriam vítimas da tragédia de

Brumadinho, “o Mourão estava trocando beijinhos com a delegação palestina” e prometendo que a embaixada brasileira não será transferida para Jerusalém, como prometera Bolsonaro.

O general deu de ombros e, com desdém que está se tornando comum no novo layout, perguntou aos jornalistas que o abordaram quem se importava com as opiniões de Olavo de Carvalho, lembrando que o guru não poupava nem o general Augusto Heleno.

Indagado como o general reage nos bastidores às críticas de Carvalho, o conselheiro informal tão empoderado que indicou dois ministros, o da Educação e de Relações Exteriores, o tenente-coronel Oliveira foi buscar uma expressão na terra natal.

“Não se gasta pólvora com chimango”, disse, apressando-se a explicar que a frase era dele, e não do general. É um jeito de dizer que o adversário não vale uma briga. Na história dos conflitos rio-grandenses entres os velhos caudilhos, os chimangos sempre estiveram ao lado das forças militares governistas contra os maragatos, que eram oposição. Em vez de tiro de espingarda ou garrucha contra inimigos, que exigia pólvora, os maragatos usavam a arma branca, com frequência também na degola de adversários aprisionados.

O general Mourão tem sido uma espécie de maragato. Fruto de sua personalidade, e também do marketing verde-oliva, assumiu um papel de contraponto ao governo. Ainda no primeiro semestre deste ano, em data ainda não definida, visitará China, onde participará da reunião de cúpula dos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Maior parceiro comercial, a China ainda não esqueceu as ofensas de Bolsonaro, que mesmo depois de eleito tratou o gigante asiático como um predador que, em vez de comprar no Brasil, “quer comprar o Brasil”. A maior tarefa de Mourão no encontro será apaziguar as relações com a China.

## De Etchegoyen a Mourão

Oliveira vem debelando crises desde o governo Michel Temer, onde trabalhou como assessor do general Sérgio Etchegoyen no GSI. Encerrada a eleição, passou a assessorar diretamente o general Mourão, até ser chamado para a Secom em meados de janeiro, onde faz a interface entre o gabinete presidencial e jornalistas.

Sua tarefa agora é, entre outras demandas do dia a dia, ajudar o governo a aprovar a DRU (Desvinculação das Receitas da União), cujo engessamento restringe os investimentos a 6% do orçamento, as reformas da Previdência e tributária, e tentar mostrar à sociedade que o estamento militar que chegou ao poder com Bolsonaro, em analogia à metamorfose de Mourão, desvencilhou-se dos vínculos que marcaram as gerações ligadas à ditadura.

O coronel diz que os segmentos civis que ainda enxergam os militares com um pé nos anos de chumbo raciocinam “pelo retrovisor” e estão “45 anos atrasados no tempo”. Os que, às vésperas das eleições, pediam soluções radicais, como intervenção militar, segundo ele, fazem parte das mentes colonizadas, gente desencantada com a democracia e em busca de soluções radicais que não encontram mais espaço num mundo civilizado.

“O século 21 é o século do diálogo. Nas Forças Armadas não há mais intervencionista. Há, sim, legalistas e constitucionalistas”, garante Oliveira. Mesmo sem que tenha tido a intenção, é um recado a aliados do governo que, ávidos por “um corte radical e mais dramático”, pressionam ou criticam os militares por soluções mais radicais: “Não dá mais suíte”, alerta, usando linguagem jornalística.

Nesse sentido, afirma o oficial, Mourão atuará como um facilitador, exercendo funções de Estado sem ofuscar o papel do presidente da República, que, segundo afirma, será o formulador das políticas públicas. “O vice exercerá funções de Estado, mas é e será o segundo. Deve fidalguia ao presidente e atuará como facilitador”, garante.

Na mesa de Oliveira, no segundo andar do Palácio do Planalto, repousa o livro *As 48 leis do poder*, do americano Robert Greene, um manual sobre as estratégias de dissimulação e exercícios sobre a arte da política. Ele faz questão de citar a lei número 1 para exemplificar o que entende ser o papel do vice: “Não ofusque o brilho do mestre”, ou, numa interpretação livre, não tente brilhar mais que o sol.

## Mais militares na política

O novo Mourão, desconhecido do público até o início deste ano, não surpreendeu os colegas de farda que já o conheciam. “É o Mourão que conheço”, diz o general Girão, eleito deputado pelo PSL do Rio Grande do Norte no ano passado. Girão afirma que o vice está apenas expressando posições que já eram conhecidas na tropa. E garante que os militares aproveitarão o momento para aumentar a participação na política, desta vez pelo voto.

“Vocês perguntam, ele responde. O general Mourão vai colocando seu estilo. Tenho certeza que o presidente Bolsonaro não se incomoda com as divergências. Ele sabia que não estava se aliando a um personagem decorativo”, diz o senador Major Olímpio (PSL-SP), para quem os incomodados terão de se acostumar com vice que é ao mesmo tempo leal ao governo e livre para dizer o que pensa. “Ele é um homem capacitado e tem a legitimidade do voto. Não é uma indicação política”, afirma.

A crise que detonou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República Gustavo Bebianno aumentou ainda mais o poder dos militares no governo Bolsonaro. Saiu deles a indicação do oitavo ministro militar a ocupar o primeiro escalão do governo, o general Floriano Peixoto Vieira Neto, que era o número 2 da pasta e agora assume definitivamente o lugar de Bebianno. General de três estrelas, Floriano Peixoto terá sob seu comando um militar de patente superior, Maynard Santa Rosa, que passa a ser o número 2 na Secretaria-Geral.

Ao exonerar Bebianno, o presidente sinaliza que o núcleo central do governo será formado pelo estamento militar e pelo clã familiar, com seus “três mosqueteiros” (o vereador Carlos, o deputado Eduardo e o senador Flávio), que, na verdade, com Jair, são quatro. Cercado por militares, Bolsonaro ficou com um único civil no primeiro escalão, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, espremido por generais e coronéis em todos os andares do Palácio do Planalto, e fora dele, acossado pela Lava Jato.

## Grupo filosófico

Mourão, Heleno, Carlos Alberto Santos Cruz, da Secretaria de Governo, Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército até o final do governo Michel Temer, hoje o segundo no GSI, e Fernando de Azevedo e Silva, ministro da Defesa, fazem parte do “grupo filosófico” do governo.

São liderados pelo vice, autodenominado “escudo e espada” do presidente, e dão as cartas em todas as áreas da administração federal. Para completar o time, Bolsonaro nomeou como seu porta-voz um general da ativa, Otávio Santana do Rêgo Barros, que faz no briefing aos jornalistas com as formalidades e o semblante sisudo da caserna, quase o mesmo estilo grave com que Bolsonaro aparece nos vídeos que dispara pela internet.

O militarismo tornou-se uma força capilar de forte influência pelo país, ocupando todos os cargos de confiança de segundo e terceiro escalões nos estados, algo em torno de 7 mil postos no total. Seu domínio vai bem além de ministérios de peso, como Minas e Energia, Infraestrutura e Ciência e Tecnologia, comandados, respectivamente, pelo almirante de esquadra Bento Albuquerque, o tenente do Exército Tarcísio de Freitas e o tenente-coronel Marcos Pontes. A estratégia, conforme orientação de Mourão, é fechar as portas para a política tradicional e, de Brasília até a “ponta da linha”, colocar militares de confiança em todas as funções.

Na Educação, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez levou o coronel Ayrton Pereira Rippel para ser chefe de gabinete, e outros órgãos estratégicos, como Secretaria Executiva, Inep, FNDE e **Capes**, foram preenchidos por influência de militares próximos a Vélez, que antes de aceitar o cargo oferecido pelo presidente para atender seu guru, o filósofo Olavo de Carvalho, foi professor emérito da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército.

No Incra, por indicação de Santos Cruz, o presidente nomeou o general Jesus Corrêa, que definiu como meta o gerenciamento da reforma agrária e dos assentamentos rurais em todo o país com o objetivo explícito de alijar o MST das negociações. Segundo a missão repassada pelo Palácio do Planalto, o Incra cuidará também da demarcação de terras indígenas, atribuição que historicamente pertenceu à Funai e nunca esteve sob o guarda-chuva da autarquia. A mudança esvaziará as funções do general Franklimberg de Freitas, indicado pela ministra Damares Alves para voltar ao comando da Funai.

No colo dos militares

O jornalista e cientista político Gaudêncio Torquato acha que as eleições de 2018 empurraram o poder para o colo dos militares. “Foi um ‘achado’ fantástico. Não caíram de paraquedas. O Mourão recebeu até a CUT e está se saindo muito bem, melhor até que Bolsonaro, que prefere a companhia dos filhos”, alfineta Torquato, especialista em militarismo. “Mourão e Heleno farão o contraponto e vão enfrentar os bolsões radicais do próprio governo, como o ministro Ernesto Araújo [Relações Exteriores]. Eles se consolidam como poder moderador e escudo protetor do governo em caso de crise. A simples presença deles inibirá sugestões de alternativas fora da Constituição”, acredita Torquato.

O perfil do novo ministro da Secretaria-Geral, Floriano Peixoto (cujo nome é só um

homônimo do “Marechal de Ferro”, que foi o primeiro vice e o segundo presidente da República), não deixa dúvidas de que, além dos tanques, coturnos e artilharia, há algo de novo no estamento. Formado na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), Floriano tem mestrado em ciências militares, doutorado em política, estratégia e alta administração nos Estados Unidos pela Command and General Staff College (CGSC).

É também especialista em relações com agências governamentais e ONGs em contextos nacionais e globais e instrutor em escolas militares de nível superior e foi chefe de operações do primeiro contingente brasileiro no Haiti. Entre 2009 e 2010, assumiu o comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, a Minustah, por onde passaram também os principais ministros militares de Bolsonaro.

O secretário de imprensa da Presidência, coronel Alexandre Lara de Oliveira, não acha apropriado se falar em militarização do governo federal. Segundo ele, Bolsonaro e Mourão sabem que há uma deficiência de quadros capacitados para a gestão pública no país e, fiéis às suas origens, foram buscar profissionais nas Forças Armadas, que é uma das poucas referências em educação formal.

“Infelizmente a educação do país não se desenvolveu de forma capilar. Hoje 45,9% da população não tem sequer o segundo grau. Fora as escolas como FGV e Instituto Rio Branco, apenas as Forças Armadas investiram continuamente na formação de quadros técnicos e intelectuais”, afirma. Oliveira lembra que, enquanto as faculdades investem em formação básica em áreas como informática e computação, as Forças Armadas foram além e se tornaram pioneiros na defesa cibernética.

Os militares se tornaram, sinal dos tempos, uma espécie de bússola que indicará o rumo do bolsonarismo. Hoje eles estão tanto no centro do governo quanto na reserva estratégica de uso restrito caso o projeto bolsonarista, por alguma razão, faça água. E, por mais que falem em democracia, ainda cultivam um gosto pelo secreto, como mostrou o decreto de Mourão – em seus dias de presidente interino – alterando a Lei de Acesso à Informação

[topo](#)

## **EXTRA CLASSE - TEMPO REAL**

**Estudo incorpora fundações estaduais extintas à Uergs**

**Aprovada pelo reitor da Universidade, a proposta foi concluída pelo Sindicato dos Engenheiros e deverá ser apresentada ao governador Eduardo Leite nos próximos dias**

### **EDUCAÇÃO**

As fundações estaduais de Ciência e Tecnologia (Cientec), Zoobotânica (FZB), Economia e Estatística (FEE) e Cultural Piratini (TVE e FM Cultura), todas extintas no governo de José Ivo Sartori (MDB), passariam a integrar a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), potencializando e tornando a instituição referência em educação e pesquisa. O estudo, realizado pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (Senge), detalha as competências de cada uma das fundações e sugere a criação de institutos de tecnologia com o foco em eixos como economia, estatística, planejamento e meio ambiente. O Senge encaminhou convite, na semana passada, ao governador Eduardo Leite (PSDB) para um café da manhã na sede da entidade, para apresentar a proposta.

O estudo propõe a transferência da reitoria da Universidade Estadual (Uergs) e da sua

unidade de ensino em Porto Alegre para os prédios da Cientec, no Centro, que possui área de cerca de 3,5 hectares. “Além de potencializar a Uergs, que também é uma fundação, a transferência geraria uma economia da ordem de R\$ 3 milhões”, garante o engenheiro civil João Leal Vivian, diretor do Senge. Os funcionários das fundações, que continuam a serviço do Estado, seriam incorporados ao quadro técnico da Universidade, conforme a demanda nos laboratórios, no corpo docente e na administração.

Segundo o Senge, a Cientec possui laboratórios, cujo patrimônio é avaliado em R\$ 15 milhões. O engenheiro Leandro Taborda cita o Laboratório de Águas, como exemplo, que pode ser aproveitado em cursos de graduação e pós-graduação. “Também, os laboratórios de Análises Orgânica e Inorgânica podem ser usados nas aulas práticas do curso de Engenharia de Energia, de Bioprocessos, e o Laboratório de Alimentos poderá testar a merenda escolar”, exemplifica.

O reitor da Uergs, Leonardo Beroldt, sugeriu alguns ajustes e aprovou a proposta. Beroldt explica que a criação de centros de excelência está prevista na legislação da Universidade com atuação na formação, na extensão universitária, na pesquisa e na inovação. “Em Porto Alegre, por exemplo, temos três cursos de engenharias – de Energia, de Bioprocessos e Biotecnologia e de Controle e Automação – que funcionam na Agronomia, na área alugada da CEEE. Hoje, eles seriam perfeitamente atendidos só pela estrutura de laboratórios da Cientec.

O reitor vê com entusiasmo a possibilidade de incorporar o patrimônio do Museu de Ciências Naturais e do Jardim Botânico, vinculados hoje à Fundação Zoobotânica. “Tornaria a Universidade uma das poucas instituições no Brasil com um acervo tão rico da biodiversidade rio-grandense. Além disso, temos um mestrado de Ambiente e Sustentabilidade, em São Francisco de Paula, e um mestrado acadêmico, Sistemática e Conservação da Diversidade Biológica, aprovado pela **Capes** no ano passado, em parceria com a Fundação Zoobotânica. O corpo docente envolve 13 pesquisadores da FZB e quatro da Uergs”, completa.

Sobre a proposta de transferência da reitoria para a Cientec, o reitor garante que as estruturas físicas da fundação comportam todo o setor administrativo e a unidade de ensino da Capital. “Representaria uma enorme economia à Universidade e, consequentemente, ao Estado, porque só o prédio da reitoria custa R\$ 650 mil ao ano, e a unidade de ensino, na avenida Bento Gonçalves, custa em torno de R\$ 2,2 milhões, pagos à CEEE”, afirma.

Criada através do Decreto nº 11.646, de 10 de julho de 2001, pelo então governador Olívio Dutra (PT), a Uergs inicia 2019 com 4.787 alunos em 19 cursos de graduação, três de pós-graduação e cinco de especialização. Os funcionários efetivos somam 459, sendo 270 professores, grande parte com título de doutor.

A instituição de ensino é vinculada à Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do estado. Possui 23 unidades de ensino no Interior, uma unidade no bairro Agronomia e o prédio da reitoria, na Capital. São nove imóveis alugados, cinco próprios, já doados à Universidade, e dez em tramitação para doação.

ECONOMIA E ESTATÍSTICA – Uma comissão de servidores da extinta FEE avalia positivamente a proposta, mas ainda tem dúvidas de viabilidade técnica de uma eventual

transferência dos trabalhos prestados pela Fundação para um Instituto de Gestão Pública ou de Economia e Estatística vinculado à Universidade. O economista Tomás Fiori aponta aspectos positivos como o edital aberto pela Uergs para realização de especialização em Gestão Pública, mas ressalva que alguns trabalhos realizados sob a coordenação do IBGE não possam ser firmados com uma Universidade.

JORNALISMO E ENSINO – A jornalista Lírian Sifuentes, editora da TVE desde 2014, afirma que vincular a TVE e a FM Cultura à Uergs traria muitas vantagens, entre elas, manter as emissoras como o maior espaço de difusão da cultura, ciência e conhecimento produzidos no estado, entre as emissoras gaúchas. “A Uergs poderia aumentar as vagas através do ensino à distância – EAD, cujos cursos poderão utilizar a estrutura técnica e o quadro de funcionários da TVE para a criação de uma universidade virtual, seguindo o modelo da Univesp TV, que ocupa um dos canais da TV Cultura digital”, destaca.

topo ↕

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **O hino imposto pelo ministro e o fascismo na educação**

**Sob o título O fascismo na educação, o artigo a seguir é de autoria de Rogério Tadeu Romano, advogado e procurador regional da República aposentado.**

28.fev.2019

A educação como processo de reconstrução da experiência é um atributo da pessoa humana, e, por isso, tem de ser comum a todos. Essa concepção é agasalhada pela Constituição de 1988, nos artigos 205 a 214.

Declara a Constituição que ela é um direito de todos e dever do Estado.

A educação é um serviço público essencial que o Poder Público impende possibilitar a todos, daí a preferência constitucional pelo chamado ensino público, pelo que se entende que a iniciativa privada, embora livre, é vista como secundária.

O artigo 205 da Constituição Federal declara que o ensino deverá ser desenvolvido visando o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação do aluno para o trabalho.

São princípios básicos do ensino: a igualdade de condições e acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização de profissionais de ensino; garantia de padrão de qualidade (artigo 206).

A Constituição de 1988, de modo correto, dentro de uma democracia, determina o respeito à diversidade.

O país vive um momento de irracionalidade e de histeria coletiva.

Isso é grave e leva a entendimentos que poderão levar à radicalização com consequências danosas à sociedade.

O governo federal eleito tem contribuído para isso.

Não se pode criar um index totalitário que enxerga no professor alguém que está

proibido de passar informações aos alunos, seja da natureza que for (ideológica, política, cultural, credo).

Ensinar é viver e conviver com renovações, na velocidade em que vierem.

Bem disse Merval Pereira, em sua coluna no jornal O Globo, no dia 27 de fevereiro de 2019, que “está tudo errado na ‘sugestão’ do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que as escolas coloquem seus alunos cantando o Hino Nacional, o que foi mantido ontem, apesar da polêmica que provocou. E indica que o governo que denuncia a partidização das escolas no governo petista quer apenas trocar de partido.”

Haverá uma perseguição ideológica aos professores e dirigentes das escolas públicas e privadas que se negarem a cumprir tal determinação?

Isso está no ar, pois é algo fascista.

No fascismo, cabe ao Estado dar ao povo uma vontade conseqüentemente uma existência efetiva. O Estado, dentro da concepção trazida por Hegel, é absoluto, diante do qual os indivíduos e os grupos são o relativo. Daí porque se dizia: “Tudo dentro do Estado, nada fora do Estado”.

É evidente a afinidade entre o fascismo e a doutrina do famoso secretário florentino exposta no livro “O Príncipe”, tanto que o próprio Mussolini, na Itália, como chefe de governo, escrevendo “Prelúdios a Maquiavel”, em 1924, mencionou que na atualidade italiana o maquiavelismo estava mais vivo do que na época de seu aparecimento. Para o príncipe, para que haja respeito é preciso que se tema.

O partido que assume o poder não é um órgão de representação política, mas depositário único da confiança nacional e o intérprete exclusivo da vontade do povo.

O ministro Vélez Rodríguez diz, com razão, que cantar o hino nacional “não é constrangimento, é patriotismo”. Mas patriotismo só é imposto em governos autoritários. É um sentimento de pertencimento que move muitos cidadãos espontaneamente. Estímulos oficiais pelo patriotismo podem levar a frases como a de Samuel Johnson, que dizia que o patriotismo é o último refúgio do canalha”, como ainda bem lembrou Merval Pereira.

Ficam perguntas sobre o caso.

As escolas precisam cumprir essa determinação do MEC? Não. Elas, sejam públicas ou privadas, têm autonomia.

O aluno é obrigado a participar de cerimônia de execução do hino nacional? Não. Se o hino não fizer parte do projeto pedagógico da escola, a criança não precisa participar, se essa for a vontade dos pais.

As crianças só poderão ser filmadas, com autorização dos pais. Essas autorizações são para uso privado da escola, sem expor o aluno ao público.

Enfim, o convívio com os símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, devem ser

incentivados, mas não impostos.

Por fim, cabe deplorar o que foi dito naquela manifestação:

“Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”

O slogan eleitoral colocado pelo atual ministro da Educação, em recente manifestação, poderá levá-lo a responder por improbidade administrativa, à luz do artigo 11 da Lei nº 8.429/92.

[topo](#)

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **Começa a chegar a escolas carta em que MEC suspende pedido de filmagem de alunos cantando Hino**

### **Comunicado é o terceiro enviado para instituições de ensino nesta semana por ministério**

BRASÍLIA — O Ministério da Educação (MEC) anunciou que encaminha desde a manhã desta quinta-feira mais um comunicado a escolas do país, desta vez suspendendo o pedido de filmagem e envio de vídeos de alunos em cerimônia com canto do Hino Nacional e leitura de carta assinada pelo ministro da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez. É a terceira mensagem nesta semana. Segundo o ministério, as gravações não devem ser mais enviadas ao governo por “questões técnicas de armazenagem e de segurança”.

A decisão de suspender o pedido de envio de vídeos para o governo foi tomada na quarta-feira e registrada no documento com esclarecimentos que Vélez Rodríguez teve que prestar ao Ministério Público Federal. O ministro já havia mandado uma segunda carta a escolas, retirando o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro que constava como parte da mensagem a ser lida aos alunos.

Nessa segunda versão, disparada na terça-feira, ele manteve a sugestão de envio dos vídeos, mas ressaltando que era preciso encaminhar também autorização legal de uso da imagem das pessoas filmadas ou de seus responsáveis. A menção à autorização não constava da primeira carta, que foi remetida por e-mail na segunda-feira.

O teor da carta original abriu uma crise no MEC, que agora faz a terceira versão do documento em quatro dias, desde a segunda-feira. PT e PSOL propuseram ações contra Vélez na Justiça. O Congresso reagiu. Até o movimento Escola sem Partido, aliado do governo Bolsonaro, criticou a atitude, dizendo que a carta de Vélez se compara às rosas em forma de estrela do PT plantadas no jardim do Palácio da Alvorada no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Abaixo, a íntegra do novo comunicado:

"Em relação à mensagem anterior do Ministério da Educação (MEC), dirigida aos senhores e senhoras diretores e diretoras de escolas, por questões técnicas de armazenamento e de segurança, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez decidiu suspender o pedido de filmagem e de envio dos vídeos por e-mail."

[topo](#)

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Após polêmica sobre Hino, alunos confrontam MEC: 45% das escolas nem sequer têm biblioteca**

**Problemas reais batem à porta do ministro Vélez, que, após dois meses de gestão, não mostra metas claras para pasta; muito criticado, ele desistiu de pedir que estudantes sejam filmados**

RIO - A carta do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, recomendando, na última segunda-feira, que as escolas enviassem vídeos de alunos perfilados durante a execução do Hino Nacional, teve efeito inusitado. E acabou escancarando para o novo frequentador da Esplanada dos Ministérios a realidade das instituições de ensino brasileiras. Em reação à orientação, estudantes de todo país começaram a se organizar para enviar a Brasília gravações revelando mazelas cotidianas, da estrutura precária dos colégios aos baixos salários dos professores.

Depois de toda a polêmica, em explicação ao Ministério Público Federal (MPF), o MEC afirmou, na noite de quarta-feira, dia 27, que remeterá novo ofício às escolas, desta vez desistindo do pedido inicial “por questões técnicas e de segurança”.

42% dos colégios sem banda larga

A insatisfação dos alunos é revelada em matizes claras nos dados compilados pelo próprio governo: quase 45% das escolas de ensino fundamental não têm biblioteca, 42% não contam com banda larga. Cerca de 4% nem sequer possuem banheiros, segundo números do Censo Escolar 2018. Nas escolas de ensino médio, a situação é um pouco melhor.

Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Pedro Gorki lançou a campanha #MinhaEscolaDeVerdade, que incentiva alunos e professores a filmarem as condições degradantes de seus colégios.

— Há um sucateamento crescente da rede pública. Faltam quadras, bibliotecas, salários— crítica. — Diante da falta de recursos, os docentes levam papel higiênico para as escolas.

No Ciep Aarão Steinbruch, em Duque de Caxias, uma aluna conta que os professores fizeram vaquinha para a reforma dos banheiros:

— Tudo bem cantar o Hino, mas os problemas precisam ser resolvidos. Não temos bebedouro adequado, levamos água de casa.

Embora escolas estaduais e municipais não sejam atribuição direta do MEC, espera-se do órgão a fomentação de políticas públicas que atendam a essas demandas, assim como o desenvolvimento de projetos de apoio.

Questões urgentes negligenciadas

Após quase sessenta dias à frente do MEC, a crítica central de especialistas ao estilo Vélez é a de que, até o momento, não se priorizaram questões urgentes da educação brasileira. O ministro posiciona-se na linha de frente da batalha contra o que qualifica como “doutrinação ideológica” nas salas de aula mas não detalhou, por exemplo, projetos para a alfabetização (meta apresentada como prioritária para os 100 dias de governo).

— Apareceram estratégias pontuais de pouco alcance, sem consequência imediata para aumentar o processo de aprendizagem dos alunos, como a sugerida na carta. Mas as prioridades deveriam ser a valorização dos professores, evasão escolar, distorção idade-série, alfabetização — diz Anna Altenfelder, presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Helena Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, recebe diagnósticos anuais de 50 sindicatos de professores e funcionários, onde são apontados fatores que dificultam o trabalho nos colégios.

— Há um número excessivo de contratos temporários. Em um colégio em Pernambuco uma turma de ensino médio teve quatro professores de matemática em um ano. Não há vínculo entre aluno e mestre.

Érica Lucas, mãe de duas crianças que estudam na Escola Municipal Guilherme da Silveira, na Vila Kennedy, dá outro recado a Vélez:

— Vale muito mais ter material e uma sala de aula decente do que cantar o Hino Nacional — diz ela, que vê a escola dos filhos alagar nos dias de chuva. — O Hino não vai trazer livro, uniforme, educação.

topo ↕

## **BLOG DO FREDERICO VASCONCELOS - INTERESSE PÚBLICO**

### **O hino imposto pelo ministro e o fascismo na educação**

Sob o título “O fascismo na educação”, o artigo a seguir é de autoria de Rogério Tadeu Romano, advogado e procurador regional da República aposentado.

\*\*\*

A educação como processo de reconstrução da experiência é um atributo da pessoa humana, e, por isso, tem de ser comum a todos. Essa concepção é agasalhada pela Constituição de 1988, nos artigos 205 a 214.

Declara a Constituição que ela é um direito de todos e dever do Estado.

A educação é um serviço público essencial que o Poder Público impende possibilitar a todos, daí a preferência constitucional pelo chamado ensino público, pelo que se entende que a iniciativa privada, embora livre, é vista como secundária.

O artigo 205 da Constituição Federal declara que o ensino deverá ser desenvolvido visando o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação do aluno para o trabalho.

São princípios básicos do ensino: a igualdade de condições e acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização de profissionais de ensino; garantia de padrão de qualidade (artigo 206).

A Constituição de 1988, de modo correto, dentro de uma democracia, determina o

respeito à diversidade.

O país vive um momento de irracionalidade e de histeria coletiva.

Isso é grave e leva a entendimentos que poderão levar à radicalização com consequências danosas à sociedade.

O governo federal eleito tem contribuído para isso.

Não se pode criar um index totalitário que enxerga no professor alguém que está proibido de passar informações aos alunos, seja da natureza que for (ideológica, política, cultural, credo).

Ensinar é viver e conviver com renovações, na velocidade em que vierem.

Bem disse Merval Pereira, em sua coluna no jornal O Globo, no dia 27 de fevereiro de 2019, que “está tudo errado na ‘sugestão’ do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para que as escolas coloquem seus alunos cantando o Hino Nacional, o que foi mantido ontem, apesar da polêmica que provocou. E indica que o governo que denuncia a partidarização das escolas no governo petista quer apenas trocar de partido.”

Haverá uma perseguição ideológica aos professores e dirigentes das escolas públicas e privadas que se negarem a cumprir tal determinação?

Isso está no ar, pois é algo fascista.

No fascismo, cabe ao Estado dar ao povo uma vontade conseqüentemente uma existência efetiva. O Estado, dentro da concepção trazida por Hegel, é absoluto, diante do qual os indivíduos e os grupos são o relativo. Daí porque se dizia: “Tudo dentro do Estado, nada fora do Estado”.

É evidente a afinidade entre o fascismo e a doutrina do famoso secretário florentino exposta no livro “O Príncipe”, tanto que o próprio Mussolini, na Itália, como chefe de governo, escrevendo “Prelúdios a Maquiavel”, em 1924, mencionou que na atualidade italiana o maquiavelismo estava mais vivo do que na época de seu aparecimento. Para o príncipe, para que haja respeito é preciso que se tema.

O partido que assume o poder não é um órgão de representação política, mas depositário único da confiança nacional e o intérprete exclusivo da vontade do povo.

O ministro Vélez Rodríguez diz, com razão, que cantar o hino nacional “não é constrangimento, é patriotismo”. Mas patriotismo só é imposto em governos autoritários. É um sentimento de pertencimento que move muitos cidadãos espontaneamente. Estímulos oficiais pelo patriotismo podem levar a frases como a de Samuel Johnson, que dizia que o patriotismo é o último refúgio do canalha”, como ainda bem lembrou Merval Pereira.

Ficam perguntas sobre o caso.

As escolas precisam cumprir essa determinação do MEC? Não. Elas, sejam públicas ou

privadas, têm autonomia.

O aluno é obrigado a participar de cerimônia de execução do hino nacional? Não. Se o hino não fizer parte do projeto pedagógico da escola, a criança não precisa participar, se essa for a vontade dos pais.

As crianças só poderão ser filmadas, com autorização dos pais. Essas autorizações são para uso privado da escola, sem expor o aluno ao público.

Enfim, o convívio com os símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, devem ser incentivados, mas não impostos.

Por fim, cabe deplorar o que foi dito naquela manifestação:

“Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”

O slogan eleitoral colocado pelo atual ministro da Educação, em recente manifestação, poderá levá-lo a responder por improbidade administrativa, à luz do artigo 11 da Lei nº 8.429/92.

topo 

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **MEC alega dificuldade e desiste de vídeos de alunos cantando Hino Nacional A pasta enviou um ofício, na noite dessa quarta-feira (27/2), ao Ministério Público Federal (MPF) com o informe**

Alegando razões técnicas e dificuldades de armazenamento de material, o MEC desistiu de pedir às escolas o envio dos vídeos da execução do Hino Nacional. A pasta enviou um ofício, na noite dessa quarta-feira (27/2), ao Ministério Público Federal (MPF) com o informe.

Ainda segundo o ofício, a pasta disse que a sugestão de leitura do Hino não pode ser "objeto de censura" e que as imagens seriam compartilhadas apenas com a autorização dos responsáveis, o que respaldaria juridicamente a pedido.

No documento, o MEC também ressaltou que o ministro Vélaz Rodríguez optou por enviar a mensagem por e-mail às escolas porque seria "menos custosa aos cofres públicos" e "mais efetiva". O Correio entrou em contato com a pasta para repercutir o caso. Até o momento não obteve resposta.

#### **Caso**

A mensagem, enviada na segunda-feira (25/2), provocou reações negativas entre educadores, pais e estudantes por pedir que a execução do Hino fosse filmada e enviada à pasta. Uma carta que citava o slogan de campanha do presidente Jair Bolsonaro, depois adotado pelo governo: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" também deveria ser lida aos alunos.

Em seguida, pediu-se que os vídeos fossem encaminhados por e-mail ao MEC e à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República. A carta

recomendava ainda que os vídeos tivessem até 25 MB acompanhados do nome da escola, número de alunos, de professores e de funcionários.

De acordo com o MEC, após o recebimento das gravações, seria feita uma seleção das imagens com trechos da leitura da carta e da execução do Hino Nacional para eventual uso institucional. A atividade faria parte da política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais.

Grande parte da categoria educacional defendeu que o ambiente escolar deve estar imune a qualquer tipo de ingerência político-partidária e que as crianças não devem ser filmadas sem a devida autorização dos responsáveis.

Ainda na última terça-feira (26/2), a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF deu o prazo de 24 horas para que o ministério se manifestasse.

Com a repercussão do caso, o ministro Vélez recuou por duas vezes: Na primeira, disse que o pedido tinha um caráter voluntário e que as imagens seriam utilizadas apenas com autorização. Na terça, uma nova versão da carta reconhecendo o equívoco foi enviada, excluindo o slogan eleitoral do presidente.

Na internet, professores e alunos aproveitaram para enviar vídeos e mostrar a situação precária das escolas, com o Hino Nacional tocando ao fundo.

topo 

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

**Nabhan, Vélez e presidente da Caixa são alvo de queixas de deputados**

**Em reunião com Bolsonaro no Alvorada, parlamentares relatam dificuldades para serem recebidos por ministros**

AE Agência Estado

O presidente da Caixa, Pedro Fernandes, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, e o secretário especial de Assuntos Fundiários, Luiz Antonio Nabhan Garcia entraram na mira do Congresso. A queixa chegou ao presidente Jair Bolsonaro durante reunião com deputados, na terça-feira (26/2), quando ele foi avisado que seus auxiliares estariam se recusando ou demorando a receber parlamentares, o que é considerado uma ofensa no Congresso.

A interlocutores, o presidente da Caixa já disse que está no governo para ajudar o país e não consta dos seus planos passar o dia atendendo parlamentar. Fernandes costuma brincar que se muda para Miami se for obrigado a fazer isso. Nabhan, por sua vez, diz que a maior parte do seu tempo é destinada a atender parlamentares, "mas tudo tem limite" e "alguns não compreendem".

A orelha do presidente da Caixa esquentou na reunião que deputados tiveram com Bolsonaro na terça-feira. O líder do DEM, Elmar Nascimento (BA), foi quem delatou o executivo. "Levei como exemplo ao presidente que parlamentares pedem audiência com ele e são recebidos pelo assessor parlamentar. O pessoal está acostumado com outro tratamento."

Nem mesmo o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, escapou da agenda com o assessor. Nesta quarta-feira, ele postou nas suas redes sociais que havia se

reunido com "assessores parlamentares da Caixa" para se oferecer na interlocução com o Congresso. O presidente do banco, porém, não estava presente. Eduardo jura que os dois se falaram pelo telefone.

## Vélez

O ministro da Educação se salvou das críticas levadas por deputados ao presidente, mas não de queixas públicas sobre seu comportamento. "Estou desde o dia 15 de janeiro tentando marcar uma audiência com o ministro e não consigo", relatou o deputado Júlio César Ribeiro (PRB-DF) na tribuna.

O líder do Podemos, deputado José Nelto (GO), também disse que tenta desde o início do mês uma audiência com Vélez Rodríguez. "Queremos apresentar proposta do Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Faz três semanas e não tem nem resposta", disse.

O líder do PSD, deputado André de Paula (PE), garante que os parlamentares tentam agendar reuniões com os ministros para pedir "coisas simples". E coloca mais um nome na lista dos inacessíveis. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, estaria demorando muito para atender deputados.

Ao ouvir as queixas, o presidente foi político. Segundo relatos, Bolsonaro teria afirmado que deu ordem para que os ministros priorizem as agendas com parlamentares. E contou que, até por ser ex-deputado, sabe como é importante o contato dos congressistas com o Executivo.

## Reação

Nem bem assumiu a liderança do governo no Congresso, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) revela que já recebeu demandas a esse respeito. "Vou tentar resolver", promete. Ela sabe que deputado irritado vota contra o governo.

Procurada, a Caixa informou que desde janeiro prefeitos, secretários e governadores foram recebidos em mais de 60 audiências com o corpo diretivo do banco. Só não diz em quantas dessas audiências o presidente estava. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

[topo](#)

## G1 - TEMPO REAL

### **MEC desiste de pedir vídeos de alunos durante Hino Nacional por questões técnicas e de segurança**

### **Ministério da Educação enviou e-mail para escolas pedindo a leitura de uma carta do ministro, seguida da execução do Hino Nacional. Crianças seriam filmadas durante o ato.**

O Ministério da Educação (MEC) desistiu de pedir às escolas para gravarem alunos durante a execução do Hino Nacional, segundo a pasta, por questões técnicas de armazenamento e de segurança. De acordo com o MEC, um novo comunicado começou a ser encaminhado às escolas na manhã desta quinta-feira (28), com a retirada do pedido.

O MEC enviou um e-mail para as escolas públicas e particulares do país pedindo a leitura de uma carta do ministro e orientando que, logo após, os responsáveis pelas escolas executassem o Hino Nacional e filmassem as crianças durante o ato.

O pedido às escolas foi alvo de críticas de educadores e juristas e motivou um processo de apuração pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e uma representação de parlamentares ao Ministério Público Federal.

Na última terça-feira (26), o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, reconheceu que errou ao pedir que as escolas filmassem as crianças cantando o Hino Nacional, sem a autorização dos pais. O MEC decidiu enviar nova carta às escolas destacando que a filmagem de alunos era voluntária, mediante autorização da pessoa filmada ou de seus pais ou responsáveis.

A primeira carta do MEC às escolas também gerou polêmica porque continha as frases "Brasil acima de tudo" e "Deus acima de todos", que foram o slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro nas eleições. Na nova versão da carta enviada às escolas, o slogan foi retirado.

“O slogan de campanha foi um erro. Já tirei, reconheci, foi um engano, tirei imediatamente. E quanto à filmagem, só será divulgada com autorização da família”, disse o ministro da Educação durante audiência no Senado na última terça.

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **MEC desiste de pedir vídeos de alunos cantando o Hino Nacional**

#### **Segundo a pasta, a decisão foi tomada pelo ministro Ricardo Vélez Rodriguez devido a "questões técnicas de armazenamento e de segurança"**

São Paulo — Desde a manhã desta quinta-feira (28), o Ministério da Educação está enviando um novo comunicado para as escolas do país suspendendo o pedido de filmagem de alunos cantando o Hino Nacional.

A decisão de não receber as gravações, segundo a pasta, foi tomada pelo ministro Ricardo Vélez Rodriguez devido a “questões técnicas de armazenamento e de segurança”.

O consultor jurídico do órgão, Cássio Cavalcante Andrade, disse ter recebido a notícia “do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos”.

Na última terça-feira (26), a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF havia dado 24 horas para que o Ministério se manifestasse sobre o pedido, uma vez que gravar alunos, sem autorização dos pais, é proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com o consultor jurídico do MEC, o ministro Vélez Rodríguez optou por uma mensagem direta à comunidade escolar, no lugar da grande mídia, decisão que seria “menos custosa aos cofres públicos” e “mais efetiva”.

Entenda o caso

Na segunda-feira (25), o ministro do MEC direcionou para as instituições de ensino um email solicitando que no início do ano letivo diretores organizassem os alunos para

cantar o hino.

O pedido também dizia para que uma carta, que terminava com o slogan de campanha do governo “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, fosse lida às crianças.

Na ocasião, Véléz Rodriguez alegou que a atividade faz parte da “política de incentivo à valorização dos símbolos nacionais”.

A solicitação foi recebida com críticas e, pressionado, Véléz recuou na terça-feira (26). Um novo texto foi enviado para as instituições, sem o slogan e exigindo autorização dos pais para gravação e envio dos vídeos. As imagens seriam selecionadas “para eventual uso institucional”.

## Críticas

O pedido do MEC provocou reações no meio educacional e entre os governadores dos estados brasileiros.

Grande parte dos Estados divulgou notas com críticas à mensagem MEC e ressaltando a autonomia das escolas no país.

O Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) disse, em nota, que a ação fere não apenas a autonomia dos gestores, mas dos entes da Federação. O Movimento Escola sem Partido também criticou a medida nas redes sociais.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) lançou uma campanha nas redes sociais para expor os graves problemas das escolas brasileiras.

Pela hashtag #MinhaEscolaDeVerdade, o movimento planeja reunir relatos de estudantes de todo o país sobre as precárias condições do ensino, desde infraestrutura até atraso de pagamento de professores.

topo ↕

## **PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

**MEC sinaliza desistência após pedir vídeos de estudantes cantando Hino  
Consultoria Jurídica do ministério alega razões técnicas e diz que novo  
comunicado será enviado para escolas**

Por Estadão Conteúdo

28 fev 2019

O Ministério da Educação (MEC) sinalizou ao Ministério Público Federal (MPF) que desistirá de pedir às escolas que enviem vídeos dos alunos cantando o Hino Nacional. Em ofício enviado nesta quinta-feira, 27, a consultoria jurídica da pasta afirmou que há dificuldade de armazenar os arquivos.

O consultor jurídico Cássio Cavalcante Andrade disse ter recebido a notícia “do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, por razões técnicas de dificuldade de guarda desse material (imagens e sons), bem como de segurança, determinará a expedição de nova comunicação, com a retirada do pedido de produção e envio de vídeos”.

Na terça-feira 26, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF havia dado 24 horas para que o Ministério se manifestasse. Na véspera, o governo havia enviado a escolas

# CLIPPING



públicas e particulares um pedido para que filmassem os alunos cantando o Hino Nacional. O e-mail ainda recomendava que fosse lida para as crianças uma carta do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que termina com o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.”

Pressionado, Vélez já havia recuado na terça-feira e escrito nova versão da carta, excluindo o slogan eleitoral do presidente. Na manifestação ao MPF, a consultoria jurídica da pasta disse ainda que a sugestão de leitura do hino não pode ser “objeto de censura”. Reforçou ainda que a informação de que as imagens deverão ser compartilhadas “somente se houver autorização segundo a lei” respalda juridicamente a proposta.

O consultor jurídico do MEC também destacou o fato de o ministro Vélez Rodríguez ter optado por uma mensagem direta à comunidade escolar, no lugar da grande mídia, decisão que seria “menos custosa aos cofres públicos” e “mais efetiva”.

